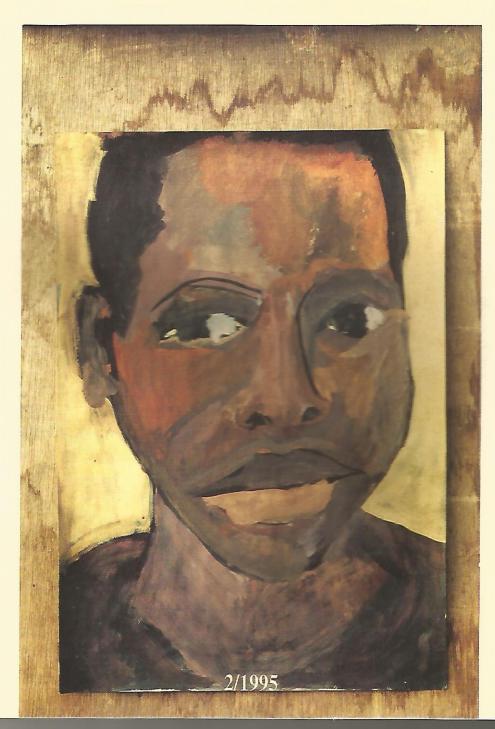
Utto Pia



ROBOTIVITE

Á VENDA NAS FARMÁCIAS

Contra o cancro do trabalho



Caoticamente, já muitos sabem que estamos a viver o fim de um mundo. E melhor que ninguém o há-de saber Você. Mas só raramente o inimigo de quem tal sabe é apontado. As recentes conclusões a que chegaram os cientistas do Departamento de Modernidade do Instituto de Investigação sobre Comportamentos Sociais (o célebre Research Institute on Social Behavorism), de San Quentin, Califórnia, sobre os efeitos directos e indirectos do trabalho no organismo humano, ao provocarem a generalização do cancro, vieram de modo dramático revelar à nossa sociedade as razões que tem para continuar existindo.

Felizmente o Consórcio Preventor e Terapêutico, concluindo os brilhantes esforços desde há anos empreendidos no domínio da investigação laboratorial aplicada, pode agora, também em Portugal, pôr à disposição do público trabalhador um medicamento preventivo cuja eficácia tem sido testada, com comprovado êxito, nos Estados Unidos: as pastilhas **Robotivite** ®.

De produção complexa, as pastilhas **Robotivite** encontram-se à venda como um simples chiclete (mais destinado aos jovens) ou sob a forma dos tradicionais comprimidos, podendo ser tomadas sem receita médica.

Experimente ainda hoje Robotivite, para poder continuar a dizer: "Sim ao Trabalho!"

Robotivite: um novo produto da The End Portuguesa, S.A.

UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO semestral nº 2 l outono - inverno de 1995



SUMÁRIO

- Editorial
- Ao Divino M. M. du Bocage
- A Democracia e os Seus Equívocos
- Caderno Marginalidade Social, Crise, Rupturas 16 Tempos Pós Modernos 52
 - - No Reino dos Dê Erres 63
- O Estranho Caso da Miséria Que Engorda Em democracia 65
 - Dois Actos Gratuitos do Dê Erre 66
 - O Direito à Independência e o Ponto de Vista Nativo 67
 - De Parte Nenhuma 77
 - As Jornadas Libertárias do Porto 82
 - Livros e Leituras 86
 - Notas & Comentários 93
 - Correspondência 96
 - Publicações Recebidas 98

A revista UTOPIA é uma publicação da Associação Cultural A Vida. Correspondência: Apartado 2537 - 1113 Lisboa Codex (Portugal)

Utopia | revista anarquista de cultura e intervenção

Proposition J.M. Carvalho Ferreira Propositione Associação Cultural A Vida Apartado 2557 - 1131 Lisboa Codex (Fortugal)

Carlos Nuno, L.M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix, Jose Tavares, Rui Vaz de Carvalho

Colaboradores

Alberto Hernando, Alberto Firmenta, Alfredo Gaspar, Armando Veiga, Arno Gruen, Artur Fires, Carlos Diaz, Edgar Passeti, Edgar Rodrigues, Eduardo Colombo, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jaime Cubero, Júlio Henriques, Luis Chambel, Lumir Nahodil, Maria Oly Pey, Maria Pereira, Miguel Serras Fereira, Quim Sirera, Roberto Freire, Torcato Sepúlveda

> Publicação registada no Ministerio da Justiça, nº 118 640 Publicação semestral Preço: 800\$00 (iva incluido)

Capa: Pintura de Teresa Campossargo Cabral Ilustrações deste número: pinturas de Hans-Georg Schüssler e José Tavares, desenhos de Miguel Falcato Impresso na Gráfica 2000 - Cruz Quebrada Novembro de 1995

EDITORIAL

Com a edição do seu número dois, Utopia pretende desenvolver o seu espaço de reflexão sobre a sociedade. O mundo que criticamos não mudou nos seus aspectos essenciais. As relações sociais de dominação e de exploração acentuam-se. Relações, que pela sua complexidade e sofisticação, funcionam como metáforas ideológicas de uma vida sem sentido e substância.

A poesia é e pode ser uma voz radical que golpeia o labirinto da religião católica apostólica romana ou de todas as religiões alienantes. Mais de que um santo, um deus, ou um ritual, vale uma vida com paixão e deleite. De escravidões estamos nós fartos. É necessário ser-se poeta, vivendo a vida, mesmo que não sé tenha vocação de escriba.

Com as sucessivas eleições que presenciamos, geralmente assistimos a situações de simulacro daquilo que é denominado de democracia. A política, como forma de exercício do poder das sociedades capitalistas pouco ou muito desenvolvidas, revela-se estéril e perversa nos seus propósitos democráticos. A crítica de um autor que personifica a linguagem do poder e as virtudes da democracia burguesa é salutar. A perspectiva libertária, por tais razões, de modo algum se pode identificar com o objecto analítico criticado.

Entre os vários sintomas críticos que atravessam as sociedades à escala mundial, a marginalidade social e a desintegração da tessitura social espelham a actual crise da modernidade capitalista. Os grandes aglomerados urbanos são os antros produtores de uma miséria e de uma pobreza que não pára de crescer. Desemprego, xenofobia, racismo, crime e delinquência emergem facilmente nesse contexto. Políticas de todo o tipo, formas de controlo e de coacção social arbitrárias e sofisticadas não conseguem integrar indivíduos e

grupos nos seus processos de sociabilidade e de socialização.

Matam-se pessoas impunemente. Excluem-se indivíduos, grupos e etnias, porque são possuidores de valores, culturas e costumes que não se identificam com a modernidade da competitividade e concorrência capitalista. A desumanidade institucionalizou-se nas relações sociais que sustentam a vida quotidiana. As crianças são objecto dos poderes discricionários de indivíduos, famílias e sociedades. Indivíduos não podem assumir a sua identidade intrínseca, porque os racismos manifestos e camuflados estão cada vez mais presentes nas sociedades actuais. Os tempos pós-modernos fazem-nos lembrar a ficção da nossa vida em múltiplas facetas existenciais.

No reino dos doutores barrocos a mediocridade impera. Em Portugal, é uma praga que vem de longe e parece que tem tendência a perdurar. Imitadores da pior espécie, conseguem, no entanto, aprender com relativa facilidade as mundovivências da sociedade de consumo. Neste domínio, a modernidade em Portugal assemelha-se à dos países vanguardistas.

O extermínio de povos com culturas específicas tem sido uma constante na história das sociedades. O capitalismo, como sistema social, tem sido exemplar nesse domínio. A colonização europeia foi um exemplo significativo de como a destruição da identidade dos povos nativos do Canadá foi consumada. Hoje, ainda procuram resistir contra as formas de espoliação e de dominação que o Estado do Canadá exerce sobre eles.

EX-VOTO DE A. P. AO DIVINO M. M. DU BOCAGE

Alberto Pimenta

Ladainha

misto (música fatimista):

Divino Manuel Maria du Bocage

Benta seja a sua Image!

Ame Manel

Ane Maria

Ame Manel

Ave Maria.

e acompanhamento de alaúde etrusco):

O nosso mártir da fé

Tem sempre a pissa em pé!

coro misto:

Ave Manel

Ave Maria

Ave Manel

Ave Maria.

oficiante e solo soprano (coro ad libitum e acompanhamento de alaúde etrusco):

Nosso mártir da paixão

Dá-nos a dita na mão!

coro misto:

Ave Manel

Ave Maria

Ave Manel

Ave Maria.

oficiante e solo tenor (coro ad libitum e acompanhamento de alaúde etrusco):

Por esta vela erguida

Não temos medo da sida!

coro misto:

Ave Manel

Ave Maria

Ave Manel

Ave Maria.





oficiante e solo soprano (coro ad libitum e acompanhamento de alaúde etrusco): Nosso mártir nas alturas Dá-nos uma das bem duras!

> coro misto: Ave Manel Ave Maria Ave Manel Ave Maria.

oficiante e solo tenor (coro ad libitum e acompanhamento de alaúde etrusco): Tua vela sempre a arder Não nos deixes sem foder!

> Ave Manel Ave Maria Ave Manel Ave Maria.

oficiante e solo soprano (coro ad libitum e acompanhamento de alaúde etrusco): Por esta vela acesa Regala-nos com a mais tesa!

> Ave Manel Ave Maria Ave Manel Ave Maria.

(descerramento do ex-voto com acompanhamento de alaúde etrusco).



Acção poética realizada no Museu de Setúbal (Convento de Jesus), dia 12 de Novembro de 1988, na inauguração da Exposição de Poesia *Outras Escritas Novos Suportes*. A ladainha foi cantada por cerca de uma centena de participantes, que empunhavam velas; no fim procedeu-se ao descerramento do EX-VOTO, que na foto se vê ainda tapado.

A democracia e os seus equívocos

por MIGUEL SERRAS PEREIRA

O texto que se segue é parte de um ensaio, chamado Quase uma Carta e consagrado à leitura e discussão dos dois volumes até ao presente publicados dos diários de Eduardo Prado Coelho, Tudo O Que Não Escrevi (Edições Asa).

(...)

1. Como só dificilmente poderia deixar de ser, será a política, sim, o fio vermelho do nosso reencontro de hoje, e espero que se tornem mais claros no que a seguir conto dizer a natureza e o alcance da máxima solidariedade quanto ao mínimo essencial que tenho politicamente mantido contigo, pelo menos desde a tua ruptura com o PCP (pouco depois da polémica que tivemos pouco antes do 25 de Novembro e que abriu caminho ao que viria a ser a nossa amizade) e apesar das incontáveis ocasiões em que tomámos e continuamos a tomar caminhos divergentes. Deixa-me tentar concretizar um pouco. Ao contrário do que fizeste, não apoiei ou combati especialmente Ramalho Eanes, como, ao contrário do que fizeste, e apesar da estima que tenho por muitas das suas ideias, considerei

viciada à partida a candidatura presidencial de' Maria de Lurdes Pintasilgo. E embora, em certas ocasiões, tenha achado que te empenhavas demasiado em combates desesperadamente menores ou te enganavas quanto à importância do que estava em jogo, a verdade é que dava por mim a explicar a terceiros, por me parecerem fáceis de adivinhar, as razões que tornavam compreensível. ainda que não automaticamente recomendável só por isso, o teu posicionamento, e o modo como essas razões, uma vez suficientemente reflectidas, revelavam pressupostos anteriores, decisivos, que confirmavam (ou se confundiam com eles) os pressupostos a partir dos quais eu decidira de outra maneira. Julgo que isto terá a ver com aquilo a que algumas vezes cha-maste a minha disponibilidade ou terá "generosidade", como gostas de dizer dos pensamentos que te parecem valer deveras a pena? ---; estranhando-a um pouco em alguém situa(va)s na extrema-esquerda.

Continuemos, pois, a nossa reflexão política de sempre, tanto mais que, segundo creio, a política é um sentido maior e um destino incontornável de quanto escreves. Não é que eu ignore a dimensão cultural e estética do teu pensamento, ou sequer a sua relativa anterioridade em termos de investimento da tua parte, em relação à política. É que tenho presente a insistência com que de há muito explicitas (por exemplo, no teu Diário II, p. 133: "a mediação literária é essencialmente uma outra forma de viver") ou, noutras ocasiões, apenas sugeres, que as consequências da literatura são muito mais do que apenas literárias do mesmo modo que há "literatura" — imaginação poética e ficção em acto — no mais vivo pulsar dos trabalhos e dos dias. E, claro, será a política, enquanto deliberação da lei ou instituição comum e dos seus limites, que decidirá do modo como e do grau em que — a literatura e o seu pensamento poderá informar a nossa efectiva versão histórica do mundo, fazendo-nos, por

"interrogar o óbvio", como recomendava Laing (ainda te lembras?).

Outra das coisas que, apesar de todas as divergências, me aproxima de ti em termos políticos e que faz com que, de extrema-esquerda ou não, me sinta — tant que cela se peut — ao abrigo de todo o extremismo, é subscrever, tal como tu, as palavras que citas de Truffaut, quando ele afirmava que amiúde as canções que ouvimos na rádio dizem a verdade. O que, entre muitas outras coisas, significa que qualquer proposta política democrática e eu sou um democrata radical, um democrata libertário, como às vezes digo - deve levar maximamente em conta a vida quotidiana, sendo essencialmente com a potencial autonomia da gente que a vive, bem como com a latente "dimensão literária da [sua] existência" de "personagens reais" (Tudo o Que Não Escrevi, I, p.251), que terá que contar. Se, como concluí desde bastante cedo a partir de algum Henri Lefebvre¹, a política deve ser crítica da vida quotidiana e transformação po(i)ética da vida quotidiana, terá que reconhecer esta última pelo que é e procurar na sua textura os pontos de apoio que permitam ao projecto da ágora democrática crescer e multiplicar-se. Não se trata de renunciar àquilo que chamas por vezes a utopia, ou a abrir na cidade as praias possíveis da "terceira margem do rio", ou a dar novos ócios ao trabalho do poeta potenciando de um máximo de liberdades poéticas o tempo de trabalho e os ócios dos cidadãos. Mas trata-se de saber que as condições de possibilidade de tudo isto, incluindo a frequência quotidiana do impossível de desejo e morte que nos habita e que, frequentado embora na sua actividade incessante, permanecerá impossível, não poderão, por definição, deixar de ser, por um lado, demoformuladas (sob pena de craticamente volver mito imaginação utópica em tenden-cialmente totalitário. fundamentalista resumido em meia dúzia de emblemas ou palavras de ordem mais ou menos rapidamente letais), enquanto, por outro lado, terão que ser propostas levando em conta os factos, o que é muito diferente de os sacralizar, para — re-conhecendo embora naquilo a que Eduardo Lou-renço por vezes chama o sonho uma sua dimensão matricial — serem deveras propostas políticas e não simples ritual neurótico, condenado a definhar à força de ensimesmamento, por mais que alucine barricadas entre a mesa da sala de jantar e o quarto de dormir.

É, todavia, a propósito das conclusões que por vezes me pareces tirar de análises ou diagnósticos que em larga medida subscrevo que certas divergências emergem. E acho que vale a pena discutilas.

2. Escreves, por exemplo, nas páginas 65-66 do primeiro volume do teu diário, e os sublinhados são teus: "A minha ideia de Esquerda foi sempre estética (ou, por outras palavras, exigindo o privilégio de outra coisa em relação à evidência da máquina económica). Neste sentido preciso: produzir as condições para que a 'terceira margem do rio' aconteca, nua e violenta, como se fosse a memória exaltada do mar — do caos anterior às margens". E acrescentas: "(...) isto foi sempre uma fonte inesgotável de mal-entendidos. Que poderia significar, na arena do discurso político, esta paixão de um socialismo que aponta para um terceiro termo não o um da economia e das suas quantificações, não o dois do diálogo e dos mecanismos democráticos, mas o três do improvável, do virtual, do 'amor impar'?"

É uma passagem que daria pano para muitas mangas, pois além de resumir magnificamente o que me parece ser mais o que a tua inspiração tem de mais precioso em termos políticos (ainda quando, como sucede amiúde, é a propósito de "outra coisa" que se manifesta), me permitirá também, apoiando-me em ideias tuas fundamentais, vincar melhor a discordância ou sérias reservas que me merecem outras não menos tuas tomadas de posi-

Assim, para começar por algum lado, direi que subscrevo sem esforço a passagem que acabo de mar, e que o farei com entusiasmo acrescido se esmeres de acordo em acrescentar "a máquina estaao que dizes sobre "a evidência da máquina momómica", ou se me concederes, conforme está de se me afigurar impossível, que essa máeconómica pressupõe e acarreta a máquina estatal — quer dizer, que o espírito do produtiwismo é uma das versões extremas e mais eficazes do espírito da burocracia, devendo esta, é claro, ser interpretada na sua acepção forte e extensiva, weberiana, sem confusões funestas como as activamente promovidas pelo neo-liberalismo mais conservador entre o burocrata e o manga de alpaca, ou o espírito de iniciativa e a propriedade privada.

É evidente, do meu ponto de vista, que a libertação do "improvável" e do "virtual" — ou seja, a possibilidade de os frequentarmos, com a "terceira margem do rio", enquanto fios, entre outros por certo, do tecido da vida quotidiana, a possibilidade de lhes atribuirmos socialmente, na organização dos trabalhos e dias, uma condição privilegiada em termos de investimento e representação metafórica dependerá, porém, da capacidade que tivermos para construir modalidades alternativas de poder político e para subordinar a uma vontade política alternativa — pois que visa outra coisa além da economia e além, até, da própria democracia e da ética dialógica que lhe convém2, traduzindo-se numa relação diferente com as suas próprias instituições —, a (pseudo)evidência da máquina económica e da lógica estatal que a consagra e que, desposando-a, a torna ao mesmo tempo confirmação das suas pretensões de racionalidade suprema e título de legitimação. E é por isso que, quando chego, por exemplo, às páginas 117-119 ainda do primeiro volume do teu diário, ou às 417-419 no final do segundo, me sinto presa de uma singular perplexidade. De novo, tenho a convicção que estás mais do que certo quando dizes que "tudo aquilo

que hoje se me oferece em termos de alternativas no quadro das democracias ocidentais me parece perfeitamente irrisório. (...) Os Governos que por essa Europa fora se dizem socialistas, sociais-democratas ou liberais, são no poder tão pouco socialistas, sociais-democratas ou liberais, que tenho imensa dificuldade em distingui-los" (II, p.417), ou quando sugeres que "o essencial seria inventarmos o-outro-da-racionalidade-económica" (I, p. 119). Continuo a acompanhar-te quando concluis que "então é o combate cultural que me convoca e empolga, porque é através dele que se poderá minimamente assegurar a abertura ao espaco do possível - o possível de outra Esquerda" (II, p. 419). Mas se é no campo do sentido, na dimensão do sentido, que, conforme repetes insistentemente um pouco por toda a parte destes teus diários, a diferença da "Esquerda" se deve afirmar e desenvolver, o que justifica o modo como acentuas a prioridade da intervenção cultural, então torna-se necessário escolher entre — a redução da "Esquerda" à dimensão cultural tal como a conjuga e situa a racionalidade burocrática e económica dominante, acompanhada da redução da política ao "pragmático", no sentido mais rasteiro, ou, em todo o caso, à cena da lógica institucional existente, o que subalterniza definitivamente, em termos de civilização, ou seja, de vida quotidiana. "o-outro-da-racionalidade-económica", deixando-o na dependência da boa vontade ou tolerância das modalidades e instâncias diversas da economia política estabelecida — fraca garantia quando temos presente que o próprio liberalismo dos Estados de direito que sabemos foi e será, por certo, função da vitalidade das exigências de democratização da história dos últimos séculos e não constitui um dado adquirido de uma vez por todas, definitivamente naturalizado ou superiormente garantido pelas instituições do liberalismo económico (é notório como certas versões deste último são explicitamente anti-democráticas); ou — uma concepção alternativa tanto da política como da dimensão cultural, ou seja, uma concepção da política como intervenção cultural que ponha a questão do sentido e o sentido em questão onde "a evidência da máquina económica" ou a razão de Estado uma e outra coisa recalcam.

Por outras palavras: a generalização da questão do sentido confunde-se com o aprofundamento da democracia e com aquilo a que tu próprio chamas (I, p. 119) a defesa da "ideia de que há uma racionalidade (estética? comunicacional?) que se não pode subordinar à racionalidade económica", e que, já que o não fazes, acrescento eu, terá que se sobrepor a esta última. Porque não levantariamos, com efeito, a questão do sentido a propósito da economia política dominante, ou porque não deveríamos pôr em questão o sentido de uma organização política da sociedade assente na naturalização dessa máquina e da sua hierarquia? Não corresponderá isso a um mínimo do que exige de nós, por exemplo, esse "lugar onde o desejo ousa fitar a morte nos olhos", que é, segundo Eugénio de Andrade o que justifica que, fazendo-o ser, a poesia não seja "a mais fútil das ocupações", e que é, ao mesmo tempo e também, um lugar ou modo do tempo — "flexão de um verbo conjugado à noite", como o diz David, " (...) quando vem do fundo do Tempo a luz em luta com a treva", enquanto "o cristal do mundo nos diz nada" e "o terror de ser nos arrebata"- que só investido e aberto nas mil e uma outras ocupações e ócios da existência, resgatados assim do tædium vitæ a que a redução à insignificância os condena, preserva e consuma deveras, ou leva deveras a sério, a aventura do poema: a seriedade borgesiana, como a da criança que brinca, do seu jogo, não mais nem menos do que a "solenidade e risco" que ele revela, segundo o verso de Sophia, em cada gesto postos, quando ou pois, e é a vez de Cesariny, se trata de "tocar com o pulso um sol antigo", "lá longe onde se cruzam as nascentes"?3

A verdade é que, se levantarmos, com alguma intensidade que faça diferença ao nível da representação que uma sociedade constrói de si própria - enquanto faz as outras coisas que faz todos os dias: do mais informal ao mais cerimonialmente programático —, a questão do sentido, isso terá consequências políticas de fundo, ou comportará exigências libertárias de tal alcance que, francamente, não vejo como possam deixar de implicar a ruptura — mediante a democratização efectiva do mercado e da empresa — com a lógica do capitalismo, ao contrário do que, com o apoio de Gorz, tu pareces admitir. Poderá a racionalidade comunicacional e estética aceitar, sem degradação, limitar-se a umas tantas reservas sob a tutela de um qualquer Ministério da Cultura, legitimando que mais não seja por omissão a "evidência da máquina económica" nos restantes campos, sendo que é nestes restantes campos que a imensa maioria dos indivíduos são socialmente obrigados a passar a sua existência vigil? Ou será, de facto, necessário "obstinadamente recolocar a questão do sentido em relação ao sistema contra aqueles que com um desprendimento cínico, apenas querem que o sistema funcione da forma mais eficaz possível" (II, p. 105), implicando isso que o combate democrático trate como dimensão cultural decisiva, não apenas o que a economia política dominante identifica como esfera da cultura, mas todos os grandes motivos e representações nucleares que acompanham e legitimam o funcionamento actual do "sistema"?

Tu dizes que "a Ideia de Esquerda se reduz politicamente hoje à memória de uma cultura que vive mais no desejo das obras do que no rigor dos conceitos, e que não há honestamente uma tradução democraticamente exequível desta memória" (II, p. 419). Talvez. Mas o certo é que mais do que a exequibilidade de uma tradução o que está em jogo aqui é a possibilidade da própria democracia. Mesmo fechando momentaneamente os olhos ao abuso de linguagem que é chamar democracias aos Esta-

de direito, liberais, de tipo ocidental que conhee mesmo limitando o problema à salvados procedimentos democráticos que modepoder das oligarquias das sociedades corresmandentes, não me parece dificil ver que a permadas liberdades adquiridas de que gozamos, mecanismos demo-" só poderá ter como garantia o seu mestimento, por para eles fazer sentido, pela matoria, digamos assim, dos cidadãos em cada implicados. Fazer sentido significa aqui o matrário de ser indiferente, do mesmo modo que investimento mais denso e vivo dos mecanismos amocráticos existentes nas sociedades de tipo libepor amor da liberdade e dos horizontes que a construção da cidadania abre aquém e além da dimensão do exercício do poder e da deliberação da significaria por certo o desenvolvimento de uma wersão anti-estatal do poder político e da deliberação institucionalmente vinculativa — quer dizer, o desenvolvimento da democracia contra o Estado, nos antípodas da organização hierárquica da economia política hoje dominante.

Gostaria, porém, de deixar explícitas uma ou duas coisas fundamentais a propósito do projecto de cidadania a que me estou a referir. A primeira é que, sob pena de se anular a si próprio, ele implica a multiplicação e intensificação dos mecanismos democráticos e das liberdades enquanto únicos meios de actualização crescente dos seus fins. A consolidação e utilização plena das liberdades e mecanismos democráticos disponíveis ou a instituir não é menos vital hoje do que antes da queda do Muro de Berlim, pois abundam à nossa volta, arriscando submergir-nos, as questões que exigem soluções urgentes — a segurança nas cidades e os problemas ecológicos são exemplos evidentes --, e que, caso faltem protagonistas bastantes a alternativas democráticas perante o actual estado de coisas, poderão ser caldos de cultura ideais para medidas que, em nome da salvação pública, do interesse nacional, etc., reforcem os traços oligárquicos e burocráticos que tolhem o alcance dos mecanismos democráticos nos diferentes regimes liberais nossos contemporâneos. É, de resto, uma questão que deixas em aberto no que escreves sobre a ecologia e o imaginário fundamentalista a que ela poderá dar lugar. Mas se é um facto que, "para além de alguns aspectos secundários que todos estão dispostos a aceitar, as grandes reformas ecológicas implicam uma tão grande agressão aos hábitos e interesses quotidianos da maioria que nenhuma decisão em termos democráticos poderá lá chegar - só uma revolução e uma vanguarda suposta esclarecida" (II, p. 54), não é menos certo que ou mudamos esse facto, alargando as liberdades e responsabilidades democráticas deliberativas dos cidadãos implicados e a sua capacidade de ponderação e decisão na matéria, ou, ainda que a coberto de imperativos técnicos de sobrevivência, não vejo como evitaremos a prazo, perante a agudização dos problemas de saúde pública e de delapidação de recursos, a consolidação de instâncias de decisão supostamente esclarecidas, que funcionarão minando, revolucionária ou contra-revolucionariamente, os mecanismos democráticos e as liberdades existentes.

Outro esclarecimento fundamental é o seguinte: a democracia contra o Estado não se confunde com a tentativa inconsistente de eliminar o poder político ou as leis da companhia dos humanos, nem com o desígnio igualmente inconsistente de pôr cada um a tentar fazer vingar democraticamente os seus desejos ou interesses privados em votações de braço no ar. A participação igualitária dos implicados na decisão das leis que os vinculam confronta cada indivíduo, por um lado, com um poder político e uma lei que — não traduzindo a vontade prexistente de ninguém e impondo-se a todos — ele deve reconhecer como parte de um princípio de realidade incontornável, e, por outro lado, com a necessidade de ser capaz de se representar como cidadão,

sendo, é claro, que as determinações da cidadania não o esgotam nem se destinam a de algum modo reduzir as outras dimensões da sua existência. A representação aqui em jogo não remete tanto para o que toma o lugar de uma outra coisa como para uma auto-reflexão que tem por efeito refazer um modo de estar presente, criando uma nova dimensão, qualidade ou modo de ser, que nada seria de outro modo, na presença representada. É assim que, uma vez que a exigência da regra enquanto regra se traduz e completa democraticamente enquanto exigência de invenção, assumida como tal, da mesma regra ou nomos, no horizonte de uma indeterminação incolmatável e última, o indivíduo precisa da capacidade - reflexiva, histórico-socialmente formada e psiquicamente investida — de se representar como cidadão para como tal poder comparecer na ágora, deliberando da lei que o vinculará e dos limites que esta porá ao seu próprio âmbito de exercício e aplicação, para não se negar enquanto exercício de liberdade, de acordo com a ideia de que a participação igualitária no poder político é a melhor maneira de o limitar⁴. Por outras palavras, a participação política igualitária no auto-governo colectivo é a melhor - não definitiva, nem absoluta — garantia da autonomia individual nos outros planos da existência.

De modo análogo, a aposta libertária na democracia contra o Estado não consiste em pretender que as leis e o poder político baseados no exercício de uma cidadania plena possam institucionalmente garantir a persistência da aventura do sentido de que falávamos atrás ou, a outro nível, bastar como "razões" da democracia. Não há instituições nem fórmulas políticas que possam garantir por si sós a liberdade (embora as haja que irremediavelmente têm o sacrifício da liberdade e as restrições ou abolição da cidadania por condição prévia ou inevitável efeito), e, deste ponto de vista, a superioridade da democracia está em propiciar a aventura, juntamente com a indeterminação que preside à sua própria lei ou instituição, onde as outras formas de poder estão condenadas, por imperativo de sobrevivência, se quiseres, a tentar proibi-la ou mutilá-la radicalmente.

Enfim, muitos outros aspectos haveria a assinalar ainda, mas vai sendo tempo de passar a uma outra série de questões que levantas em ligação com aquilo que faz com que a aposta na democracia seja sempre movida também por "outra coisa" e outros sentidos.

3. É, na realidade, um tema essencial aquele para que apontas quando escreves que a democracia "entregue à mera forma de si própria, tende a esvaziar-se, tende à erosão dessa forma. Não pode haver apenas democracia, tem de haver desejo de democracia. Não pode haver apenas democracia, tem de haver a Ideia de democracia" (II, p. 91). De resto, a preocupação que, nesta e noutras passagens o problema te merece, aproxima-te, talvez mais do que te dás conta, de um pensador cuja grandeza, nestes últimos anos, tendes, algo inesperadamente para mim, a subestimar. Refiro-me a Castoriadis⁵ e à sua insistência na insuficiência da vontade de autonomia que não logre ser vontade ou projecto (ou articular-se com a vontade e o projecto) de qualquer coisa mais, imaginando e investindo outros valores e sentidos, outros "porquê" e "para quê" que "peguem" e floresçam no modo como significamos/imaginamos as coisas com que fazemos as nossas vidas. Castoriadis sublinha, de facto, em "La polis grecque et la création de la démocratie"⁶, a necessidade de pensarmos o "objecto" da autonomia democrática, bem como a necessidade para a ideia de democracia de outros sentidos, que ela própria, enquanto "fim em si", não basta para imaginar: "Queremos a autonomia ao mesmo tempo por si própria e a fim de nos pormos em condições de fazer. Mas de fazer o quê? (...) seria impossível dissociarmos a autonomia política do 'resto', ou da 'substância' da vida em sociedade", sendo que,

larga medida, esta vida [em sociea ver com obras e objectivos comuns, dos quais é preciso decidir em comum e que assim objectos de discussão e de activiinde politicas". É ainda nesta ordem de ideias que mesmo ensaio estabelece um nexo essencial, para da pólis ateniense, entre o investimento peindividuos, num registo agonístico, da beleza e m subedoria como "significações imaginárias" nue essa outra significação imaginária que foi wersão da cidadania. Uma cultura da beleza e a sabedoria terá constituído assim o sentido da membleia dos cidadãos e da liberdade política, ao tempo que estes dois últimos elementos, enfiguras da acção, na acepção arendtiana do terão sido condições de possibilidade dessa elaboração cultural.

Deixando de lado a pólis ateniense, gostaria agora de trabalhar um pouco, a partir dos teus diámos, esta questão do "objecto" e do sentido requeridos pela ideia, como tu dizes, ou representação para além de si própria, que vitalmente a democracia, enquanto reinvenção permanente, pressupõe. E aqui estaremos ambos de acordo, se não me engano muito ao ler-te, pelo menos quanto aos termos fundamentais da discussão.

Em primeiro lugar, a emergência do sentido, na sua máxima generalidade, é de ordem ficcional e poética, tal como a linguagem é invenção (imaginação radical e criação ontológica na terminologia com que Castoriadis reformula e leva às últimas consequências certas teses hermenêuticas), excedendo indefinidamente as condições em que emerge. Do mesmo modo que a música, segundo Steiner, a nada corresponde, a não ser à criação de um novo tipo de ser⁸, provando que não é verdade que "do nada, nada venha", também a linguagem e o sentido não podem ser derivados de nada que não seja a sua própria invenção, essa construção imaginária em que a literatura e as artes se apoiam, fazendo ser, sempre segundo Steiner, o que poderia

não ter sido, e que, por tais sendas, de algum modo repetem e libertam no coração de cada dia. Isto não quer dizer que o sentido seja uma dimensão ensimesmada ou que não busque sempre "outra coisa" ao inventar-se. Quer no plano individual, quer no da sociedade e da história, o sentido é sempre construção de um mundo a partir dos elementos sempre já dados, mas de tal maneira que, como queria Proust, teremos sempre que os criar. Assim, penetrando a textura do real a favor do incessante movimento da metamorfose sem lei nem fundo que o anima e indetermina, e tornando cada ser cuja presença ao nosso contacto se refaz (tornando a representação de cada ser) imagem e signo, o sentido, sendo sempre acontecimento e invenção de si próprio, é sempre noutra coisa que acontece e se inventa.

Mas se o sentido "vem do nada", como escreve Steiner, se na história, enquanto domínio das "significações imaginárias" que sustentam a instituição humana de cada sociedade, há, como quer Castoriadis, criação ex nihilo, então, entre outras coisas, isso significa que não há todo que seja tudo, que em tudo não há ser que não seja sido pelo tempo e pelo caos do seu sem fundo de metamorfose ontológica incessante. Com efeito, o acontecimento do sentido enquanto criação ontológica implica a acção, a montante e indefinidamente, de uma potência de metamorfose, de uma potência de criação ontológica no coração do real, juntamente com o vazio que, implicado retrospectivamente pela criação acontecida, pulsa, inacabando-as sem limite, nas suas fibras mais extremas.

É nesta perspectiva, do reconhecimento da emergência do sentido como actividade po(i)ética de criação ontológica, que paradoxalmente um ateísmo, capaz de intervir nessa dimensão decisiva de onde as religiões tiram a sua força de convicção — um ateísmo que, como sustentarei adiante, talvez implique mais uma outra versão do que a

supressão do religioso —, me parece extrair o melhor das suas razões. (...)

NOTAS

- Vai sendo tempo de reler Lefebvre, que terá sido um dos últimos grandes pensadores marxistas, apesar de, em meu entender, o que de mais vivo permanece no seu pensamento só ter a ganhar em ser retomado na atmosfera de um pensamento emancipado dos impasses e recalcamentos críticos a que, mesmo depois da ruptura com o PCF e seu posterior aprofundamento, a sua formação marxista, regularmente por assim dizer, o condenou. Mas há, seja como for, centelhas de génio em certas inspirações de Lefebvre, pelo que talvez seja um sintoma alarmante o facto de andarem esquecidos volumes seus, como Introduction à la modernité (onde se incluem textos fabulosos como "Vers un nouveau romantisme?"), La Vie quotidienne dans le monde moderne, Le Droit à la ville, Le Royaume des ombres, entre numerosíssimos outros livros ou artigos esparsos, quando discursos de um marxismo epigonal, entre a estupidez dogmática e o autismo universitário, que o por vezes concomitante cinismo não logra resgatar, ocupam não raro a ribalta, cordialmente acompanhados de outros discursos, não menos débeis e/ou pedantes, nem menos cínicos igualmente, sobre o fim das ideologias, a vocação totalitária da filosofia ou da política, as virtudes terapêuticas do revivalismo religioso, etc., etc.
- Talvez nesta e noutras passagens, em contraste, de resto, com o que nalgumas diferentes ocasiões te acontece sugerir, tu subestimes um pouco o diálogo e o dialógico, reduzindo-os a um exercício definido pela regra haber-masiana do "melhor argumento", e esquecendo, para além do momento argumentativo, a sua dimensão poética e a sua potência de invenção. O diálogo não é apenas nem principalmente, diga o que disser Deleuze (pois que ele próprio não terá, apesar de tudo, aprendido a falar sozinho), integração niveladora, e não se reduz tão-pouco à troca de ideias e escolha racional entre alternativas, ao menos implicitamente, já dadas. Cria ideias novas e novas alternativas, alarga o campo do possível, no sentido em que não só permite descobrir como pode fazer ser o que não havia. Cada diálogo é, além disso, um acontecimento singular, instaurando um tempo narrativo e musical próprio, em ligação íntima com essa philia, referida por Aris-tóteles, sem a qual a ideia de uma ética argumentativa da comunicação, e, mais ainda, a própria atmosfera vital da filo-sofia, seriam pura e simplesmente impossíveis.
- 3 Cf. Eugénio de Andrade, Rosto Precário, Porto, Limiar, 1979; David Mourão-Ferreira, Infinito Pessoal [1959-1962], in Obra Poética 1948-1968, Lisboa, Editorial Presença, 1988; Sophia de Mello Breyner An-

- dresen, Geografia (1967), in Obra Poética III, Lisboa, Caminho, 1991; Mário Cesariny, Pena Capital (1942-1976), Lisboa, Assírio & Alvim, 1982.
- 4 Vejo com satisfação ideias semelhantes, embora talvez insuficientemente assumidas sob certos aspectos, citadas com louvável insistência no livro de Chantal Mouffe, *Le Politique et ses enjeux. Pour une démocratie plurielle*, Paris, La Découverte/MAUSS, para cujas propostas chamavas a atenção numa das tuas crónicas do *Público*.
- 5 Ser-me-ia dificil não te fazer este reparo, tanto mais que da concepção do social-histórico, por um lado, e da psique, por outro, como imaginação radical, à ideia do tempo como movimento de criação/destruição ontológica "sem fundo", vibrando as fibras mais singulares de cada ser que acontece, à sua crítica do totalitarismo e à proposta de pensarmos a democracia como a invenção de uma forma de instituição da sociedade em que os cidadãos têm por divisa "somos aqueles que se dão a sua própria lei", o que implica, por um lado, uma desmitificação radical da ideia democrática e a exposição da sua trágica fragilidade inconfundível, e, por outro lado, a construção de uma cultura ou constelação de "significações imaginárias" de molde a incitar-nos a "fitar a morte nos olhos" e a investir a imaginação de um mundo onde valha a pena viver, medindo-nos com o próprio caos a que ele umbilicalmente nos liga, etc., etc. — Castoriadis é, no plano do pensamento fundamental como no da elucidação política e da crítica democrática, um exemplo singular dessa arte a que Sophia nos convida ao falar dos que "Navegavam sem o mapa que faziam", e que ele pratica tanto interrogando as "encruzilhadas do labirinto", com que nos comete a paisagem histórica que nos cabe recriar (até para sermos fiéis ao que nela nos cria a nós), como mostrando que tal interrogacão se prolonga na exigência de um confronto, não menos decisivo, com esse outro labirinto que, segundo a luminosa leitura de David, um Pessoa nos leva a descobrir em cada um de nós — labirinto que, tal como o da história, é em cada caso criação e singularidade ontológica plena, irredutível a qualquer ordem perene de determinações, tempo que excede toda a equivalência identitária até ao mais fundo do nosso ser. Tudo o que isto implica em termos de indeterminação última do sentido, de presença nas personagens reais da história e da vida de uma dimensão poética seminal, de exigência de reinvenção da política para além daquilo a que chamas a sua redução "à dimensão pragmática" (II, p. 270-271), de insistência até em que "só um pensamento poético poderá", como escreves, "pensar até ao fim a tragédia da política que é este fim do século XX" (II, p. 272), bem como tudo o que inumeráveis outros aspectos — da crítica do marxismo nos anos 60 e 70, deixando a perder de vista as teses em enésima e aguada versão com que tens a fraqueza de te extasiar em Balibar (II, p. 178), passando pela crítica da unilateralidade

"comunicacionais" ou "argumentativos" à Habermas, e sem esquecer a caracterização innente acutilante do "espírito do capitalismo bur e das suas tendências estratocráticas ... — nos m a pensar em termos políticos alternativos, dir-se-ia, malde a motivar algum interesse mais vivo, ou, pelo a contestação mais elaborada da tua parte. actual e espero que passageira "embirração" Castoriadis seja, por assim dizer, um sintoma da difitens em passar do teu mais que justo desinde uma cena política, caída na mais rasa "dimena outra solução que não seja a de ir "inclimensão utópica para o campo cultural" (II, p. 270), de isso te levar, por mais do que uma vez, à ração de alternativas mil vezes mais intensas a cuja limente certos leitores não deixarão de ser sensíveis Inhas mais vivas do que escreves.

Cornélius Castoriadis, Domaines de l'homme. Les du labyrinthe II, Paris, Seuil, 1986, sobretudo p.

Cf. Hannah Arendt, Condition de l'homme moderne Georges Fradier, com um importante prefácio de Picceur), Paris, Calmann-Lévy, 1983.

Estou a pensar na citação que fazes nas páginas 389de teu Diário II: "George Steiner: 'Coloco uma pergunta mão sou capaz de responder: What in the world is the like? "Uma tradução que sacrifique um pouco a multicidade lapidar do inglês dará isto: O que é que no mundo se assemelha à música? 'Não conheço a resposta, mas mu é à a pergunta certa'." A INDEPENDÊNCIA NACIONAL MAIS PRODUTIVA:

«Até ao ano 2000 temos lavagem para alimentar todos os porcos»

A BEM DA NAÇÃO USE **VOCÊ TAMBÉM** NO SEU CURRAL PRIVATIVO

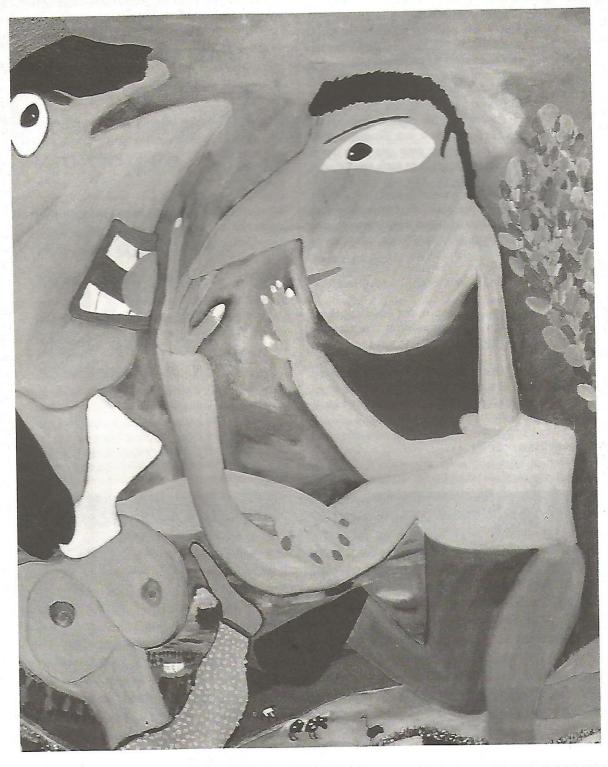
CRC
COMER RAÇÕES
DOS COBRIMENTOS

ALIMENTO PARA PORCOS

DE TODOS OS CALIBRES

COM ALTO VALOR PROTEICO-PATRIÓTICO





caderno: MARGINALIDADE SOCIAL, CRISE, RUPTURAS

Morreu, acabou

por MARIA OLY PEY

"Partimos de vários enganos: da idéia de limpar, passamos à idéia de consertar, vamos até a idéia de punir e desaguamos na vontade de exterminar. Não percebemos que eles são quase uma vanguarda política, nos fortalecendo com sua tragédia real."

Arnaldo Jabor (equipe de articulistas da Folha de São Paulo, 30-5-95)

De altura da qual me encontrava, é possível ver de se espichando até a linha do horizonte, quatro quadrantes. São Paulo é muito um corpo grande e canceroso, se for de chamar de câncer um súbito, rápido e do corpo outrora ordenado e controlável. À de câncer vem sempre associada aquela de desordem, malignidade e doença.

Os pedaços "doentes" de São Paulo são visíveis de tão alto como grandes e numerosas manchas maza, distribuidas ao acaso pelo enorme corpo demarcado por "espigões" sem cor, telhados vermelhos, rios negros, piscinas azuis, vegetação amarelada e milhares de vias de circulação em movimento.

Nas manchas cor cinza nada consigo demarcar, nem pela cor, nem pelo relevo, nem pela constituição. Mas sei que são os pedaços marginais e perigosos, mas cujo crescimento no corpo social da cidade tem sido tão avassalador, que os sintomas da suposta doença são visíveis de uma altura, onde geralmente tudo que nos cerca respira uma atmosfera tão saudável, tranquila e prazeirosa, quanto

pode ser a artificial atmosfera do interior de um avião que se prepara para aterrar em qualquer destas grandes metrópoles brasileiras.

Nas brechas do tempo, ainda é possível chegar ao asfalto, ou até às vielas do subúrbio ou da favela, antes da máquina que voa, montada nas asas do jornal paulista de maior distribuição, que fala da cidade do Rio, como se o Rio de Janeiro não fosse o espelho do corpo social de todos os brasis.

A Folha de São Paulo anuncia em manchete datada da primeira quinzena de maio de 1995: POLÍCIA MATA 14 EM FAVELA DO RIO. Essas 14 pessoas anunciadas como "executadas", num único dia, em uma única favela, revela uma referência numérica modesta. O número de mortes por dia de pessoas pobres e que vivem à margem dos direitos e deveres civis, no Brasil, excede em muito o de qualquer conflito armado ocorrendo no mundo, hoje. É conveniente lembrar quem compõe o quadro destas multidões marginais-pobres: os sem-terra, (sem propriedade); os sem-teto, (sem residência fixa); os sem-emprego, (porque o perderam ou porque nunca o tiveram); os sem-família, (porque nunca a tiveram, como os meninos e meninas de rua, ou porque suas práticas sociais diluiram a célula social onde nasceram, tais como as prostitutas, muitos homossexuais, os grupos de mulheres com filhos, e outros); os sem-salário (mantidos na condição de escravos ou sujeitos a retribuições fortuitas ou sazonais, inferiores a um salário mínimo mensal), ou seja, os milhares que se encontram sobrando da organização regular do Sistema

Atribui-se aos executados, cujo extermínio tem sido amplamente divulgado pela imprensa, uma característica especial: seriam eles traficantes de drogas não legalizadas, ou estariam envolvidos com este comércio ilegal, de alguma forma. Em função desta ocorrência deveriam ser enquadrados na categoria de *multidões-marginais-pobres-infra-*

toras, mas são simplesmente denominados por "bandidos"; o que no dicionário de português vem a ser: salteador, malfeitor, facínora, bandoleiro. Pessoa sem caráter, de maus sentimentos.

Eu explico a expressão que estou me valendo, e que me parece mais própria que a adjetivação que o dicionário atribui à palavra bandido, a qual está sendo utilizada para estas pessoas. Porque são multidões, e são multidões porque são muitos, conformando um aglomerado confuso e difuso, onde não se enquadram grupos perfeitamente identificáveis, classificáveis e controláveis. São marginais porque, seja por razões desejadas ou não, sobram ou escapam ao controle a que todo corpo social está submetido. São pobres porque nenhum dos enquadrados nesta categoria tem capital acumulado, o que significa também que nenhum dos executados tinha dinheiro. São infratores porque, se traficantes, infringem ou fraudam a Lei.

No entanto, a alcunha de bandido deve estar ligada ao fato de que os marginais pobres traficantes praticam outras infrações, tais como: assaltos, roubos, sequestros, pilhagem, estrupos, atividades que somente se aliadas à penúria ou escassez de riquezas materiais e não enquadramento social/moral burguês vão determinar o quadro geral da bandidagem.

Foi divulgada, ampliada e estimulada temporada de caça para fins de extermínio à bandidagem, ou seja, aos marginais-pobres no país. Para o governador do Estado do Rio, Marcello Alencar, "felizmente, as vítimas eram bandidos". Logo após a matança, o cardeal arcebispo do Rio, D. Eugenio Sales, afirmava que "via de maneira positiva os acontecimentos". A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança do Rio respondeu, justificando a omissão dos laudos cadavéricos e das fichas de antecedentes criminais dos mortos, dois dos quais com 17 anos e os outros variando entre 18 e 25 anos: "Bandido morreu, acabou". Quanto ao atual secretário estadual de Segurança Pública

do Rio, General Nilton Cerqueira, afirmava em 20 de maio, em visita a policial baleado em uma blitz da polícia na zona norte: "O primeiro tiro tem de ser da polícia, não do bandido". Reafirmando sua posição, dois dias após: "Tiro dado por policial tem de ser mortal mesmo, senão ele vai pagar com a própria vida". E, finalmente, um dia depois, em recomendação à polícia para que não socorra supostos marginais baleados em tiroteio: "Eu acho que o socorro deve ser prestado pelo pessoal especializado em saúde".

Equívocos, hipocrisias e vigarices à parte, disputas a bala por pontos de droga nas metrópoles brasileiras entre bandidos e "autoridades" compõem apenas o espetáculo da criminalidade.

Em primeiro lugar, o problema em questão não é o tráfico de drogas não legalizadas; ou seja, a prevenção ou repressão do tráfico, suponhamos que seja apenas uma desculpa, generalizadamente aceita pela chamada opinião pública, para exercer o controle sobre áreas incontroláveis do corpo social, bem como praticar a punição exemplar sobre qualquer invenção de outra ordem.

Porque um simples olhar lá de cima é suficiente para perceber que estamos navegando às cegas pela eclosão de uma outra ordem. Uma ordem onde a multidão confusa e difusa não virou multiplicidades organizadas numa ordem tão familiar e tão cara à sociedade burguesa. Nas manchas cinza da cidade, onde é casa e onde é rua? Ou, mais teoricamente falando: onde estão os limites entre o público e o privado? Onde termina uma casa e começa outra? O que é casa e o que é mercado, boteco ou passagem? O que é propriedade de quem? Quem tem a posse do que, e por quanto tempo? E as pessoas escuras e feias para nós, que ali se movem? Talvez gostássemos que eles fossem indivíduos como nós, perfeitamente individualizados, catalogados, definitivamente classificados e ordenados, politicamente dóceis e economicamente úteis. Mas a maior parte deles não é assim. Muitos

de trabalho, horários e ocupações

Parece que apesar de todo esforço edumeios de comunicação de massa, está
multidão resistente a esta ordem, seja
que forem. E como cresce, quanto se
e quão rápido, o inesperado tumor
desordem no seio da ordem burguesa

sem puvidos para qualquer planejamento, ciênesses indesejáveis para a ordem burse reproduzem, parindo dezenas de filhos min pela Virgempelo Espírito Santo-Estado. E já dizia a manual de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya dela companya de la companya de la companya dela companya dela companya dela companya dela companya dela companya dela companya do pai dela, do irmão, do tio, do vizinho, do do milico, do supervisor da cela onde ficou do cara que lhe fez uns agrados e lhe deu tostões, daquele que agora está morando no barraco com ela e de outro que nem lembra mais ou nem sabe quem é mesmo, com uma sabe-"concreta" de arrepiar: "Pobre tem de ter filho, pois que algum vinga, mas a parte maior é morto". E, com tudo isso, vingam e não se matam de jeito nenhum, como no nosso saudável ambiente social. Se morrem, e como morrem, é de morte morrida ou matada, que nas últimas semanas em dado uma média diária anunciada, só na cidade do Rio de Janeiro, em torno de 25 pessoas.

Como vigiá-los e puni-los por tantas e tamanhas transgressões? As prisões estão cheias, superlotadas; tem 30 infelizes no lugar de 10 e parece não adiantar nada. O enclausuramento nas prisões, esta forma exemplar de assegurar a disciplina, de ensinar a ordem disciplinar da sociedade burguesa para quem está fora da prisão, e para garantir o reaprendizado para quem está dentro dela, não funciona mais, parece ter perdido sua eficácia político-económica.

Como enquadrar esses bandidos que matam por vingança e não acreditam na Lei? Que não se deixam representar pelas leis da sociedade burguesa para matar, ensinar, curar, premiar, castigar? Que fazer com essa bandidagem fora da Lei? Para o Sr. Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, só sobrou uma possibilidade: matá-los. O genocídio é a solução! Fazê-los morrer para deixar-nos viver, nós dóceis e úteis trabalhadores burgueses. Nós, responsáveis ad eternum pela escravatura assalariada; nós, que de tantas coleiras usadas já orgulhosamente podemos usufruir dos direitos e deveres inventados nas relações de poder-saber, que nos sujeitam, sem sequer mais coleiras visíveis.

Como reconduzir ao rebanho tantas ovelhas desgarradas que rezam para todos os santos, mas não praticam os mais elementares dogmas da moral burguesa? Esses andróides que podem ser tudo e nada ao mesmo tempo? Criança e adulto, homem e mulher. E que fazem isso com toda naturalidade do mundo, sem nenhum complexo de culpa? Para o Sr. Bispo do Estado do Rio de Janeiro, também só sobrou uma possibilidade: matá-los. O genocídio é a solução! Fazê-los morrer para deixar-nos viver, nós perfeitamente identificáveis e normalizados, ou seja, sendo crianças e depois adultos, homem ou mulher, depois abençoados por uma comunhão a dois, passando a partir de então a ser uma célula social, perfeitamente identificável, vigiável e punível por Deus e pelo Estado, entregando nas mãos de ambos nossas posses, nossa verdade, todos os nossos bens materiais e espirituais para ser por ambos administrados, regidos e submetidos.

E por tudo isso, e por ter internalizado a coleira da hierarquia do mal para o bem, do anormal para o normal, do deficiente para o eficiente, que passa a significar: do transgressor para o obediente da norma burguesa, do marginal para o integrado ao sistema de saber que a todos classifica, do pobre para o rico nas relações de poder que a todos fixa; aos policiais civis, eventualmente transgressores, marginais ou pobres, também só sobrou uma possibilidade: matá-los. O genocídio significa a prática da segurança. Fazê-los morrer para deixar-nos viver, nós policiais que somos os cães de guarda por excelência da sociedade disciplinar. Morreu, acabou!

É preciso que fique definitivamente entendido que só se existe, sujeitando-se. E que qualquer transgressão da Ordem deve ser rigorosa e espetacularmente punida.

Em tempo ainda, gostaria de lembrar uma peça da literatura novelística brasileira, que sob o nome Guerra Sem Fim passou na Rede Manchete de televisão, em meados de 1994. José Louzeiro, o escritor de Guerra Sem Fim, narra efeitos de poder produzidos nas relações de força entre gangues de traficantes de drogas não legalizadas de um morro de favelados do Rio de Janeiro e outra gangue, constituída pelo trabalho conjunto da polícia, governo e empresa privada.

Passo a reproduzir alguns diálogos que, embora sendo ficção, me parecem ilustrar com maestria o lado oculto dos acontecimentos que desaguam nas informações jornalísticas que compõem o nosso cotidiano, tais como as retiradas por mim da Folha de São Paulo, durante o último mês de maio:

CHINA (traficante, terrorista, sobrevivente da repressão da ditadura militar que dominou o Brasil após 1964, líder da bandidagem do Morro do Paciência) e sua filha:

- O povo morre como mosca em papel melado, minha filha. É o que a elite quer. Como a elite não consegue diminuir as massas através da castração das mulheres, então ela quer que sejam exterminadas pela polícia e seus grupos de extermínio.

- Pai, você nunca falou em se cuidar...

– Seu pai é um personagem do submundo; escorraçado e perseguido pela sociedade. Eu sou o lado mau, o erro, a mancha, a perversão. Bandido de alta periculosidade, como dizem os policiais. O que eles não sabem é que no submundo existem os demónios, mas existem os santos também. Quanta coisa impressionante eu já vi. Quanta coisa! Quanta beleza nos humilhados, quanta dignidade nos torturados. Ah, minha filha, quanta vilania nos torturadores...

NIKITA (guerrilheira urbana, sambista, continuadora do trabalho de China no Paciência, após sua execução pela tropa de elite da polícia civil, durante uma invasão do Morro) e uma repórter:

- Onde você aprendeu a dançar? Pensei que atirar nos outros fosse a única coisa que você soubesse fazer.

– Eu sei fazer muita coisa, dona Nina. Aliás, eu só aprendo aquilo que quero... Sabe, Nina, o China me ensinou muitas coisas. Ele me disse uma vez que esse negócio de casamento não existe. Aliança, a gente bota no coração, não é no dedo, não. A mesma coisa com a família. Quando a gente encontra uma pessoa que a gente gosta, a gente chama de irmão; quando a gente encontra uma pessoa que protege a gente, a gente chama de pai e assim por diante. China teve muitas mulheres. Ele tem o coração largo, é que nem eu. Eu tenho minha história com o Guará, com o Mandrake, o que não me impede de amar o China. Ele é uma boa pessoa. Mas a minha história não interessa, é uma história comum

DEPUTADO FEDERAL (traficante, ladrão do património da esposa, separado, mas mantendo a aparência de chefe de família), DELEGADO DE POLÍCIA (torturador), EMPRESÁRIO (homossexual, mantendo a aparência de solteiro inveterado):

- Vamos acabar com a violência.
- A violência é consequência da impunidade. O
 China cresceu porque deixaram ele crescer.
- Depois do China, serão os outros. Não é possível que os mais belos recantos dessa cidade, os mais belos Morros sejam ocupados por-essas favelas imundas. Quanto nós temos para acabar com o Paciência?
- Entre armas e munições, 800 mil dólares. Quando começamos a invasão do Paciência?
 - Tem razão, começaremos já.
 - Nós vamos subir aquele Morro e incendiar aquela

Não vai sobrar viva alma prá contar a

E WILVA (travesti):

a cabeça, ó menino! Vamos acabar com

Essa violência toda. Tomara que a dona Lili

estamos de armamento?

bom, muito bom. Tem uma rapaziada boa bem dividida, com AR15, AR18, granada, de cano serrado...

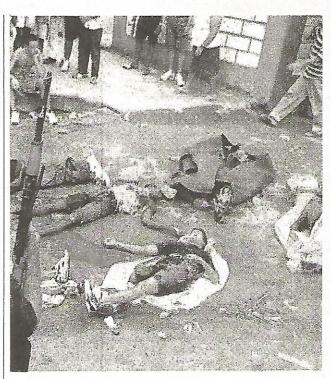
wardade ou ficção?

deparar-nos com a imagem do que sobrou excução de alguns "bandidos", ficamos em se isso reproduz uma realidade ou se a figuestá estampada na primeira folha do jornal mais é do que uma forma agressiva de chameração para a ficção.

aos olhos: ao invés dos "bandidos", como seria se esperar, é o policial que está encapuçado. A maginar pela quantidade de sangue derramado, supõe-se não ter sido uma arma comum de tiro que provocou a morte dos "bandidos", mas armamento típico para extermínio espetacular. Pessoas cruzam a rua ou sentadas ficam como que admirando o espetáculo de uma forma natural, como se estivessem diante de uma cena trivial do cotidiano. O quadro parece tão banal que nem sequer afeta a rotina da venda de gêneros alimentícios de um quiosque na calçada mais próxima

Eis o quadro do racismo de Estado, que no Brasil está matando as multidões pobres e marginais e que está, dia a dia, banalizando a morte.

NOTA - As afirmações das autoridades foram colhidas em pesquisa na Folha de São Paulo, no mês de maio de 1995, através dos repórteres da sucursal do Rio: Sérgio Torres e Cristina Grillo. Texto escrito em maio de 1995, para discussão interna do Movimento - Centro de Cultura e Autoformação, do qual a autora é participante.





Cocaina

por ENRICO MALATESTA

Em França existem leis severas contra os que usam ou vendem cocaína. E, como é habitual, o vício expande-se e intensifica-se, apesar das leis e porventura por causa das leis. O mesmo se passa no resto da Europa e na América.

O dr. Courtois, da Academia de Medicina francesa, que já no ano passado havia lançado um grito de alarme contra o perigo da cocaína, ao comprovar-se o fracasso da legislação penal reclama agora novas e mais severas leis.

É o velho erro dos legisladores, apesar de a experiência sempre haver demonstrado, invariavelmente, que nunca a lei, por mais bárbara que seja, serviu para suprimir um vício ou para impedir o delito.

Quanto mais severas forem as penas impostas aos consumidores e aos negociantes de cocaína, mais aumentará nos consumidores a atracção pelo fruto proibido e o fascínio pelo perigo afrontado, e nos especuladores a avidez

do lucro, que já é enorme e aumentará paralelamente à ameaça da lei.

É inútil esperar pela lei.

Nós propomos um outro remédio.

Declarar livre o uso e comércio da cocaína e abrir lojas onde a cocaína seja vendida a baixo preço. E depois lançar uma campanha para explicar ao público, de forma clara, os danos causados por essa droga; ninguém faria propaganda contrária, porque ninguém poderia ganhar com o mal dos cocainómanos.

Certamente com isso não desapareceria por completo o uso prejudicial da cocaína, porque persistiriam as causas sociais que criam os desgraçados e os empurram para a utilização de estupefacientes.

Mas mesmo assim o mal diminuiria, porque ninguém poderia ganhar com a venda da droga e ninguém poderia lucrar com a perseguição aos traficantes.

Por isso a nossa proposta não será levada em consideração, ou será apelidada de quimérica e louca. E no inteligentes pessoas as entanto poderiam dizer: Já que as leis penais se mostram impotentes, não estaria título menos pelo a certo, experiência, pôr à prova o método anarquista?»

Artigo publicado por Enrico Malatesta no jornal anarquista *Umanità Nova* de 30 de Agosto de 1922

Modernidade da crise urbana

J. M. CARVALHO FERREIRA

do processo histórico de urbanização e rialização das sociedades tornou-se um relevante da modernidade. Quer no plano quer no subjectivo, as múltiplas fissuras social põem em causa a estabilidade dos aglomerados urbanos. Crime, racismo, pobreza, crise de identidade e grupal, etc, são manifestações dessa realidade.

Perante as dificuldades epistemológicas e modelógicas de analisar a crise que atravessa os aglomerados urbanos à escala mundial, modeme a descrever as principais tendências que, meu ponto de vista, são mais pertinentes. A modeme a complexidade dos temas em análise, no outro lado, leva-me a circunscrever o objecto observação ao contexto dos países capitalistas desenvolvidos. Assim, em primeiro lugar, abordarei necessidades sociais que expressam a evolução na racionalidade económica capitalista identificada com o progresso e a razão. De seguida caracterizarei a marginalidade social que desponta desse processo. Por último, tentarei explicitar o conteúdo e as formas dos movimentos sociais

emergentes e as suas hipóteses históricas de superação da crise urbana.

TIPOLOGIAS DAS NECESSIDADES SOCIAIS NO CONTEXTO URBANO

Tendo presente a diversidade dos grupos sociais e a complexidade dos subsistemas culturais que informam os valores e os modelos de consumo da quotidiana urbana. torna-se estandardizar e operacionalizar o conceito de necessidades sociais. Não obstante o grau de dificuldade existente, pode-se conceptualizar as necessidades sociais no contexto urbano a partir da especificidade da evolução do crescimento económico e do desenvolvimento socioeconómico, cultural e político. Importa, por outro lado, sublinhar que o processo de urbanização das sociedades tem sido acompanhado por valores pautados pelo exercício da cidadania, cosmopolitismo e da democracia. Segundo os ideólogos que difundem as virtualidades do progresso e da razão, as necessidades sociais corporizadas nestes vectores também são, em princípio, o produto de uma aprendizagem social estruturada pela mobilidade social, a liberdade e a igualdade de oportunidades.

As necessidades sociais de índole económica

O processo histórico de industrialização e de urbanização das sociedades capitalistas desenvolvidas foi presidido pelos valores do progresso e da razão. O Homem, como entidade criadora de bens e serviços, tornou-se, por tais razões, uma entidade antropocêntrica. As dependências que mantinha em relação aos poderes da natureza e do poder divino foram desestruturadas progressivamente. Como

forma de localização espacial apropriada, os contextos urbanos tornaram-se a matriz social que permitiu a socialização e a regulação dos ditames do progresso e da razão. Em sintonia, e como factores estruturantes cruciais, a ciência e a técnica (Mumford, 1950, 1982) permitiram a consecução desses imperativos.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que se assiste a um aumento da produção e do consumo em massa de mercadorias, o progresso e a razão adquiriram uma legitimidade sociocultural que permitiu progressivamente a padronização das necessidades sociais num sentido lógico-normativo. Actualmente, essas tendências são pacíficas de observar no contexto urbano, através de duas dimensões estruturais básicas.

Em primeiro lugar, a unidimensionalidade estruturante do tecnicismo e do cientismo como base de relação entre o homem e a natureza. Como consequência lógica, a utilização do solo, o ordenamento do território, o clima, o meio ambiente, a população, os recursos naturais, as infraestruturas e os equipamentos colectivos são visualizados como objectos de transformação, de produção, de distribuição e de consumo em estreita correlação com os imperativos do desenvolvimento da ciência e da técnica. Expressão objectiva dessa evolução, as necessidades sociais têm acompanhado o grau de complexidade e de sofisticação atingido pela ciência e pela técnica localizadas no espaço urbano. Pela sua função de estruturação e de mediação no espaço da interacção entre o homem e a natureza, adquiriram ainda um estatuto de externalidade e de neutralidade axiológica em relação aos mesmos. A vontade dos indivíduos, dos grupos sociais e das sociedades é submergida pelas suas virtualidades específicas. Ao permitirem a produção e o consumo de bens e serviços de forma exponencial, passaram simultaneamente a modelar as necessidades sociais que emergem no contexto urbano.

Uma segunda dimensão resulta características da percepção e das representações sociais induzidas pelo progresso tecnológico e científico inscritos na racionalidade instrumental do capitalismo. No plano da intersubjectividade relacional, os meios de comunicação e a informação que modelam o processo de aprendizagem social e cultural dos indivíduos e grupos que interagem no espaço urbano, tornaramse os elementos privilegiados de mediação e de estruturação do processo perceptivo humano e de definição do modelo de representações sociais da vida quotidiana urbana. A percepção de milhões de objectos inanimados ou em movimento e dos indivíduos ou grupos sociais que interagem nas grandes aglomerações urbanas, só se realiza, desde que estruturados e mediatizados pelo progresso científico e tecnológico e desde que os comportamentos humanos sejam definidos por signos e significados identificados com os imperativos da sociabilidade urbana.

Essa lógica perceptiva deriva de relações sociais formalizadas, produto de uma socialização humana determinada pela modernidade da razão e do progresso, com forte incidência na superficialidade, na transitoriedade e na segmentação comportamental dos indivíduos e grupos (Wirth, 1976). A diferenciação subjectiva nos contextos urbanos observa-se com base nas representações sociais de tipo universal e de outras que correspondem a subculturas distintas, que se identificam com um conjunto de valores étnicos, religiosos e nacionais.

Desse modo, ao mesmo tempo que se pode caracterizar o espaço-tempo percepcionado e representado socialmente através dos ditames do progresso e da razão, podemo-lo simultaneamente observar como produtor de necessidades sociais com um carácter dual: umas que dependem de valores e normas socioculturais e que são contingentes da universalidade urbana, outras que

and the substitutas específicas segmentadas e

dos tipos de sociedades, na dade, a cidade, enquanto espaçode regulação de vários foi o local privilegiado do de crescimento económico, tal como já a técnica e à ciência. É fácil se tivermos em linha e a função que subsiste entre de produção, ciência e tecnologia. a esses factores as necessidades aos processos de produção, de de consumo de bens e serviços dimensão e da heterogeneidade dos aglomerados urbanos. da amplitude das actividades e dos recursos materiais e humanos para a sua regulação.

and a ballidade causal entre outros factocerta medida o progresso e o económico que possibilitaram o do processo de industrialização e de sociedades, como inclusive as la contra de sobrevivência e de expansão da espécie humana. Pela via do e do crescimento económico, as cidades expoentes de bem-estar, da e consumo de bens e servicos de mecessidade. usufruto de de e de equipamentos colectivos, de educação, lazer e trabalho. Em estreita com essa evolução, os seus de desenvolvimento têm sido tipificados históricas personificadas de rendimento, poder e estatutos socioatratificados e de um acesso diferenciado educação, lazer, saúde, bens e das grandes cidades.

directamente correlacionada com os

ditames do progresso e do crescimento económico, resultou num conjunto de objectivos e aspirações que, por sua vez, a modernidade da racionalidade económica capitalista estandardizou num modelo de necessidades sociais para os indivíduos e grupos que compõem os aglomerados urbanos. A socialização desses objectivos e aspirações, configurados em necessidades sociais resultantes da actividade económica, é, no entanto, grande desigualdade objecto de uma conflitualidade social. Acresce a esse facto as contingências estruturantes da conflitualidade social subjacente aos fenómenos da revolução e da reforma que emergem do progresso e do crescimento económico. Os grupos sociais desfavorecidos, que são objecto de dominação e exploração, com as suas lutas sociais permitiram uma reestruturação da distribuição da riqueza e do modelo de consumo de bens e serviços que consubstancia as necessidades sociais dos aglomerados urbanos.

Na actualidade, as necessidades sociais obedecem a esse logicismo, pautado pela diversidade e complexidade das actividades económicas inerentes ao progresso e ao crescimento económico. Por tais motivos, a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços relacionados com as novas tecnologias (informática, telemática, robótica, micro-electrónica), a educação, o lazer, o habitat, o meio ambiente, os transportes, a saúde, o sector imobiliário e financeiro assumem particular importância na estruturação e modelação de novas necessidades sociais.

As necessidades sociais que resultam do progresso e do crescimento económico têm, no entanto, uma outra vertente, quiçá mais importante. A produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços têm uma base de institucionalização e de regulação socio-organizacional. Em presença da imperatividade duma interdependência funcional e duma representatividade formal, só com o



da divisão do trabalho, da ficação social, da criação de novas estruturas e de relações sociais baseadas na doma e na exploração é possível manter a didade normativa das actividades económicas emergem no contexto urbano. Só a dependência e complementaridade entre o distema económico e o subsistema socional permitem a consecução prática do dissidades sociais.

As necessidades sociais de incidência política, social e cultural

Não obstante a existência de situações socioopostas, o contexto urbano foi um privilegiado de confronto de ideias, de culideologias e desenvolvimento de movimentos diferenciados e contrastantes. Na medida e indivíduos e grupos, para subsistirem no urbano, tiveram que recorrer a modelos zacionais assentes na representatividade as instituições e organizações de diferentes assumiram-se como base da zação e institucionalização. Em termos e funcionais, os sistemas de poder no esquema de representatividade formal a local, regional, nacional e transnacional corporações, Emados. partidos, sindicatos. profissionais, culturais e recreativas um papel de extrema importância nesse militicesso.

Embora possamos pensar a democracia, o de cidadania e o cosmopolitismo da vida urbana a partir de um período histórico finado aos séculos XIX e XX e em zonas geoficas do capitalismo desenvolvido, até certo foram essas organizações, instituições e mentos sociais que estiveram na origem das composições que corporizaram os princípios de

igualdade, de liberdade, de justiça e de fraternidade. Esses princípios, ao definirem-se como projecto universal de promoção sociocultural e política, tornaram-se uma base substantiva de interiorização e de adopção de valores consubstanciados num conjunto de necessidades sociais típicas do meio urbano.

Nestes termos, a cidade funcionou sempre como espaço de imaginação e de criatividade intelectual e primou pela defesa dos valores da tolerância e da liberdade individual e colectiva. A cidade desenvolve-se, assim, necessidades sociais específicas, expressas em direitos e deveres de uma cidadania urbana. A acção individual e colectiva desenvolve-se através de relações sociais, assente num processo de socialização do poder formal democrático. É o tipo de democracia burguesa que permite aos indivíduos e grupos participarem e decidirem na formulação e gestão do governo da cidade.

Em todo esse processo histórico de criação e dinamização de necessidades sociais, o cosmopolitismo e a universalidade da racionalidade instrumental do capitalismo permitiram superar os atavismos e os factores conservadores que condicionavam a integração do progresso e da razão na vida intelectual e política da cidade. Território, espaços, actividade económica e vida sociocultural e política foram objecto de uma socialização cooperante. competitiva e simultaneamente Assistiu-se, e assiste-se, a um processo de interacção social perpassado pela sublevações, pilhagens, colonização, revoluções e a coexistência pacífica. Esse papel de integração e de segregação social é estruturado fundamentalmente pelos grandes aglomerados urbanos, a partir de uma mescla de povos, etnias, raças, culturas e religiões diferenciadas.

Nas múltiplas vertentes correspondentes ao exercício da cidadania, da democracia e do cosmopolitismo, os aglomerados urbanos das so-

ciedades capitalistas deservolvidas como nichos de necessidades social e cultural sua sobrevivência histórica.

No momento presente esses principios que informam a vitalidade esta capitalista podem padronizar-se do seguinte modo.

a) o direito e o dever de lutar pela promoção socioeconômica, política e cultural através de instituições e organizações com características formais. Os individuos e grupos são socializados por sistemas assentes na representatividade formal;

b) o direito e o dever de viver na cidade segundo princípios e práticas universalistas, permitindo simultaneamente o direito à igualdade, à diferença e à segregação rácica e étnica. É uma forma de percepção e de representação social baseada em valores socioculturais universais e específicos;

c) o direito de votar e ser eleito para o governo da cidade, participar e decidir na sua gestão e planeamento.

CARACTERÍSTICAS DA MARGINALIDADE SOCIAL NO CONTEXTO URBANO

Robert Park definiu a marginalidade individual como ''um híbrido cultural, em que um homem vive e participa intimamente da vida e das tradições culturais de dois povos distintos' (Park, 1928). Esta definição, transposta para uma realidade social urbana contemporânea, mantém ainda um certo valor analítico.

Porém, o conceito de marginalidade social que emerge da actual crise urbana é bastante mais vasto e complexo. Para o averiguarmos, basta referir o hiato que persiste entre as necessidades sociais acima referidas e as realidades socioeconómicas, culturais e políticas dos grupos sociais que se encontram mergulhados na miséria e na pobreza. Importa, por outro lado, pensar a marginalidade social como fenómeno de desintegração social ligado aos processos de socialização e sociabilidade dos grandes aglomerados urbanos, e pensar, ainda, como é que a degradação da identidade social e individual tende a inviabilizar a alteridade perceptiva e as representações sociais de grupos, etnias e raças portadores de subculturas distintas.

As manifestações quotidianas da marginalidade social emergem com relativa facilidade, produto de uma série de causas e efeitos, cujas consequências negativas são dificeis de determinar. É, no entanto, um grande problema da modernidade urbana capitalista, que acarreta custos sociais, económicos e políticos de extrema gravidade para a estabilidade e regulação da vida quotidiana na cidade. Nas suas múltiplas manifestações tende não só a destruir os laços de identidade social, como a inviabilizar os processos de socialização do tecido social urbano.

Desintegração social e marginalidade social

Se reflectirmos sobre a tendência actual do processo de industrialização e de urbanização das sociedades à escala mundial, apercebemo-nos facilmente da importância que a pressão demográfica, as migrações populacionais e a mobilidade social exercem nos contextos urbanos. Esses problemas são acrescidos por outros que emergem do gigantismo da dimensão populacional e da complexidade organizacional que deriva da heterogeneidade e da densidade populacional. A regulação do tecido social dos grandes aglomerados urbanos revela-se cada vez mais objecto de burocratização e de formalização, eliminando progressivamente as relações sociais informais que propiciam a dinamização da solidariedade e da identidade social entre

e grupos que neles habitam e traba-

Todo o tecido social urbano, sem excepção, vêconstrangido a evoluir para tipologias comporconstrangido a evoluir pa

na. le ale a,

e

)-

e

S

Desse contexto desponta um tipo de marginalisocial que resulta das fissuras sociais provopela perda de referências e de identidade no mado social urbano. Poder-se-ia pensar que estamamos em presença de fenómenos de desintegração social de tipo natural, como acontece com as anásustentadas pelos defensores da ecologia urbaisto é, que a marginalidade social depende esculusivamente da livre escolha dos indivíduos, das mas necessidades e capacidades intrínsecas. Esta isão naturalista da diferenciação e da selecção entre seres humanos esquece que as relações somais formais são mediatizadas por processos políticos e sociais institucionalizados e hierarquizados, e por outro lado, estamos em presença de processos de socialização e de sociabilidade cujo conrolo e dominação são à partida produtores de situações de desigualdade e de exploração.

Como primeira aproximação da problemática da marginalidade social, basta pensarmos nas necessidades sociais corporizadas em direitos e deveres conducentes ao exercício de uma cidadania plena na cidade. Relativamente a esta hipótese, verificamos que subsiste uma situação de discrepância entre aquilo que os indivíduos e grupos deveriam ser e aquilo que são na realidade. Para muitas etnias, para grupos e indivíduos marginalizados, está-se longe de atingir esse desiderato. Para milhões de indivíduos que vivem

no asfalto da cidade, mergulhados na miséria e na mendicidade, não há direitos e deveres de cidadão, há sobretudo a morte lenta de uma vida sem sentido. Esta contradição causa necessariamente angústia e frustração. Não só se é excluído socialmente das prerrogativas normativas da cidadania, como inclusivamente se é escorraçado para a marginalidade social.

Necessidades sociais, expectativas e marginalidade social

Em termos da sua consecução prática, o crescimento e o progresso económico que informam a racionalidade económica do capitalismo têm-se revelado os factores cruciais de estruturação de novas necessidades sociais. Com a sua dinamização, são produzidos e consumidos bens e serviços num crescendo progressivo que se materializa indistintamente em novas necessidades sociais.

No contexto histórico que atravessamos, interessa, a esse respeito, averiguar do gigantismo e da complexidade das infraestruturas e equipamentos colectivos imprescindíveis para a sobrevivência da população dos grandes aglomerados urbanos. Vejase, por outro lado, a complexidade e a sofisticação dos meios de comunicação e de informação e refiram-se os problemas inerentes à destruição do ambiente, em termos da relação homem/natureza.

A dimensão e a natureza destas necessidades sociais, geradas pelo crescimento e o progresso económico, induzem, por sua vez, a criação de outras. Usufruir de ar puro, de recursos hídricos em qualidade e quantidade; de segurança nos transportes, nas zonas residenciais, nos locais de lazer; de meios tecnológicos sofisticados para acesso e gestão da informação, de serviços de saúde e de educação para combater o *stress*; de formação e reciclagem socioprofissional para aceder à promoção socioeconómica e cultural, etc. são exemplos representativos das necessidades sociais modernas,

no contexto urbano das sociedades capitalistas desenvolvidas.

Da mesma forma que podemos generalizar este contínuo progressivo de necessidades sociais criaadas pelo logicismo do progresso e do crescimento económico em relação a todo o tipo de bens e serviços, simultaneamente, pela via da promoção e do desenvolvimento sociocultural e político, são criadas outras necessidades sociais nos contextos urbanos. As características da pressão demográfica e da mobilidade social constrangem os indivíduos e grupos dos aglomerados urbanos a uma competitividade desenfreada. A estruturação dos estimulosrespostas inerentes à promoção sociocultural, económica e política emergem com uma velocidade estonteante. A competição no mercado gera a selecção e a segregação social, ao ponto de se assistir ao desenvolvimento de duas realidades distintas na escala hierárquica da estratificação social: o mundo dos integrados e privilegiados e o submundo dos excluídos e marginalizados.

Tendo presente o conjunto de necessidades sociais descritas, importa realçar a identidade que subsiste entre as expectativas criadas e a efectiva realização dessas necessidades sociais.

Uma das primeiras observações objectivas que podemos fazer em relação ao contexto urbano reside na existência de grandes desigualdades scioeconómicas. Salários de miséria contrastam com outros de valores altíssimos. Emprego estável contrasta com o desemprego endémico. Por outro lado, institucionaliza-se a precarização de um tipo de vínculo contratual, sem o mínimo de estabilidade e de regalias sociais. As discrepâncias nos domínios da habitação e da saúde são enormes. Uns vivem em habitações de luxo e usufruem de cuidados de saúde sofisticados, enquanto outros são atirados para um tipo de vida assente em simulacros de saúde e habitação, composto pelo lixo e a pobreza dos antros da miséria urbana

Estes exemplos servem-nos para perceber até que ponto os processos de aprendizagem social e de aculturação socializam os indivíduos no sentido de um conjunto de expectativas que ao serem confrontadas com a prática real da vida se apresentam irrealizáveis. O fosso e a frustração que existe entre as expectativas criadas e a não realização das necessidades sociais provocam a miséria e a exclusão social. Os estratos sociais desfavorecidos tendem a desenvolver-se, levando-os, com a deterioração da sua condição, a enveredar pela marginalidade social.

Continuando o mesmo raciocínio, uma outra observação extrai-se dos estratos sociais que não conseguem competir nos domínios da promoção sociocultural e na luta política. Entre aqueles que têm dificuldades em sobreviver nesses parâmetros, contam-se os milhões de analfabetos funcionais dos actuais contextos urbanos. O analfabetismo moderno exclui e condiciona o acesso de indivíduos e grupos à informação e à cultura. Esse facto leva-os para uma situação de frustração e de impotência quando são confrontados com a necessidade de descodificar as linguagens complexas funcionamento dos grandes informam aglomerados urbanos. A centralização e a burocratização da vida política, por outro lado, impede-os de interagir no sentido de uma acção individual e colectiva defensora dos seus interesses políticos específicos.

Nestas condições, as suas expectativas vêem-se condicionadas, para não dizer totalmente goradas. Para acederem à realização das necessidades sociais padrão, variadíssimas vezes são obrigados a aceitar trabalhos e profissões de baixa condição socioeconómica. Quando não conseguem recorrer a essa hipótese, vêem-se constrangidos a entrar na marginalidade social. Esta estrutura-se, na maioria dos casos, num tipo de vida perpassada pela prostituição, o crime, a droga e a delinquência. Objectivamente, a demonstração inequívoca dessa

dada pela informação veiculada modernidade capitalista.

de

m

se

ão

io

IS

0-

0

1

Consumir objectos perecíveis e sentir sensações dia após dia, tornou-se o dilema do aginário colectivo urbano. Aqueles que não acquem atingir esses objectivos através da aconalidade económica capitalista, em aconalidade económica evoluir no sentido da aconomia informal. A precariedade do vínculo contratual, a ausência de direitos e de segurança no aconalições infra-humanas. A marginalidade social, aconalidade económica pelas condições paupérrimas de habitação, de saúde e de pobreza.

Mobilidade social, percepção e representações sociais no espaço urbano

O crescimento económico dos países capitalistas desenvolvidos tem permitido a mobilidade social mum determinado sentido. A década de 60, e as que lhe seguiram, foram pródigas desenvolvimento de fluxos da imigração, ao mesmo processo interactivo 0 industrialização / urbanização / terciarização se traduzia no aumento significativo das taxas de urbanização das regiões menos desenvolvidas, com especial incidência nos continentes africano e asiático e na América Latina. A juntar a esses factores, importa referenciar a mobilidade social em termos socioprofissionais e socioculturais.

Pese embora as contradições subsistentes, essa mobilidade social foi integrada facilmente nos parâmetros do quadro do crescimento económico durante um período histórico restrito. Com efeito, após o aparecimento da crise petrolífera nos princípios da década de 70 e o incremento da "3ª revolução industrial", a estabilidade normativa desse tipo de crescimento económico, que se identificava com determinadas expectativas socio-

culturais, económicas e políticas foi sendo objecto de uma deterioração progressiva.

Os desajustamentos estruturais emergentes não são compatíveis com as exigências do mercado de trabalho, as qualificações profissionais, os valores e as referências culturais de determinados estratos sociais, etnias e religiões. Em confronto com as exigências de qualificação, formação e descodificação de linguagens impostas pelas novas tecnologias e o desenvolvimento das actividades terciárias no contexto urbano, as categorias socioprofissionais, cuja qualificação do factor trabalho se pautava por poucos conhecimentos, viram-se preteridas pelo mercado de trabalho. O caso dos imigrantes, mulheres, jovens e minorias étnicas é elucidativo.

A inadaptação ao mercado de trabalho gera o desemprego e logicamente abre caminho para a desestabilização económica, social, política e cultural. Está-se perante realidades urbanas em que para os estratos sociais mais desfavorecidos não existe ou é condicionada a mobilidade socioprofissional de forma a poderem evoluir normalmente na escala da estratificação social vigente.

Não havendo soluções de reversibilidade para superar os condicionalismos do mercado de trabalho, fomenta-se em primeiro lugar a exclusão social, e de seguida a marginalidade social. Marginalidade social que, neste caso, desponta como uma mistura de desempregados desqualificados, de estratos socioprofissionais em decadência histórica e outros grupos que sobrevivem exclusivamente com vínculo contratual precário.

Quando os esquemas de interacção social nos contextos urbanos não permitem a mobilidade social, a segregação social e étnica passa a estruturar os comportamentos individuais e colectivos da vida quotidiana urbana. As tendências que se visualizaram e visualizam nos grandes aglo-

merados urbanos do capitalismo desenvolvido têmse revelado exemplificativas. A Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, os, E.U.A., enquanto acolhimento de sucessivas sociedades de imigrações, encontram nas comunidades migrantes e nas minorias étnicas um "bode expiatório" para a resolução dos seus problemas internos. Sofrendo também de desemprego e de pobreza, as comunidades de acolhimento vêem nos imigrantes e nas minorias étnicas e religiosas os factores negativos que impedem a mobilidade social no sentido positivo da escala de estratificação social vigente. O sentido da territorialidade e a percepção do espaço torna-se inclusiva e excluidora A afirmação da alteridade sociocultural, política e económica por parte das comunidades migrantes, minorias étnicas e religiosas é rejeitada ou objecto de segregação. O racismo e a xenofobia expressam-se como os corolários lógicos dessa situação (Wieviorka, 1995).

Constrangidos pela força das comunidades de acolhimento a assumirem uma postura sociocultural defensiva e, na maioria dos casos, estando impossibilitados de retornar aos seus países de constituem-se comunidades como segregadas e marginalizadas. Esta segregação não passa somente pela defesa de um território específico (Moreira, 1991), mas também pela exigência de percepções e representações sociais identificadas com os valores e as culturas que partilham. A incomunicabilidade entre comunidades distintas que interagem no espaço social urbano e a anomia que atravessam os contextos urbanos do capitalismo desenvolvido não só põem em causa a mobilidade social, os valores de cidadania, de cosmopolitismo e de democraticidade que existiram, em alguns períodos históricos, nalgumas cidades, como inclusive podem desenvolver a difracção do tecido social urbano.

Um outro vector da mobilidade social que está a modificar o sentido da percepção e das represen-

tações sociais no contexto urbano observa-se na deslocação espacial das actividades industriais clássicas para os subúrbios e a periferia dos aglomerados urbanos, bem como na implantação acelerada do sector terciário no interior das fronteiras físicas das cidades. Esse facto tem levado à especulação imobiliária e financeira e obrigou a que estratos sociais desfavorecidos migrassem dos centros para a periferia e os subúrbios do espaço urbano. A mobilidade física e social proveniente de actividades económicas e de estratos socioprofissionais muito específicos reestruturou as identidades socioculturais e económicas num sentido do desenvolvimento da segregação e da desigualdade (Giménez, 1991).

Sendo certo que a realidade socioeconómica dos estratos sociais desfavorecidos tende a produzir a exclusão social, quando essa situação é agravada, a única hipótese de sobrevivência resulta na formação de guetos residenciais na periferia e nos subúrbios urbanos, ou então na formação de zonas residenciais informais no frio do asfalto, das pontes, estradas e subterrâneos do metro localizados no centro da cidade.

Pelo que já é possível concluir, estamos em presença de um tipo de mobilidade social que produz uma marginalidade social assente na pobreza, a deterioração do nível de vida e a segregação étnica e social. Neste sentido, as configurações das percepções e das representações sociais geram a angústia e a revolta, potenciando as comunidades segregadas e dominadas para uma oposição ao sistema social vigente. Há também formas de mobilidade social que se identificam com percepções e representatividades sociais específicas. O caso dos jovens e das mulheres é um exemplo flagrante. No contexto da modernidade urbana capitalista, para estes estratos sociais a sua condição etária e sexual impede-os de ascender a certos níveis hierárquicos da escala da estratificação social.

cupam em relação à precariedade do contratual do trabalho e do desemprego 1991). Face às expectativas geradas pela global, em termos de direitos e deveres, de condicionalismos que impedem a dos seus valores específicos em condicionalismos, não admira que a frustração dos e das mulheres culmine na marginalidade través de exemplos muito representativos de hoje: droga, violência, delinquência, productivas, não e roubo.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

ulando a tipologia das necessidades sociais anciei com as tendências de marginalidade que emergem nos contextos urbanos moderenficamos a existência de frustrações e de estruturais que impedem uma identidade expectativas dos indivíduos e dos grupos e ma real se sidades sociais que são objecto de uma real zação. Assim, criaram-se as condições para série de estratos sociais não possam interde forma a assumir plenamente a sua identisociocultural. Desde que as soluções de gese de planeamento dos contextos urbanos não se eficientes para operar as mudanças exigipela população urbana insatisfeita, esta tende a soluções de oposição ao sistema social mente.

Nestas condições, não admira que os frustrados que vêem bloqueada a realização das nestadades sociais estandardizadas, os que se urbano ou os que se sentem oprimidos e urbano ou os que se sentem oprimidos e mas de segregação comunguem de um sentimo corporizado no descontentamento social, e

por via disso criem formas organizacionais de forma a operacionalizar a mudança social a seu favor.

Sabemos que a criação e a dinamização de um movimento social com alguma expressividade, em termos da sua representatividade social e força de acção colectiva, implica a existência de um conjunto de requisitos dos quais é dificil prescindir. Há estádios de estruturação de um movimento social que passam inevitavelmente pela percepção colectiva da injustiça, de seguida pela integração dos indivíduos na consecução de objectivos comuns, para finalmente atingir uma formalização no seu funcionamento interno e externo. Em certas realidades de normalidade conflitual, chega inclusive a uma fase de institucionalização, de maneira a permitir que a acção colectiva se torne viável e perdure no tempo e no espaço.

Os movimentos sociais dos contextos urbanos que se expressam por actos de revolta, por vezes espontâneos e violentos, embora não obedeçam a formas institucionalizadas de acção colectiva, preenchem, no entanto, os requisitos da reivindicação e da mudança social.

Descontentamento, desintegração social, bloqueios estruturais e institucionais

Como acabei de referir, o descontentamento social provém da frustração que os estratos sociais marginalizados percepcionam em relação à realidade sociocultural, económica e política do contexto urbano.

As pessoas afectadas pela negatividade da injustiça social comungam dos mesmos objectivos de revolta e de oposição face à realidade de que são vítimas, como paralelamente anseiam pela mudança social. Quando a mudança social é inviabilizada com base em iniciativas reivindicativas de carácter individual, desponta um processo de interacção social assente numa acção colectiva por parte daqueles que se consideram vitimas de exclusão e

marginalização social. A expectativa de que uma acção colectiva terá mais êxito para viabilizar a mudança social esperada, permite que um movimento social se inicie. Percepções, objectivos e estratégias dos indivíduos e grupos são integrados e controlados de forma a adquirir uma função de dinâmica colectiva.

Se por um lado podemos observar a criação e o desenvolvimento de movimentos sociais no contexto urbano a partir de fenómenos que têm a ver com o descontentamento social, por outro lado é possível observá-los em situações de desintegração social. Ou seja, estamos em presença de acções colectivas que resultam de estrangulamentos e situações perversas no processo de aculturação social (Touraine, 1991).

A perda de identidade e de referências em relação ao território habitado e social onde se vive torna-se um factor que gera a desintegração das estruturas sociais, dos valores e das normas prevalecentes nos contextos urbanos. A contestação da modernidade capitalista, expressa na luta contra a propriedade e as mercadorias expostas nos grandes hipermercados ou na destruição pura e simples de símbolos normativos de representatividade social (Maffesoli, 1989), demonstra, em grande medida, a emergência de movimentos sociais específicos no contexto urbano.

O descontentamento e a desintegração social, embora sejam os principais factores na origem da formação daqueles movimentos sociais, são acompanhados por outros factores que contribuem para esse processo: os bloqueios estruturais e institucionais.

As estruturas sociais que constituem as organizações e instituições do sistema social urbano são compostas por uma divisão do trabalho e uma autoridade formal hierárquica, cujas formas de socialização do poder não se coadunam com o exercício duma cidadania plena, não permitem o acesso igualitário ao usufruto de direitos e deveres nem tão-pouco a uma função de decisão e de participação democrática.

Quando os estratos sociais possidentes não abdicam dos seus privilégios e os que detêm o poder político não reformam os seus modelos de gestão e de governação da cidade, torna-se difícil, nestas circunstâncias, viabilizar as mudanças sociais que os indivíduos e os estratos sociais desfavorecidos aspiram a realizar. Para agravar ainda mais esta realidade, os estratos sociais possidentes e os que detêm o poder político utilizam procedimentos de controlo e de dissuasão, recorrendo à repressão policial e aos mecanismos coactivos da jurisprudência.

Perante a incapacidade das estruturas sociais e das instituições em evoluirem para o processo de mudança, aos que foram marginalizados pelas mesmas só lhes resta constituírem-se como uma força social colectiva conflituante, contra os estratos sociais possidentes e o poder instituído.

Estruturação e formalização dos movimentos sociais

A formação de movimentos sociais no contexto urbano não é pacífica. A demonstração inequívoca de que a modernidade urbana capitalista é atravessada por relações sociais formais baseadas na transitoriedade, na segmentação e na superficialidade levam-nos a observar a dificuldade que consiste em construir uma alternativa que não seja objecto de socialização semelhante. As relações de tipo formal dificultam as relações interpessoais baseadas no interconhecimento, o que implica que a maioria das necessidades sociais sejam realizadas, quase sempre, a partir de estruturas que se integram nos mecanismos de representatividade formal e institucional.

Partindo destes pressupostos básicos, indivíduos e grupos evoluiram para formas organizacionais de representatividade social, de modo a pode-

as suas necessidades sociais. O político de governação da cidade, partidos, associações recreativas, culturais e destruições religiosas, associações profiseutras organizações e instituições preentatividade social.

dessas instituições e organizações dão fortuitado aos movimentos sociais de caracteridades no contexto urbano.

ler

0 0

as ue

lois

ta

me

de

0-

U-

ile

entanto, a crise urbana contemporânea não com a falta de eficiência dessas formas resentatividade social. Estando viciados pelo de funções burocráticas, estão demasiado daqueles que representam e revelam-se incade estimular iniciativas de carácter colectivo de estimular iniciativas de carácter colectivo aspiram. Estando a vida quotidiana dos indivíses grupos que interagem nos contextos urbanos para acederem à realização das suas estruturas representativas, para acederem à realização das suas estruturas representativas de carácter colectivo de contra estruturas representadas de carácter colectivo de ca

Este tipo de movimentos sociais passou a desenmber-se com relativa acuidade a partir dos finais decada de 70, nos contextos urbanos das societades capitalistas desenvolvidas (Offe, 1992). Tenima certa incapacidade em dinamizar a acção polectiva no sentido da sua formalização e instituconalização, sendo conflituantes e por vezes radicais nas suas formas de luta, tendem a perdurar horizonte temporal curto. Porém, isso não obsta a que a sua força estruturante de formação e desenvolvimento mantenha as potencialidades. No campo específico de dinamização de acções colectiwas, caso se mantenham os bloqueios institucionais e estruturais que inviabilizam a mudança social, deixam de ser uma função latente para passar a uma função manifesta, com grandes repercussões na vida quotidiana urbana.

É evidente que este tipo de movimentos sociais sofre de algumas lacunas. A falta de formalização e de institucionalização torna as suas estratégias e objectivos pouco claros nos seus contornos, razão pela qual são objecto de acções individuais e grupais intempestivas e arbitrárias. Por outro lado, as funções de decisão e de participação, por não estarem suficientemente formalizadas, podem, em certas ocasiões, dificultar o processo de liderança desses movimentos sociais.

Movimentos sociais e mudança social

Pelo que já descrevi, os movimentos sociais dinamizam um tipo de acção colectiva pela qual é possível gerar a mudança social no contexto urbano. Pese embora o carácter violento que, por vezes, podem assumir, eles personificam, no entanto, uma função de extrema utilidade para a regeneração do tecido social urbano. A mudança social surge como uma inevitabilidade nos contextos urbanos contemporâneos. A diversidade de necessidades sociais não realizadas, os condicionalismos da mobilidade social e a emergência da segregação e da marginalidade social são um desafio constante, que se confronta sistematicamente com a dimensão e a heterogeneidade populacional do tecido social urbano. As contingências desse processo de adaptação e de ajustamento só poderão realizar-se através da mudança social.

As mudanças sociais são extraordinariamente difíceis de realizar. Quando estão em jogo valores de culturas, etnias e religiões, os processos sociais de adaptação e de reacção das estruturas sociais são demasiado rígidos. Assim, tanto podemos observar as comunidades urbanas que defendem valores de tipo tradicional, resistindo a todo o processo de mudança social, como, no caso oposto, podemos observar comunidades urbanas com objectivos de mudança radical, condicionando todas as outras hipóteses de mudança social. Em contra-

partida, os processos de mudança social que resultam de constrangimentos económicos e políticos são mais fáceis de realizar. A lógica do progresso e do crescimento económico, desde que esteja minimamente adaptada ao padrão de necessidades sociais dos diferentes estratos populacionais da comunidade urbana, é possível de integrar no processo de reformas das estruturas produtivas, de distribuição e de consumo de bens e serviços.

Em termos de comparação, podemos analisar no mesmo sentido os processos de mudança social em relação ao sistema político urbano. As exigências de interacção social conducentes à sociabilidade e à regulação do tecido social urbano, desde que evoluem para a conflitualidade e a desintegração social, impõem modelos de participação e de decisão mais compatíveis com as necessidades dos diferentes estratos sociais. A mudança social no sentido da existência de mais direitos e deveres de natureza política e o desenvolvimento da democraticidade na gestão e governação do contexto urbano torna-se, por tais motivos, de realização mais pacífica.

Confrontando as características dos movimentos sociais que emergem nos contextos urbanos contemporâneos com a diversidade de hipóteses de mudança social, denota-se que a mudança social baseada em valores socioculturais é dificil de realizar. Quando informam a acção colectiva dos movimentos sociais, tendem a perdurar no tempo e no espaço e, geralmente, dão origem a processos sociais conflituantes e de dificil consenso.

Quando se está em presença de mudanças sociais de características económicas e políticas, os movimentos sociais evoluem conforme a conjuntura ou estádios de desenvolvimento dos sistemas económico e político. Os movimentos sociais podem ser violentos, desde que as necessidades fisiológicas e intelectuais básicas não estejam satisfeitas. Porém, quando esses constrangimentos existenciais são atenuados, os movimentos sociais

tendem a desestruturar-se. Embora a mudança social seja, por vezes, mais fácil de realizar, os movimentos sociais que a consubstanciam limitam a sua acção a um horizonte temporal curto.

HIPÓTESES DE MUDANÇA SOCIAL NO CONTEXTO URBANO

Uma vez analisadas a natureza e a diversidade das necessidades sociais, da marginalidade social e dos movimentos sociais que emergem nos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido, importa, agora, averiguar dos cenários possíveis da mudança social.

Podemos, como primeira hipótese, visualizá-la com base nas contingências decorrentes da competitividade e dos conflitos emergentes da interacção social. Os construídos sociais que dão origem à mudança social, nestas condições, emergem da acção individual e colectiva que decorre da segregação, de situações de desigualdade social, da marginalidade e da desintegração social.

Uma segunda hipótese decorre da natureza das mudanças que obedecem a predisposições voluntárias ou a constrangimentos impostos pela evolução do contextos urbanos. A cidade, como cadinho privilegiado de interacção social, permite que indivíduos e estratos sociais possam realizar-se no âmbito das estruturas sociais, das normas sociais e dos valores socioculturais que a modelam. A abertura aos princípios filosóficos e éticos que fortalecem a cidade (cosmopolitismo, democracia e cidadania) revela-se como uma hipótese plausível de mudança social para superar a actual crise urbana (Lefebvre, 1991).

Finalmente, existe uma hipótese de mudança que se inscreve numa lógica do planeamento urbano assente na autonomia dos indivíduos e grupos que habitam a cidade. A mudança social operada por um planeamento urbano identitário implica, descentralização e a democracia participação e a democracia

de violência que tende a aglomerados urbanos da e dos E.U.A. não são meras de "delinquentes" ou margide de desespero e de revolta, de vandalismo e destruidos de vandalismo e destruido

existencial assente no desempremobilidade sociocultural e sociomobilidade sociocultural e sociomobilidade sociocultural e sociomobilidade sociocultural e sociomobilidade sociocultural e sociomodicionadas, o sentido da revolta
modicações e de luta social. Manmobilidade sociocultural e sociomodicionadas, o sentido da revolta
modicações e de luta social. Manmobilidade socializações e da revolta a universos
modernamente representativos dos
mode

de processo de urbanização das social de central de processo de urbanização das social de central de processo de urbanização das social de central de cent

relações sociais formais, atravessadas pela superficialidade, a transitoriedade e a segmentação social. Aglomerados urbanos com mais de 5 milhões de seres humanos (como é hoje o caso de dezenas de metrópoles) não permitem relações sociais sustentadas pelo interconhecimento e a solidariedade. A complexidade e a sofisticação da gestão e da governação dos actuais contextos urbanos implicam que as necessidades sociais sejam objecto de uma regulação e organização de tipo institucional e formal.

Ainda que determinados por uma racionalidade histórica, a distância espacio-temporal que existe entre as múltiplas comunidades que interagem nos contextos urbanos e o sistema representativo, constrange a que a gestão, a regulação e o controlo dos grupos sociais e dos indivíduos sejam realizados através da dominação e da exploração. Por outro lado, subsistem as contradições e as disfunções inerentes à burocratização e à centralização dos processos de socialização ligados aos procedimentos técnicos e organizacionais do funcionamento quotidiano das cidades.

Perante este quadro negativo de difracção e de desigualdade social, em que existem custos humanos e financeiros gigantescos para a sociedade, torna-se imperioso pensar a mudança social, tendo presente um outro modelo de regulação urbana e de organização social. Por oposição à competitividade e à concorrência desenfreada fomentadas pelo lucro e o mercado, os valores da solidariedade, da liberdade e da igualdade devem presidir os objectivos, as estratégias e os resultados da interacção social no contexto urbano. Em alternativa aos processos de socialização baseados na dominação e na exploração, o papel dos sistemas formais representativos da cidade em relação ao poder que detém sobre indivíduos, grupos e comunidades deve ser substancialmente diminuído, ou até extinto. Simultaneamente devem ser criadas as condições políticas e institucionais para o desenvolvimento da descentralização e da democratização generalizada no espaço social urbano, de forma a permitir a emergência de processos sociais estruturados por relações sociais que viabilizem acções individuais e colectivas participativas e autónomas.

É por demais evidente a necessidade prévia de uma transformação radical da sociedade em que persistimos. A extinção da crise urbana actual, provavelmente só poderá acontecer quando a sociedade capitalista soçobrar à escala planetária. As cidades não são ilhas isoladas do sistema social global. Enquanto subsistemas desse contexto global, são uma função e uma estrutura que interage e se adapta às contingências da sociedade capitalista. Nesses termos, a criação de uma comunidade urbana genuinamente livre só pode desenvolver-se numa sociedade com características anarquistas ou libertárias. Tudo isso, porém, não nos deve condicionar de pensar e perspectivar a mudança social a partir da actual crise urbana.

Assim sendo, o mercado como espaço de interacção social assente na livre iniciativa de indivíduos e grupos é uma estrutura neutral que pode regular, com proficiência, múltiplas necessidades sociais. Se juntamos a sua função os mecanismos de controlo e de direcção do planeamento urbano de comunidades urbanas livres e autónomas, em relação à previsão e às mudanças correlacionadas com a oferta e a procura de necessidades sociais, apercebemo-nos da importância que esse tipo de planeamento urbano pode preencher no contexto da actual crise urbana.

O planeamento urbano deve evoluir como função interdependente e complementar do mercado, estabelecendo simultaneamente uma relação de identidade com a comunidade urbana, de modo a programar com proficiência as suas necessidades sociais: ordenamento dos espaços físico e social, criação de infraestruturas e equipamentos colectivos, manutenção do equilíbrio ecológico, criação de estruturas sociais de solidariedade. Para que se operem as mudanças sociais presididas pelos imperativos da socialização das necessidades sociais, o planeamento urbano deve integrar a variável social como um processo de interacção em que estão presentes a investigação, a decisão, o consenso e a acção:

- a) a investigação das necessidades sociais, em profundo de extensão, com base em conhecimentos técnicos e científicos presididos pela objectividade e a identidade sociocultural, económica e política;
- b) a decisão que resulta de um processo de discussão alargada a todos os sujeitos intervenientes e em que a tomada de decisão foi protagonizada pela comunidade urbana através duma informação e de conhecimentos correlacionados com as mudanças sociais a operar;
- c) o consenso na concepção, controlo e execução do planeamento, tendo presente a diversidade de interesses grupais e individuais, através duma participação descentralizada pautada pela autogestão e o autogoverno da comunidade urbana;
- d) a acção no sentido da aplicação rigorosa dos processos de tomada de decisão, estando esta sempre identificada com os desígnios das necessidades sociais e de mudanças sociais alvitradas pela comunidade urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bairoch Paul, *De Jéricho à México*, Gallimard, Paris, 1985 Barel Yves, *La marginalité sociale*, PUF, Paris, 1982

um umu nociologie des aspira-La Ville partout et Paris, Out. 1991 Jaria, Barcelona, " Público, Lisboa, I condition sociale des Minuit, Paris, 1968 Books, Londres, 1963 L'école de Chicago, Aubier, Disasters, Harmondsworth, wie quotidienne, L'Arche, de modernité", in La Ville Monde Diplomatique, Paris, Il las tribus, Icaria, Barcelona, banlieues", La Ville partout et civilisation, Seuil, Paris, 1950 Martins Fontes-Min, São Paulo, 1982, 2ªa ed. politicos y nuevos movimientos id, 1992 and Migration and Marginal Man", in Mociology, 33:893, extraído de Horton Sociologia, Mcgraw-Hill, São Paulo, Racismo e Modernidade, Bertrand, como modo de vida", in Velho O.

Zahar, Rio de Janeiro, 1976



Identidade desumanidade

por ARNO GRUEN

no título do seu relato sobre chocante e, no entanto, de forma carinhosa —, Primo Levi isto aponta muito para além de Aus-Auschwitz é premonitório daquilo que os homens são capazes, fontan-do-nos com a questão de saber é, afinal, o Homem.

não é o princípio nem o fim da das acções de que o Homem é capaz.

lade e, hoje, continua a ser alimentada potidianas mutilações e violações de mulheres — seres humanos — na do Sul, em Africa, na ex-Jugoslávia, na pelas atrocidades incentivadas pela e as cometidas por crianças contra crianças Chamamos orgulhosamente civiao estado em que vivemos, mas as leis e tecnologias desenvolveram uma

dinâmica própria hostil à nossa sobrevivência mental e física. A situação política oscila entre a consolidação do poder burocrático e erupções de uma raiva impotente (E.R. Wolf).

Como é possível que colapsos económicos, recessões, guerras, destruição, ódio, zangas entre irmãos, violência, consumo de drogas, criminalidade, desprezo por mulheres e crianças, embrutecimento e crueldade estejam a aumentar em todo o lado? Estarão os nossos modos de pensar tão desactualizados que as verdadeiras razões da nossa actuação autodestruidora se nos ocultem?

Vivemos num mundo em que dependemos cada vez mais uns dos outros, mas em que nos empenhamos crescentemente uns contra os outros. Toda a gente tem a experiência do desamparo e da impotência. A situação de desamparo na infância é, provavelmente, a experiência que mais marca todo e qualquer ser humano. Se um bebé chimpanzé se fere, a mãe levanta-o imediatamente, prestando-lhe todos os cuidados necessários; entre os homens, ao invés, não raro é que a mãe ou o pai se enfureçam, punindo o filho em vez de o ajudarem. Mas, assim, o estado de vulnerabilidade transforma-se num estado em que o indivíduo fica por completo à mercê do outro, fazendo do desamparo um estado insuportável e rebaixador do valor próprio.

É um paradoxo terrível o facto de ser justamente a dissolução das estruturas da obediência — a qual poderia impulsionar a liberdade, a criatividade e a espontaneidade — aquilo que provoca uma reacção de sinal contrário. As pessoas sentem-se ameaçadas pelas situações de insegurança e indefinição. Lutam por uma identidade «superior», por uma nova segurança no

seio da homogeneidade étnica e linguística. A xenofobia e o nacionalismo são tentativas desesperadas de preencher o ferido sentimento de importância pessoal e o vazio interior com símbolos e acções simbólicas, evitando assim a confrontação com esse vazio e suas respectivas causas.

Ora as causas residem numa educação que conduz a criança a aprender a amar-se, não pela vitalidade que é a sua, mas sim pela adaptação a padrões comportamentais. E é com isto que o vazio começa.

A IDENTIFICAÇÃO COM O AGRESSOR

O filme de Johannes Gulde e Stefanie Landgraf, Infância Roubada, rodado para Terre des Hommes, apresenta exemplos aterradores. Trata das crianças de dez anos que em Moçambique são raptadas, violadas e levadas a matar outras pessoas, como robôs, pela Renamo, a conhecida organização supostamente rebelde. O filme, de uma forma extrema, exemplifica aquilo que comporta qualquer processo de socialização baseado na obediência. Pelo apagamento do medo infantil ante o adulto que lhe irrompe pelas fronteiras físicas e mentais adentro, a criança transforma-se na ferramenta do seu opressor. Deste modo, estas crianças raptadas e violadas são ensinadas, da maneira mais cruel que pode imaginar-se, a reprimirem o medo e a vulnerabilidade

Para conseguir evitar o medo e a dor que este comporta, a criança começa a idealizar o opressor, o agressor, fazendo dele o objecto da sua identificação. Os próprios adultos, de resto, podem percorrer este processo numa situação de

encarceramento e tortura, conforme o descreve ram Jacobo Timerman no contexto da ditadura argentina e Wole Soyinka no caso da Nigéria durante a ditadura do general Gowan.

Sandor Ferenczi escreveu a este propósito, j em 1932: «A criança sente-se física e moral mente indefesa. A sua personalidade encontra-se pouco consolidada para poder protestar mesmo em pensamento. A força e a autoridade esmaga doras do adulto fazem-na muda, roubando-lhaté muitas vezes os sentidos. Mas o mesmo me do, ao atingir o paroxismo, obriga a criança subordinar-se à vontade do agressor, nele adivi nhando as vontades e a todas aquiescendo esquecendo-se por completo de si mesma identificando-se totalmente ao agressor.» Um tal identificação tem consequências políticas conduzindo assim a um padrão comportamenta colectivo de nefastos resultados o pacto d vítima com o agressor. E, ao mesmo tempo, a ódio para com aqueles que possam ser rotulado de fracos, aos que são escolhidos como inimigo por simbolizarem a vítima em nós, o ser viv que poderíamos ter sido mas que aprendemos temer por nos criar problemas com os nosso pais. E deste modo andam as pessoas em busc de inimigos, sem os quais não podem manter d pé a estrutura da sua personalidade. Escreve Henry Miller, a esse propósito, no seu ensa sobre o «Caso Mauricius» de Jacob Wa sermann: «O inimigo! O inimigo! Nunca ma nos livraremos dele? Quem será ele, capaz e tão rápida e manhosamente mudar de feições Ouem será? Há-de ser com certeza um terríve monstro, pois de contrário não teríamos de vel tar sempre e de novo a entrar com ele en guerra.»

nos com o agressor, perdemossos próprios sentimentos. O Roubada transmite-nos a imagem se tornaram insensíveis. Não manifestar alegria porque mubado o sentimento Um membro guarda ditador Somoza, da Nicarágua, mente relata numa entrevista: magro. An-tes de me alistar macional, tinha medo de tudo e de Agora já nada me mete medo, e importante (...) É a isso que eu m homem.a

a violência, o desprezo pelo sodor tornaram-se características do desse tipo de gente. Os xenófoextremistas de direita vivem com a deverem ameaçar com o extermínio os mais fracos e os deficientes. sobre a socialização de crianças (Pflegekinder, 1990), Monika Armin Westermann descrevem dependência da criança pode levar a positiva ou a uma relação de medo, h peradaptação. Não nos deverá por o facto de entre nós os violentos estu-dos recentes é o caso de pelo da juventude de extrema-direita) expostos a actos de violência física

essência humana, formulou um dia a questão: Como temos nós coragem de mundo em que o amor é suscitado mentira, mentira essa que consiste na sidade de sermos consolados no nosso por aqueles que nos fizeram sofrer?^a

O ÓDIO DOS MAL-AMADOS

Os portadores do ódio que insistem na pureza etno-linguística e religiosa acreditam poder ascender assim a uma identidade própria. Pretendem convencer-nos e convencer-se de que isso corresponde às nossas mais fundamentais necessidades e às nossas predisposições biológicas, referindo-se aos nossos antepassados remotos, aos seus clãs e grupos. No entanto, nas unidades tribais dos primitivos, não era o medo aquilo que estava no âmago das relações, mas sim a cooperação: o respeito e a dignidade, o apoio amoroso dado à identidade própria da criança. Não eram o poder e a propriedade aquilo que se via na base destas comunidades, mas sim o encorajamento das formas culturais que desde a nas-cença tornam suportáveis ao indivíduo os sofri-mentos e as alegrias, tornando possível a integração das suas crescentes actividades numa perspectiva de unidade com aquilo que o rodeia. E isso ainda assim era nas sociedades ditas primitivas. Não foram os nossos antepassados que fugiram à dor. Somos nós, desprovidos de autêntico, sem uma identidade verdadeira, que alimentamos a ideia fixa de sermos salvos graças a uma posição de força, a alcançar através do ódio racista ou xenófobo.

Estas reflexões constituirão porventura umas achegas quanto à resposta a dar à pergunta do início: Será *isto* um ser humano?

O ser humano que cresce sem amor verdadeiro não pode tornar-se Homem. Um certo padre, em Hoyerswerda, pôde interpretar os incidentes violentos que ali ocorreram como uma 'consequência das carências de amor nas crianças desta cidade^a.

As pessoas assim só sabem revestir-se duma aparência de humanidade, tal como Himmler ao falar, em Maio de 1944, sobre o extermínio dos judeus, quando pediu compaixão para com os assassinos. Sustentou Himmler que aqueles assassinos haviam tido uma vida difícil; que tinham necessariamente de tornar-se 'caciques sem coração nem sensibilidade perante a vida humana, ou então maricas com esgotamentos nervosos^a.

O ódio dos mal-amados ameaça-nos a todos. Não o desejamos, mas nem por isso ele desaparece; apenas pode ser recalcado, para irromper abertamente em tempos de desagregação social.

Que fazer? O ódio tem de ser reconhecido como justificado — desde que se trate duma raiva agressiva contra os agressores originais. Tem de ser reconduzido aos seus objectos esquecidos, recalcados e postos de parte. É no sentido duma reorientação do ódio assim desviado do seu alvo real — pais, educadores e escolas incapazes, etc. — que devemos trabalhar, e nunca com vista ao seu recalcamento.

O referido trabalho de Nienstedt e Westermann demonstra como isso se torna possível. Se o ódio dos filhos aos seus pais de carne e osso for reconhecido como justificado, por outros adultos importantes para as crianças, vendo-se deste modo identificado, essas crianças tornar-se-ão capazes de enfrentar o medo desmentido e a dor que dele decorre. Essas crianças, transbordantes de ódio e incontroláveis na sua violência contra os outros, começam então a transformar-se e a orientar as suas agressões para fins mais criativos.

Demonstra-nos isto que os indivíduos que hoje se apresentam cheios de ódio, no fundo não sabem quem odeiam. Ao contrário porém das crianças que referimos, são mais velhos e estão organizados em grupos capazes de consolidar odesprezo que sentem e a falsa identidade em que laboram. E isto, por seu turno, significa que em relação a estes temos de proceder de dois modos paralelos: combatendo neles de forma conse quente a violência e, ao mesmo tempo aceitando o ódio que possuem, de forma a pode ser reorientado para o seu ponto de partida.

CONDENAÇÃO CONSEQUENTE DA VIOLÊNCIA

Temos de opor-nos à violência sem hesita ções e com toda a autoridade. Temos de respon der com toda a firmeza, no plano nacional internacional, às bombas incendiárias, aos bom bardeamentos de artilharia e aos ataques con gás letal de que são alvo mulheres e crianças pessoas indefesas e mais débeis. Só aí é que o violentos arrepiarão caminho. No entanto, se o políticos subestimarem o papel do ódio, se legitimarem até, a democracia ficará em perigo Não é verdade que semelhante ódio possa se amainado pela sua ventilação. Pelo contrário cada acção destruidora adicional aumenta a des trutividade de tais pessoas. Só com mais destrui ção podem reprimir os seus sentimentos d culpa. É este um aspecto adicional a demonstra que o discurso político convencional, a minimizar esse ódio, na realidade está incentivar a destrutividade.

Ao lidarmos com os violentos de uma form consequente, libertamo-los da necessidade d radicalizarem essa sua violência, ainda que o mão sintam como libertação e se lhe oponham de princípio. É essa porém a razão mais profunda; a resposta do ministro do Interior da Saxónia ao wiolento extremismo de direita ali registado, de facto conduziu à sua redução. Eggert favorecia ma posição consequente do Estado e, ao mesmo tempo, uma análise dos problemas emociomais. O facto de alguns o acusarem de 'dureza» demonstra quão longe muitos chegaram na sua dentificação com os malfeitores. Um distanciamento equívoco da violência, o não contrariá-la te forma consequente, significa apoiar o crimiso no escamoteamento da sua própria culpabidade. Ao proceder-se assim, priva-se o violento da possibilidade de enfrentar os seus róprios sentimentos de culpa. E, nesse caso, enterramo-nos a nós próprios e impedimos os minosos de regressarem suas potencialidades humanas ainda existentes.

que

não

1 das

estão

dar o

1 que

e em

onse-

mpo,

oder

sita-

pon-

al e

com-

iças,

e os

e os

se o

rigo.

ser

ário:

des-

trui-

de

strar

ao

á a

rma

de

A VIOLÊNCIA EQUIVALE AO DESPREZO PELO AMOR

A moral não advém de conceitos abstractos.

Desenvolve-se a partir da capacidade de reagir

de forma empática à dor e ao sofrimento. Só

mando reparamos que nos dói, ao provocarem

nossos actos sofrimento a outros, é que

meça a verdadeira moral. Se houver apenas

mitações exteriores a travar uma pessoa, sem

starem ligadas à capacidade interior de

material de a fraude

material de sinceridade e a fraude

material de sinceridade e a fraude

primeiras a intuir a falta de sinceridade e a

falsidade das autoridades políticas, usando-as como alibi para se desfazerem dos próprios escrúpulos.

O que caracteriza tais épocas é sempre o aumento da violência contra crianças e mulheres em todo o mundo. É esse o sinal de alarme para a dimensão actual do desprezo pelo amor e pela maternidade.

Percebermos que a violência é uma atitude de desprezo pelo amor é um primeiro passo para nos insurgirmos contra o desprezo. Esta luta tem de ser conduzida a partir de bases morais, o que passa pelo reconhecimento do sofrimento dos nossos filhos. Tudo quanto suscite o crescimento das crianças com amor impedirá a identificação com a violência.

O que em geral dificulta as coisas é o facto de ainda não termos compreendido o significado da infância para a política. Não vemos que são os nossos processos de socialização que congregam os perigos que ameaçam uma sociedade democrática. No pensamento político, a tecnologia e as ciências têm um papel de relevo — mas o mesmo não acontece com a psicologia. É isso que explica ser diminuta á nossa capacidade para levarmos em conta, no pensamento, as interacções psicológicas e os efeitos que exercem sobre o comportamento político.

O que é tido na conta de psicologia é um retorno a regras e métodos, porque há a convicção de isso facilitar a manipulação. Mas a verdade é que não existe alternativa ao reconhecimento dos contextos psicológicos. O entendimento das implicações políticas do processo de identificação com o agressor e a capacidade de o observarmos em nós próprios, pelo contrário, leva às atitudes consequentes que produzirão

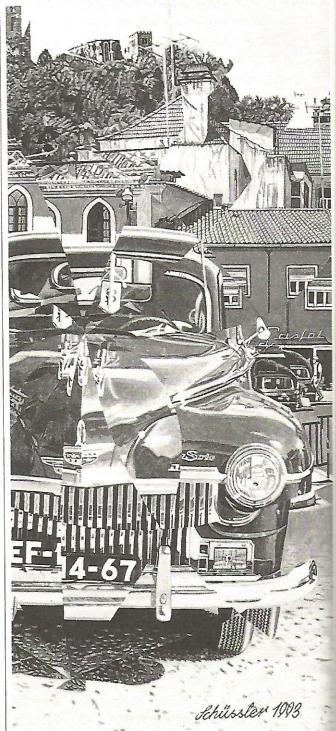
soluções. Nessa altura deixaremos de procurar vítimas, em vez dos verdadeiros responsáveis pelo nosso mal-estar. O mau da fita verdadeiro só pode ser identificado no interior do círculo vicioso da obediência e do ódio dela decorrente. Temos de ver o mal que fazemos uns aos outros.

Não são as ideologias políticas que nos farão sair do beco em que hoje nos vemos. Será, isso sim, o esforço com vista a mostrarmo-nos honestos para com as nossas próprias pessoas.

Traduzido do alemão por Lumir Nahodil

BIBLIOGRAFIA

- S. Diamond, *Kritik der Zivilisation* (Crítica da Civilização), Campus, Francoforte, 1976.
- S. Ferenczi, "Sprachverwirrungen zwischen den Erwachsenen un dem Kind" (Confusões linguísticas entre os adultos e a criança), in *Schriften zur Psychoanalyse*, II, Fischer, Francoforte, 1970.
- A. Gruen, "Autonomy and Identification: The Paradox of their Opposition", in *International Journal of Psycho-Analysis*, 49, 1968.
- A. Gruen, Falsche Götter: Über Liebe, Haa und die Schwierigkeit des Friedens (Falsos Deuses: Sobre o Amor, o Ódio e a Dificuldade da Paz), DTV, Munique, 1993.
- P. Levi, Ist das ein Mensch? Ein autobiographischer Bericht (Será Isto um Humano? Um Relato Autobiográfico), DTV, Munique, 1992.
- M. Nienstedt e A. Westermann, *Plegekinder: Psychologische Beiträge zur Sozialisation von Kindern in Ersatzfamilien* (Achegas Psicológicas para a Socialização de Crianças em Famílias Adoptivas), Votum, Munster, 1990.



Indivíduo ou género?

por RUI VAZ DE CARVALHO

sabemos nós, os humanos, de nós

algo acontece de modo sistemático a explicação desse fenómeno, amos uma sequência linear de causa a relativamente clara e que nos satisfaz seu sentido lógico. Esse sentido torna-se claro quando chegamos à conclusão ma só causa não nos satisfaz e que o meno é produzido por um complexo de e situações; menos claro ainda se o sentido quando, em vez de causas modutoras ou relações funcionais, estamos motivações, que são a base do commento humano e levam a agir de modo mificativo. Mesmo a actividade humana simples esconde aos olhos de quem eserva não tanto o mecanismo que a Mesencadeia mas sobretudo as suas motivações.

O SER EMPÍRICO

Não passamos de empíricos nas três quartas partes das nossas acções, escrevia Leibniz na sua *Monologia*, e, apesar dos progressos científicos, a medicina continua a aplicar-se ainda hoje de modo empírico, caso a caso. Se a ciência biológica logrou com a sua sistematização uma certa unidade do humano, organizando a sua constituição somática em

células, órgãos e aparelhos, cedo se verificou que a diversidade dos comportamentos humanos não coincidia com as identidades orgânicas encontradas. E isto porque cada pessoa é um mundo que em grande parte escapa às definições científicas, com vivências e 'experiências singulares, com heranças genéticas e culturais específicas.

Apesar disso e desprezando as heranças culturais, houve quem subdividisse a humanidade em grupos rácicos, pretendendo ver na cor da pele e noutros traços anatómicos uma causa diferencial dos comportamentos, enquanto outros, guiados por um igualitarismo obscuro que por vezes ocultava inconfessáveis pruridos racistas, pretenderam apagar ou dar como irrelevantes todos os traços que constituiam a singularidade dentro da identidade humana.

Se a superioridade rácica era uma monstruosidade parida por mentalidades submetidas a um autoritarismo obtuso, eivado de ignorante soberba, o igualitarismo acabava por negar a diferença, escamoteando o que a simples observação punha a nu: que cada indivíduo, comungando embora de uma reconhecida identidade, é um mundo, um mundo que se diferencia de outros física, psíquica e culturalmente.

Isto significa, em primeiro lugar, que os seres humanos são ímpares e é aí que reside a sua autonomia. O igual nada tem de específico, nada o individualiza; só o diferente se afirma como único. Em segundo lugar, os homens são seres concretos e unitários no sentido em que ao admitirmos neles, por observação ou por estudo, partes, elas só poderão ser solidárias. Não só os indivíduos deixam de ser, uma vez

as suas partes separadas, como também tudo aquilo que por convenção entendemos como partes formam um todo maleável e instável que só grosseiramente corresponde ao nome com o qual o pretendemos cristalizar. Eles são seres viventes e, como tal, impermanentes. Podemos fotografá-los mas, quando eles olharem para as suas fotografias, já são outros. A vida é isso mesmo, algo que se desenrola num espaço, mas também num tempo sem nada que se porque medida, interiormente se assemelha à sucessão das imagens que nos dão a ilusão do movimento. E por esta razão é que entendemos que medir e classificar os homens é uma atitude de prepotência e desrespeito.

Podemos quando muito medir os actos; não as pessoas. Sabemos que há homens fortes, outros velozes, etc., mas trata-se de uma avaliação parcial, não global. Em provas de atletismo, o recordista dos 100 metros não é em geral o dos 10 000. Do mesmo modo, quando se rotula alguém de inteligente, tal afirmação só pode significar a relativa adaptação dessa pessoa ao realizar uma tarefa ou ao responder a um teste. Não há pessoas mais inteligentes ou mais dotadas que outras, mas pessoas mais aptas ou menos aptas a... E é tudo o que com rigor se pode dizer, ao contrário do que alguns pretendem ver nos testes que dizem apurar o quoficiente de inteligência (Q.I). Aceitando que alguma coisa é medida, as escalas de valores não são absolutas mas relativas. Todas elas partem de um modelo ou padrão que é convencional, pré-estabelecido pelo medidor e com base numa determinada cultura. Posso medir o tempo de reacção a um um número a certo atribuir estímulo, raciocínio lógico, ao número de palavras evocadas pela memória, etc., mas o que eu obtenho é uma série de medições que, pela sua natureza, são irredutíveis. Apesar disso, tentou-se reduzir todas estas medições a um número, através do cálculo da média das diferentes medições, e afirmou-se que esse número dizia respeito à inteligência. Mas o que é a inteligência? Até agora ninguém se atreveu a defini-la. Quando muito, fala-se das operações ou manifestações da inteligência por se desconhecer inteiramente essa coisa que designamos por inteligência. Mas, mesmo alguma haveria admitindo que correspondência entre a resposta e um número, como iríamos nós distinguir nessa resposta o que era devido à inteligência e o que era devido à cultura?

À custa destas técnicas da medição de inteligência, as antigas teorias sociais darwinistas da evolução e selecção natural, à maneira de Haeckel, parecem ter ganho novo alento e pretendem justificar a partir delas as diferenças sociais. Determinismos destes, que conduzem fatalmente a racismos absurdos, só podem surgir quando os homens, seres criadores e evolutivos, porque possuidores de uma vontade própria, são desprezivelmente tomados como coisas estáticas e inertes que podem ser medidas segundo uma escala de valores.

A IGUALDADE RACIONAL

Que não há dois seres humanos iguais, não nos restam dúvidas e aceitamo-lo sem complexos. Mas esta desigualdade parece repugnar a muita gente, sobretudo aos políticos. Na verdade, quer se reporte à natureza, quer à moral

a igualdade tem sido uma ideiacomum a várias ideologias, não apenas como também de direita. E na dos sistemas políticos vigentes a ideia dade é como que o dogma indiscutímesmo naqueles em que as desigualdades e políticas são de todo evidentes.

ilas

SISIE

0

SIC

las

cia

ne sur

mo

ma

EO.

0

cra

te-

tas

de

as

SÓ

res

de

nte

ue de

ão

le-

ra

er-

ral

Humanismo renascentista havia forjado Homem com H maiúsculo, mas coube ao fazer desaparecer o que havia no humano, concebendo um abstracto e uniforme, um puro ente de A partir daí e por silogismo falacioso, o poder, que se baeava na força, surge allos dos ingénuos como um verdadeiro social, como também a sociedade de agregado a entidade psicológica vontade própria, a vontade geral. E o que mincípio não passava de suposição, um cio necessário ao racionalismo extremo, por tornar-se o alicerce dos futuros cios polí-ticos constitucionais. Com que se proclamou em França a igualdade na Declaração dos Direitos do Homem de 1789! entanto e não obstante as intenções, é encontrar outra situação onde as esigualdades fossem tão profundas e tão sumanas como no período liberal que decorre dessa e de declarações idênticas eguidas em outros países.

É certo que no decorrer do século XIX se levantaram muitas críticas contra esta igualdade cívica e política que não passava de uma habilidade jurídica e à qual não correspondia, devido aos grandes desníveis sociais, uma igualdade económica. Mas à ideia abstracta de igualdade perante a lei dos liberais opunham os democratas a não menos abstracta ideia de igualdade de oportunidades. Sugerida por

Saint-Simon, a igualdade de oportunidades estava longe de desfazer o mito liberal. Pelo contrário, supunha-o. Posta a hipótese de uma igualdade de oportunidades à partida, cedo as diferenças de capacidade levariam à desigualdade económica, social e cultural.

Pressentindo esta contradição, Louis Blanc propôs uma fase de transição do capitalismo para o comunismo. Nessa fase transitória Louis Blanc recorria a uma ditadura que imsalário punha igual um para independentemente da natureza do trabalho. Mais uma vez se caía na ideia abstracta, generosa, de igualdade. acentuar-se todavia que na concepção de Louis Blanc esta fase de transição era isso mesmo, passageira, e que no comunismo a igualdade já não entraria como princípio social, pois cada um contribuiria segundo capacidades e receberia segundo as necessidades.

No século XX, a *igualdade* tornou-se a pedra de toque teórica de todos os regimes, desde o capitalismo de Estado soviético às democracias ocidentais, onde liberais e democratas foram aos poucos convergindo até chegarem ao que poderemos chamar um pacto de regime, divergindo apenas na maior ou menor intervenção do Estado na sociedade.

Porquê esta *igualdade*? Porque se empenham tanto os políticos dos diversos quadrantes em basear as suas ideologias nesta igualdade racional, sabendo que a realidade é bem outra?

Ainda poderíamos admitir uma certa dose de altruísmo se não se tratasse de políticos, se alheássemos completamente a estrutura de poder e se essa estrutura não exigisse que a sociedade – de simples meio de relação dos indivíduos – se transformasse em fim e, consequentemente, os indivíduos em meios.

O ÚNICO

O Indivíduo concreto, a pessoa, o único stirneano torna-se, pela sua indeterminação, um ser demasiado incómodo para que possa servir de alicerce a qualquer teoria política. O facto de ser único, diferente, constitui a primeira dificuldade para o geometrismo necessário à regulamentação indispensável à estrutura política. A segunda dificuldade primeira: é que sem da decorre homogeneidade não há massa e só esta permite o regimento e a manipulação (1). Não passa pela cabeça de ninguém que um chefe transmitisse as suas ordens a cada um dos súbditos em separado. Nesse caso, não se formaria nenhuma hierarquia, que é a base do poder, político, militar ou qualquer outro. Para que o poder se estruture é necessário homogeneizar, partir do princípio abstracto de que os soldadinhos são todos de chumbo ou todos de qualquer outra matéria, mas igual. No caso militar, a própria farda ajuda física e psicologicamente a esta igualitarização.

Sem massificar, sem homogeneizar, o que não exclui a estratificação, não é possível a estrutura de poder. Já Platão distinguia entre homens de ouro, de prata e de ferro, mas cada um destes estratos era homogéneo, atribuindo-lhe funções sociais específicas. Aliás, distinções deste teor não raras vezes pretendem basear-se nas sociedades animais, nomeada-

mente no enxame. Comparação ingénua, porquanto as funções na colmeia, quer as da abelha mestra quer as dos zangãos quer as das obreiras, estão anatomicamente definidas. Os zangãos têm como função fecundar a abelha mestra, a única reprodutora, ao passo que as obreiras são estéreis. Nas sociedades humanas há de facto uma diferenciação anatómica entre homens e mulheres, mas não impeditiva do exercício de quaisquer funções sociais.

Claro que hoje a justificação da estratificação social já não repousa nos mesmos moldes. No Estado de Direito, justificam-se as hierarquias não apenas pela função social mas também pela vontade geral encontrada por um mecanismo eleitoral. Caminho longo e nada pacífico que se inicia com o Liberalismo, em que o voto era ainda censitário e com exclusão das mulheres, até ao sufrágio universal. O Estado de Direito, porém, tinha de alguma forma de basear-se na razão. As diferenças físicas, como a estatura ou a cor da pele, ou as psíquicas, seriam demasiado visíveis para que se pudesse concluir que os homens são iguais. Nivelá-los pela cultura também não seria pacífico, sobretudo em sociedades onde a desigualdade de fortuna e de oportunidades acentua as assimetrias. Teria de encontrar-se algo que irmanasse os indivíduos mas que permitisse que não fosse vago diferenciações nem ferisse susceptibilidades e recorreu-se de novo ao racionalismo antigo para se concluir que os homens são dotados de razão. A política, de facto, nada tem a ver com cães ou gatos, diz respeito aos homens.

O problema é que a razão, quer se tome como regra de conhecimento quer como manifestação da inteligência, permanece termo obscuro desde os antigos. Aquilo que Kant

de razão pura e razão prática não se muito do logos de Sócrates, Platão e que o definiam como pensamento oposto a conhecimento imperfeito e Mas neste caso razão não é qualidade dos homens mas um produto da sociedade. Que se pretende, então, razão? Não certamente ir ao dos homens, compreendê-los, mas erguer bem alto esse fantasma que é o ser genérico e, por isso mesmo, inexistente, tão distante dos como qualquer deus. Só esse Homem sem sangue nas veias e despido de a sensibilidade, pode ser o suporte de igualdade fictícia, ponto de partida para as desigualdades dos autoritarismos mporâneos.

THUM:

da

das

Os

E 25

do

des.

Tar-

am-

um

ada

em

são O

ma

que ais. acía des -se que

sse

s e

igo de

om

me mo

mo ant Manipulação vem de manípulo, subunidade da le-





Charles Reeve Sylvie Deneuve

Viajantes à beira duma América em crise

prefácio de Claude Roy à ed. portuguesa

Fora do Texto

Tempos pós-modernos

por JOSÉ LUÍS FÉLIX

Julião chegou à loja já passava das cinco da tarde. Ainda não entrara e já ouvia a mulher: "Por onde tens andado, desgraçado, sabes que é preciso ir buscar 6 caixas de parafusos à fábrica e só agora é que apareces?"

"São os negócios, Joaquina. Desta vez é uma coisa em grande. Meteu almoço e tudo."

"Quantas vezes te tenho dito que isso não leva a nada? Dedica-te ao trabalho, à loja, se-não estamos arruinados."

Julião aproximou-se do balcão, da soturna e mal iluminada loia de ferragens do Largo da Graça, onde, para mal dos seus pecados, consumia tristemente os dias. Ia disposto a reclamar, bem alto, na defesa intransigente dos seus negócios de alto nível. A visão de dezenas de pequenas cartões coloridos, em cima do balcão, levou-o, contudo, a mudar de agulha.

"Com que então outra vez a raspadinha? Mais de cem apostas. É nisto que gastas o meu dinheiro!"

"O teu não, o meu", interrompeu-o ela, num uivo. " Além disso não são mais de 50 e tu não tens ..." O resto da frase foi engolida, garganta abaixo. Acabara de entrar um cliente, carpinteiro de obra próxima.

"Já chegaram os pregos, Dona Joaquina?", inquiriu, delicadamente.

"Tenha paciência, mas só amanhã de manhã, sem falta," retorquiu, enquanto os seus olhos, negros e encovados, fulminavam o Julião. Entreolhado, Julião abriu uma porta liliputiana, por detrás do balcão, onde se lia em letras verde-esmeralda *Escritório*, e penetrou na salinha, atirando o corpanzil para cima da minúscula secretária, que gemeu combalida. Pegou num enorme sobrescrito, dirigido a Mr. Costa, Julião, International Finance Company, retirou do interior um maço de folhas, e passou a ler, soletrando em inglês.

Por essa altura, Tavares chegava à Estação do Rossio. Combinara encontrar-se ali com Tereza, sua mulher, vinda do trabalho, em Belém. À Tereza, quarenta e poucos anos gastos nas duras tarefas das traduções, muitas aflições e quatro filhos, agradavam-lhe estes momentos de regresso a casa, no Cacém, na companhia do marido. Sempre tinham mais tranquilidade para conversar do que nas atravancadas três assoalhadas do condómino. Conversa, as mais das vezes, sobre os filhos, dois deles já casados, a sua vida e os sonhos sempre adiados, mas que adorava evocar.

Há longos minutos que Tavares aguardava a mulher, que não havia maneira de aparecer. Nisto voltou-se, pressuroso. Sentira um ligeiro toque no ombro. Mas uma nuvem carregada de imediato lhe sombreou o rosto sorridente.

REGRESSO AO PASSADO

À sua frente surgia-lhe, em vez da frágil figurinha da Tereza, um homem corpulento e mal vestido, de 60 ou mais anos. Mostrando-lhe os poucos dentes que lhe restavam, no meio de uma barba cerrada de muitos dias, estron-

Janda camarada! Ah, ganda camarada!".

Viegas, operário e activista. Conheceramovimentações do pós-25 de Abril, ainda era tenente de artilharia. Onde

o outro insistia. "Ganda camarada! da camarada! da camarada! da camarada! da camarada camarada; Tudo sozinho. Durante mais de não fiz mais nada, mas ficou coisa Tudo certinho, alinhado, segui à risca desenhos. Ah, ganda camarada, aquilo foram tempos... As coisas pioraram, mas anda há-de dar uma grande volta."

das tenazes do pedreiro e, enquanto imque o largasse, insistia que os tempos outros, tinha outras responsabilidades...

já não és do MFA?", interrogou o ameaçador. E sem querer saber da resatordou os ares com o grito que lhe do peito: "MFA! MFA!"

anacronismo, o Tavares encolheu-se e deslizar entre a parede e a máquina das deslizar entre a parede e a máquina das com facilidade. Então o Tavares, grande do MFA, da Revolução, não queria com um operário, que toda a despara a mola?

para o seio da burguesia, camarada.

do está perdido. Olha a China, esse fa
cocialismo, como se tem desenvolvido!"

menorme saco de nylon, de onde

monte de chapéus de chuva. "Estes

bons e baratos, são feitos pelos cama
chineses. Olha para esta perfeição!",

enquanto abria diversos chapéus perante

o boquiaberto Tavares, "...um seiscentos escudos, dois, mil escudos".

Rápido, Tavares puxou de uma nota de mil escudos e comprou logo dois chapéus. Invocou um encontro com a "companheira" e desenvencilhou-se do outro, buscando esconderijo no seio da multidão. Deu a volta ao quarteirão, lentamente, muito atento, não fosse ter mais maus encontros, e voltou à Estação, onde já chegara a mulher.

No comboio referiu-se, entusiasmado, ao negócio da Suíça, praticamente concluído. Também não deixou de referir o agradável encontro com um importante *business man* do import-export. "...especializado em produtos de grande consumo do Extremo-Oriente, principalmente da China, um contacto precioso para futuros negócios naquela região".

À Tereza pouco lhe importavam os sonhos do marido. Interessava-lhe mais falar da doença da mãe e do casamento próximo da filha. "Se ela morrer, a quinta da Póvoa fica para mim. Sim, que o meu irmão nem sequer foi perfilhado, por isso é como se não existisse. Quero lá saber que nunca tenha saído da terra, debaixo das saias da velha. Então e eu, que me fartei de estudar e trabalho duramente há uma data de anos? O meu pai nunca lhe ligou nenhuma. Ainda hoje falei sobre isso com o Dr. Sampaio e ele disse-me para ficar descansada."

Ao ouvir o nome do advogado, o Tavares fez uma carranca e ripostou com maus modos: "Não é esse gajo que anda para aí a dizer que tu pareces uma figurinha de Boticelli?"

"Será possível que ainda reajas assim, Tavares? Não vês que isso é um elogio? Sabes que mais ? É com ele que tenho contado nas situações mais dificeis. Além disso não te esqueças que foi ele que apresentou o Toni à nossa filha. É graças ao seu apoio que agora se vão casar. Um grande casamento, de fazer inveja a qualquer mulher".

Era verdade. O Dr. Lourenço, o Toni, ia casar com a sua Luisinha. Dentro de dias iria ter um casamento de estadão nos Jerónimos. Só era pena a diferença de idades, 22 anos a filha, 57 o Toni, mas a rapariga lá se saberia desenrascar, desembaraçada como ela era.

As suas reflexões foram, neste ponto, interrompidas pela voz estridente da pequena personagem, com quem partilhava cama, mesa e frustrações há quase trinta anos. "O tempo esgota-se num instante", pensou ainda, num derradeiro esforço, face aos guinchos que tudo submergiam.

"Se a minha mãe morrer antes", e a gritaria trespassava-lhe avassaladoramente o crânio, "levo na mesma a toilette que já escolhi. Era o que faltava, não ir à minha vontade".

Enquanto isso, o Cardoso voltara ao escritório. Agarrado ao telefone, procurava contactar com a Júlia, da Salvadorex. Após seis tentativas conseguiu chegar à fala com a operária.

"Sim, Júlia, sou eu mesmo. Claro que me lembro muitas vezes de ti, mas sabes como é a vida, não é? Sim, podia ir muito melhor. Olha, tu é que me podes ajudar. Como? É fácil. Arranja-me um encontro urgente com o Salvador. É uma questão de negócios, muito importante, que não pode falhar. Vá lá, Júlia, estou a contar contigo. Não me deixes ficar mal perante os meus sócios".

Mas a Júlia hesitava, que já não via o Salvador há dois meses, desde que estivera na Fábrica mal lhe falava, parecia que já não conhecia os antigos colegas e amigos, agora que era rico. Mas, como sempre, deixara-se convencer. A solidariedade falara mais alto do que as mágoas e o cansaço. Que lhe telefonasse mais tarde, perto das 7. Não, não era tarde, como de costume ficava a fazer serão até às 9.

Às 6 e meia voltou a telefonar. O suor cobria-lhe o rosto lunar, abrindo-lhe riachos por entre os socalcos faciais. Com mão tremente marcou o número da Fábrica e perguntou pela Tereza.

"Todos os diabos têm sorte", respondeu ela. Não só conseguira falar com o Salvador como este estava disposto a recebê-lo. Na manhã seguinte, porque depois iria para o estrangeiro.

Eufórico, abandonou o escritório em passada vigorosa. Meteu-se no carro, ligou o rádio bem alto e dirigiu-se para casa, em Paço de Arcos.

QUANDO EU FOR RICO

Por essa altura tocava o telefone no escritório do Julião. De pronto o atendeu "Barbosa & Barbosa, Consultores Internacionais. Boa tarde...", anunciou no mais puro estilo recepcionista de voz derrapante.

"Desejava falar com o sr. Julião Santos". Era o Tavares. Que não, não lhe reconhecera a voz, "estou habituado a ser atendido pela tua secretária. Tem uma voz deliciosa, deve ser cá uma brasa, Julião!", comentou, entusiasmado. Este olhou por entre a porta entreaberta, observou a mulher, que arrumava as prateleiras, e proferiu num sussuro: "Estafermo...".

Mas já o Tavares lhe gritava ao ouvido que recebera um fax do irmão. Teriam de comu"Sabes como são os suíços, Julião. Já
avisar o Cardoso, mas tinha saído do
Logo à noite telefono-lhe para

6-

To

OF

05

B-

- III

2

NO.

iã

0

5-

0

0

e que a mulher iria saber quem ele era.

e que a mulher iria saber quem ele era.

que se não fosse ela sustentá-lo... Ia

E verdade que a loja, juntamente com as

do prédio, lá os ia aguentando. Mas, e a

que ele levava? Nada poderia pagar

elante sacrificio. O que é que lhe dera

se casar com semelhante criatura? A

mais velha do ele, que nunca fora bela,

que, nesse tempo, possuia um certo char
e larga experiência. Quantas vezes se

pendera.

Lembrava-se como se fosse ontem. A fuga ma terra, à guerra e à miséria certa. Depois do o calcorrear as ruas de Paris e, mais de Bruxelas. E quando conseguira aquerabalho na Associação "Les Amis du Partugal", que euforia, Deus meu. Aí conhemeio mundo, belgas e portugueses, gente porreira. Com muitos deles percorria os centros da emigração, na Bélgica e países initrofes. Organizavam sessões culturais e de esclarecimento, com música, teatro, cinema, debates... Julião era o operador cinematoráfico, mas ajudava em tudo um pouco. Que empos de vertigem... até conhecer a Joaquina. Nessa época orgulhava-se da sua farta e longa cabeleira castanha que lhe inundava as costas e de possuir uma vontade inquebrantável. Depois deixara-se enlear nos braços da mulher,

nas suas intrigas e vidinhas. Enfraqueceu-lhe o ânimo e o cabelo.

Dois anos depois, acontecera há meses o 25 de Abril, estava de regresso a Portugal. Convencera-se com a liberdade e o prédio com a loja, que ela herdara do pai, pouco antes vencido por uma cirrose.

Arrastado pelas mesquinhas ambições da pequena proprietária, fora-se adaptando aos novos/velhos ventos, que sopravam fortes do quadrante do egoísmo. Comprara um fato e cortara o cabelo, que, de imediato, lhe começou a cair abundantemente, até desaparecer por completo.

"Aconteceu-me como ao Sansão", costumava ironizar consigo mesmo, "tal como ele fiquei sem forças e sem cabelo".

Desde há algum tempo, só a miragem de um negócio miraculoso o mantinha de pé. Estava agora prestes a conseguir libertar-se da Joaquina, que o mantinha prisioneiro nas masmorras da casa/loja/casa, utilizando as algemas da sobrevivência.

A mulher, com o decorrer dos anos, transformara-se numa autêntica megera. Até já expulsara um velho inquilino, para aumentar a renda, e preparava-se para fazer o mesmo a outro. O arruinado prédio de quatro andares e três inquilinos tinha de dar um bom rendimento. Por isso o Sr. Feliciano, o reformado do 2º piso, todas as noites recolhia água, que lhe escorria do tecto, e ouvia o arrastar de correntes, simulacro de tenebrosos fantasmas. Era a Joaquina que conduzia esta encenação, a partir do andar superior, onde residia com o Julião. Sabedora do pavor que o velho nutria pelas almas do outro mundo, todas as noites, pela meia-noite certa, repetia a cena, confiante de que venceria o inquilino pelo terror.

Quando o marido a questionava sobre este comportamento, costumava responder: "Vê lá se a renda de sessenta contos, que agora temos no 1º andar, não dá jeito?"

Sem emprego, nem vocação especial para qualquer actividade profissional, nada mais restava ao Julião do que submeter-se aos ditames da mulher, vegetar na loja, enfim. Até que, lembrado dos contactos, nunca interrompidos, do René, velho compincha de Bruxelas, ex-bancário, agora dado aos misteriosos negócios das finanças internacionais, decidira, também ele, dar novamente o salto, agora nesse mundo desconhecido.

Em menos de um ano, com a ajuda dos faxes do René e muito paleio que aprendera na animação, já conseguira umas centenas de contos, para "despesas de telecomunicações e de representação".

O verdadeiro negócio, porém, a chave do seu sucesso e vingança, tinha-o agora entre as mãos, com a exportação da Salvadorex.

Enquanto reflectia, puxou de uma folha, onde se lia "Barbosa & Barbosa - Consultores Internacionais", e começou a redigir uma mensagem MUITO URGENTE destinada ao René.

Escreveu com rapidez um apelo ao financiamento imediato da operação Salvadorex. "O negócio está concluído, só dependemos de ti", concluía dramaticamente. Meteu a mensagem no fax e dirigiu-se para casa, no 4º andar do mesmo prédio.

Pegou no suplemento de economia do Diário de Notícias e sentou-se no cadeirão habitual, enquanto a mulher preparava o jantar. Só sairia para ir, como de costume, tomar a bica ao "Escondidinho da Graça", mesmo em frente.

Depois seriam as 3 horas em frente ao televisor, a ouvir os queixumes e as contas da mulher. "Ah, Julião, quando fecharmos este negócio outro galo te cantará!". Este pensamento reflectiu-se no amplo sorriso que lhe iluminou o rosto, por norma fechado.

NA CAVERNA DE ALI BABÁ

Na manhã seguinte, surpreendentemente pontual, o Cardoso tocou à campainha dos escritórios da Salvadorex.

Num prédio bem situado, não longe do Saldanha, o Salvador instalara há poucos anos a sede das diversas empresas que possuía. Vários andares, em prédio amplo, serviam de abrigo a um exército de burocratas, que manipulavam números e conceitos de riqueza e de poder sob a batuta do zangão-mor daquela aurífera colmeia, o empresário de sucesso Francisco Salvador.

Após o tradicional número de espera, "o Sr. Salvador está a acabar um telefonema intercontinental", explicara a secretária, cabelo pintado cor de palha e longas pernas enroladas em curta e estreita túnica de cores quentes, "como nos filmes", reflectiu o Cardoso, foi introduzido no gabinete do patrão.

Este chegou-se à porta, para o receber com um abraço. "Há quanto tempo que não te punha a vista em cima, pá", e subitamente, em tom profissional: "Senta-te aqui na mesa de reuniões e não repares na desarrumação. Ora explica lá o negócio, o que a Júlia me disse é muito curto". Olhou para o relógio e preveniu: "Mas tens que ser rápido. Disponho de 35 minutos, nem mais um".

passara, entretanto, o olhar em petes, o mobiliário luxuoso, os adornos que decoravam o efeito desejado. Ali respinitura e riqueza.

e grandes potencialidades. "Imasto pode vir a dar. Milhões de caputos, todos os trimestres. Claro que
interessados numa operação destas,
ao Tavares e ao Julião, os meus
este negócio tem de ser feito contique sejam as tuas fábricas a fazer os
canhar dinheiro sim, mas sempossível com os amigos. A amizade
im é sagrada", rematou, já entusiasdando asas à sua proverbial fantasia e

NE.

į...

le

0

em homem de negócios, sorria beatifimente. Por fim pareceu despertar, abriu a
e disparou febrilmente: "Parece-me inte", e enquanto deitava uma olhadela
ao fax que o amigo lhe entregara, como
das suas afirmações: "Este Engenheiro
"dal, sei de quem se trata. Peixe miúdo, mas
e profissional. Agora o tal Julião, não
"heço. Garantes que ele assegura o finanmento?".

Cardoso punha as mãos no lume pelo "fimaceiro internacional". "Está tudo garantido, ams a minha palavra, Salvador".

Bem, vamos testar com a primeira encomenda. Vou dar instruções para se prepararem uguns documentos. Logo à noite vamos jantar odos juntos. Na Vela Latina às 9 e meia, está dem para vocês, não está?" e, sem dar tempo para a resposta, acrescentou: "Mas à hora

certa, vou ter pouco mais de uma hora para me encontrar com vocês, e isto é em consideração para contigo. Depois sigo logo para Leiria e às 9 da manhã tenho de estar no aeroporto para apanhar um avião para Londres."

Despediram-se com abraços. O Salvador apressado e o Cardoso comovido, lágrimas nos olhos, a exclamar: "Finalmente, meu amigo, ao fim de tantos anos, voltamos a trabalhar juntos!"

"E espero que seja com bons resultados, que é o que interessa", contrapôs o capitalista. Cardoso, embora sentindo as manápulas do antigo operário nas costas, que o empurravam para a porta, suave mas firmemente, conseguiu ainda travar a marcha e gritar: "Ó Salvador, isto são favas contadas!"

"Então até logo às 9 e meia, sem falta", ripostou o outro, enquanto empurrava, com mais força, o ex-colega para a porta de saída.

Assim que se viu só, correu para a secretária e voltou a ligar o telemóvel, que sempre o acompanhava. Depois pegou num dos quatro telefones que se perfilavam na secretária, em frente à sua poltrona, ligou para a secretária e metralhou: "Ó Deolinda, houve muitos telefonemas? Mande-me a lista das pessoas e assuntos e, olhe, diga ao Dr. Dias para vir cá, rápido".

"Sim, sr. Salvador. Houve 17 telefonemas, mando-lhe já a lista e vou avisar o Dr. Dias, imediatamente", respondeu a Deolinda com a celeridade padrão da casa.

Nisto guinchou o telemóvel. Era o Engenheiro Eurico, da Fábrica de Setúbal. "Sim, Eurico, diga ao Guterres que para a semana vou a Sevilha concluir o negócio. Você parta já. Sabe o que tem a propor, o Eurico sabe lidar com os espanhóis. Vá lá, prepare as

coisas e faça-me um relatório sobre os montantes do investimento, o equipamento e tudo o mais, OK ?".

Já tocavam outros telefones. Agarrou no branco, da direita, e levou-o ao ouvido. Era a mulher do Cardoso.

"Ah é você, Manuela? O Cardoso acaba de sair. Não, não. Fui eu mesmo que pedi para lhe ligar. Um momento só, por favor". Levou outro telefone ao ouvido esquerdo, enquanto mantinha o primeiro no ouvido direito, com o bocal tapado com a mão.

"Sim, sim... O Dr. Saldanha sabe perfeitamente que amanhã estou em Londres. Eu tenho preferido a vossa seguradora, apesar de ser constantemente assediado por outras... Pois, mas a questão é simples, recebe-me ou não esta tarde, para resolvermos o assunto noutros moldes? Antes do jantar vou tomar uma aperitivo com o Sr. Secretário de Estado e detestaria ter me referir à imperícia de uma empresa do seu pelouro. Como? Sim, certamente. Às 6 horas seria óptimo. Que tal no Bar do Sheraton? De acordo. Então até logo, doutor".

Agora já todos os telefones tocavam. Abriu uma gaveta, pegou num telefone interno e ligou para a secretária. "Deolinda, aguente-me os telefones um minuto, só um minuto". Retirou a mão direita do bocal do telefone e disse para a Manuela, que continuava à espera: "Desculpe lá, mas você sabe como é esta vida de negócios. Afinal também é casada com um homem de negócios. É mesmo sobre isso que lhe queria falar. O Cardoso, com aquele negócio da exportação, acha que é mesmo a valer? Na sua opinião, devo avançar?"

O que poderia responder a Manuela? Falar das desilusões dos últimos três anos, desde que

o marido fora despedido de sub-gerente de uma agência de navegação? Ou falar dos filhos, da casa, das despesas sempre crescentes? Só em telefonemas internacionais eram mais de 40 contos todos os meses, sem quaisquer resultados, e que ela ia suportando através de horas e horas extraordinárias, nas suas funções de enfermeira-chefe desenrascada. Ah, se as coisas resultassem desta vez. A sogra até já tinha prometido ir a Fátima, oferecer à Santa uma vela de 1 metro e 68, a altura do filho, e ela iria também, dar duas voltas de joelhos ao santuário.

"Oh Salvador, isto é assunto sério. O meu marido está muito bem apoiado no tal engenheiro suiço e num das finanças, o Sr. Julião, não, Julião, é isso. Tudo gente muito importante e da máxima honestidade".

"Era o que eu queria ouvir, Manuela. Vamos então avançar em força. Depois encontramo-nos para comemorar. Na minha casa de campo, ainda não conhece, pois não? Estou certo que vai gostar e a Nela, que já não a vê há tantos anos, vai ficar encantada. Agora desculpe, mas os telefones não me largam. Beijinhos para todos. As crianças devem estar crescidíssimas. Eles que apareçam também. Tchau..."

UMA LIÇÃO ENRIQUECEDORA

Despachou três telefonemas, rapidamente, enquanto entravam o director financeiro, o Dias, sempre curvado e obediente, e o seu colaborador, o jovem e super-dinâmico Monteiro, recém-chegado à empresa, com uma brilhante carreira académica, MBA e tudo mais, da parafernália dos gestores.

esses números, Dias", disse enquanto pegava nas folhas carrela culos e as folheava, de imediato. está obra asseada. Vamos lá ver

Cardoso, mas essa gente não tem

Lum deles, um tal Tavares, é um

Lum deles, um tal Tavares, é um

Lum deles é que tem, ou diz

Lum deles en Suíça. Como é possí
Lum deste tipo?"

o Salvador, perplexos e ansiosos.

lluminasse depressa, lia-se nos seus
Salvador esboçou um sorriso sarcáscomodou-se melhor e, antes de responhou fixamente o interlocutor.

"Telicito-o pelo seu zelo, mas não há dúvique você ainda não me conhece. Não
que não sabe que eu não confio em ninguém?
que não sabe que eu não confio em ninguém?
que ninguém", reforçou, "eu ia lá confiar nesse
que anos, mas o que é que isso interessa para a
que não de resultados? É essa pergunta que
que fazer, doutor. Como utilizar os conhecimentos? Pois vou explicar a si e ao Dias como
que mos ganhar com isso".

Acomodou-se melhor no amplo cadeirão, enquanto se deleitava com a cara de espanto dos colaboradores.

"O que é que nos oferecem estes indivíduos? Nada! Mas, atenção, esse Cavaco, o tal engenheiro luso-suíço, que depois de reformado atamancou duas ou três pequenas operações de trading, descobriu uma boa oportunidade de negócio. Trata-se de um contrato para fornecimentos regulares à maior cadeia de sapatarias da Alemanha e da Áustria. Valores muito elevados, com contratos anuais renováveis. Quais são os números fundamentais, Dr. Dias?"

O director financeiro das empresas Salvadorex debitou com rapidez uma série de números, que indiciavam, sem margem para dúvidas, o maná que constituia semelhante negócio.

"O.K., por agora chega, Dias. Depois fornece-me os indicadores e tudo o mais no relatório", interrompeu o magnata; e, virando--se para o Monteiro: "É de facto uma boa oportunidade. Claro que estes tipos são uns tesos e o tal financiamento externo é uma balela."

A face bochechuda parecia um balão de Santo António, quando prosseguiu, depois de uma intencional pequena pausa: "Está a pensar, Dr. Monteiro, porque é que não montamos já esta operação e mandamos estes tipos passear... Pois bem, a operação já está montada, à minha maneira, claro", declamou com um sorriso sardónico, enquanto saboreava o silêncio espantado dos ouvintes.

"Através do Engenheiro Guterres, o nosso sócio em Sevilha, obtivemos uma posição forte no capital de duas fábricas de confecções e três de sapatos, em Marrocos. Com encomendas deste volume ficaremos em óptimas condições para execercer o controle total. Do que necesssitamos agora é de obter o financiamento da operação, em boas condições. Amanhã, em Londres, fecho o contrato que nos assegura o acesso a uma linha de crédito para esse fim. Foi o Clinton, o nosso parceiro inglês, que, seguindo as minhas instruções, tratou de tudo. O Engenheiro Eurico segue hoje para Sevilha, para ultimar as coisas com o Guterres."

Quando, por momentos, se calou, fez-se um silêncio de eremita. As bocas e as meninges mantinham-se seladas de espanto e admiração. Consciente do efeito que produzia, prosseguiu: "É por isso que precisamos desta gente. Dão--nos cobertura e não só. Quando for tornado público, e não vamos esquecer a imprensa e a TV, que perdemos, juntamente com esta gente, uma oportunidade de negócios volumosos, já teremos justificação, aos olhos de todos, para diminuir a capacidade produtiva das fábricas de confecções de Sacavém e de Almada e despedir pessoal excedentário com muito menos problemas. Segundo os nossos cálculos, os custos salariais nas fábricas de Marrocos vão ser quatro vezes menores. Além disso, podemos resolver a situação daquela fábrica de sapatos de S. João da Madeira, que andamos a negociar. Os actuais proprietários estão a pedir preços exorbitantes pela venda. Aquilo nas nossas mãos tem possibilidades, mas a um preço razoável. Agora vou lá mandar estes suieitos com o pretexto da encomenda para a Alemanha. Depois de lhes alimentar as expectativas e levá-los a despesas adicionais, vão ver. Nas condições em que eles já estão, não se aguentam, com mais este buraco. Vão vender a

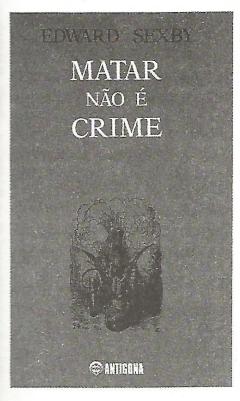
fábrica a um preço muito interessante, podem ter a certeza."

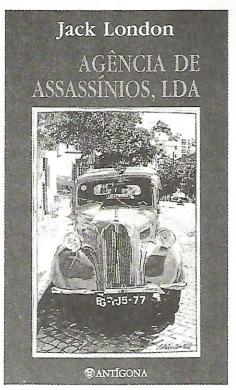
Bem humorado, disparou ainda para o atónito Monteiro, que o escutava embevecido, enquanto apertava a gravata de seda, nervosamente: "Como vê, doutor, eu não confio nestes tipos. Utilizo-os. Andar sempre um passo adiante dos outros, tem de ser o nosso lema".

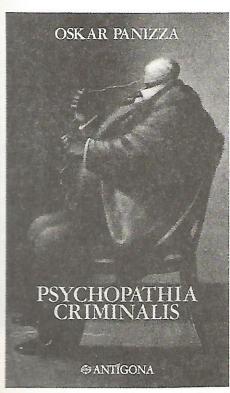
A alegria e a estupefacção assaltavam os macilentos directores, deixando um rasto de cor nos seus rostos. Guinchando um risinho rasteiro, o Dias atreveu-se mesmo a concluir: "Que isto sirva de exemplo e inspiração a todos nós", enquanto olhava de esguelha para o ambicioso adjunto.

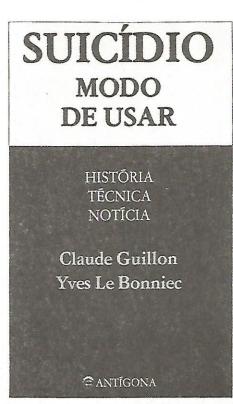


POESIA CRIMINAL EM DESTAQUE NA ANTÍGONA

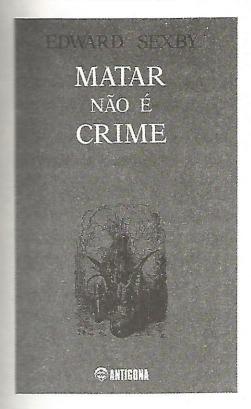


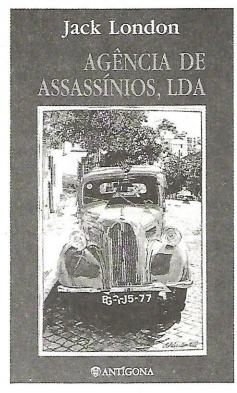


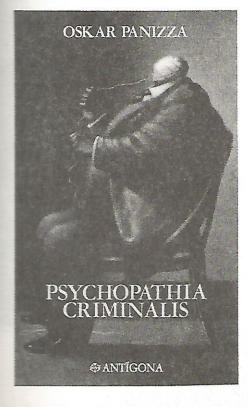


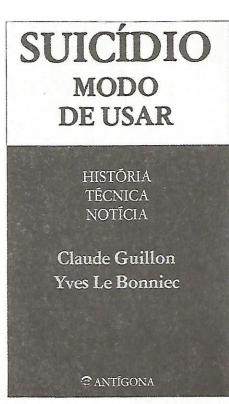


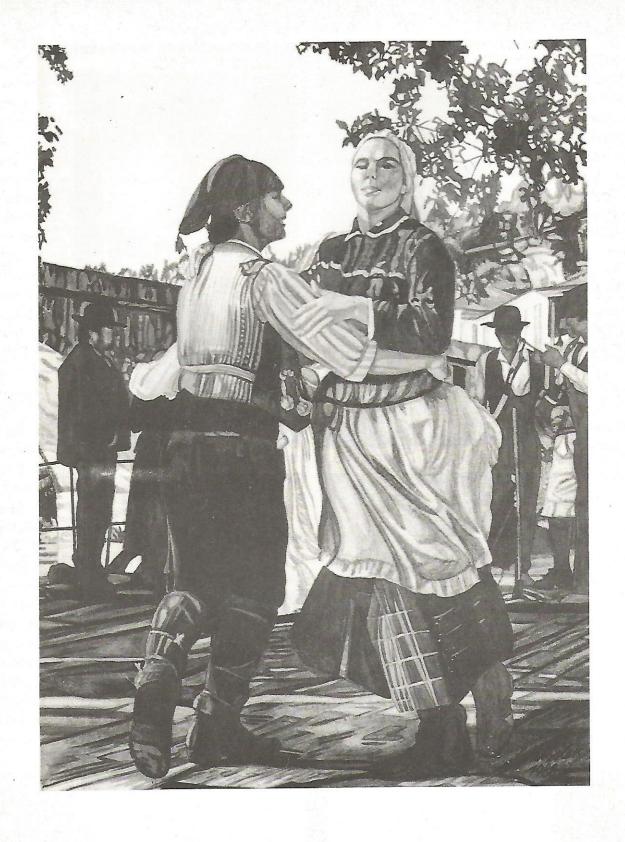
POESIA CRIMINAL EM DESTAQUE NA ANTÍGONA











T WIST AGAIN

NO REINO DOS DÊ ERRES

frequente, em especial nas traduções de língua inglesa, que certas formas de não sejam vertidas para português. O comum é o das expressões Mister ou suas abreviações ortográficas Mr. e morrendo com menos frequência coisa seas formas respectivas de outras lín-A repetição é de tal ordem que tratar-se duma convenção perfeitamente Não parece, no entanto, que o fenóser encarado com tanta singeleza. habituarei, quanto a mim, a considerar mendente, em filmes, livros ou revistas, a não dessas formas de tratamento. Em certos específicos, é óbvio que a não traduimpor-se; mas por sistema é absurda. particulares serão aqueles em que, para se transmitir no contexto narrativo certa mandade fonética e talvez semántica, se premente, não traduzir, princípio este em qualquer tradução. Convém notar que tais casos não ocorrem, menos com a referida frequência, na tradução sociabilidade é diferente da ocidenmanos de tratamento diferem substandos «nossos».

correspondência usual em portucorrespondência usual em portucorrespondência usual em portucorrespondência usual em portucorrespondente semântico na portugal. O facto parece para uma problemática que extravasa de métodos de tradução, conduzindo-nos às formas de tratamento dominantes em Portugal, onde a evolução cultural genérica ainda não suscitou uma democraticidade linguística nas relações sociais, e onde por isso avultam com maior peso ideológico as formas Dr., Doutor, Dra., Doutora, entretanto já transformadas por corruptela em vocábulos substantivos como setôr e setôra (o «setôr» de Matemática, a «setôra» de Português...). (1)

Os substantivos comuns senhor ou senhora, cujo emprego como formas de tratamento corresponde a contextos sociais de cidadania praticada e de urbanidade reconhecida são curiosamente evitados, em Portugal, ao serem preteridos a favor de Dr. ou Dra., que necessariamente remetem, no quadro português de representações, para uma proverbial subserviência transcrita na linguagem. Significa isto que na sociedade portuguesa, mesmo após vinte e tal anos de «democracia avançada», se mantêm formas de tratamento decorrentes da tessitura cultural do fascismo.

Com efeito, foi durante o salazarismo, com o colonialismo em cenário de fundo, que o Dê Erre se impôs, aliás com isso se operando um certo retrocesso na democraticidade básica das formas de tratamento. Durante a I República os diplomas escolares universitários não se tinham tão generalizadamente convertido em «títulos» na vida corrente, como depois acontece no regime de Salazar. Esta transformação, naturalmente, só podia dar-se num país com taxas de analfabetismo muito elevadas: no seio duma população pouco escolarizada, os detentores de um canudo universitário estavam por assim dizer predestinados à nobilitação do Dê Erre, em especial num regime político de tão marcado provincianismo ideológico. Mas o mais curioso é que a abolição do fascismo em 1974 não arrasta consigo a abolição das formas de tratamento obsoletas, de que são exemplo típico os caricatos Dê Erres, continuando esta apelação nos nossos dias a demonstrar nas relações comuns a

ausência clamorosa de democraticidade e o extraordinário peso invisível de formalismos hierárquicos congelados, contribuindo, também ela, desse modo explícito, para exprimir na vida quotidiana a inexistência formal do cidadão. A identificação da palermice, que Almada Negreiros situou em Coimbra, na realidade é nacional, embora naquela cidade mantenha a mais elevada graduação pacóvia.

Os termos senhor e senhora, que deveriam constituir, como acontece em sociedades mentalmente mais libertas (em Espanha ou em França, para não irmos mais longe), a forma eminentemente urbana de tratamento, chegam até a possuir em português conotações pejorativas, nomeadamente na polémica, quando um dos contendores, para achincalhar o adversário, lhe cola ao nome o epíteto de senhor... Revelando a que ponto a chamada cultura democrática não passa aqui de um conjunto orgânico de lérias, quando em português se quer significar deferência, emprega-se o Dê Erre.

País velho e pelintra, com largas tradições na hierarquização canina de funções a bem dizer em todos os ramos, e por conseguinte nas formas de tratamento, Portugal, onde tanta gente vive de proferir a palavra democracia na sua qualidade de litania político-religiosa, é nação onde por artes mágicas ou feitiço se ignora sem vergonha aquilo que a democracia (2) tem de mais elementar, a urbanidade e a igualdade formal do estatuto de cidadania.

Num livro célebre, Dinossauro Excelentíssimo, publicado em 1972 com ilustrações de João Abel Manta, José Cardoso Pires terá sido o primeiro a glosar (e a gozar como um perdido), no contexto duma jocosa desmontagem do fascismo à portuguesa, a já então obsolência dos Dê Erres, pondo em cena a «Comarca dos Doutores», cujos ocupantes «se passeavam, rua abaixo, rua acima, nos cafés e até em casa, com os canudos de bacharel selados a DR». Vítor Silva Tavares, num texto de apresentação delirante e exacto que desgraçada-

mente não perdeu actualidade, lá anuncia, em «Mistério Até Ao Fim», a famosa «Visita guiada à Fábrica dos Doutores, primeira indústria do Reino». Muitos anos depois, como se vê, não se passou da cepa torta, tão profunda é a dinâmica que move a ranho a democracia lusitana. Sendo este marasmo mental com toda a certeza representativo da tão cantada «especificidade portuguesa».

Há no entanto prestidigitadores, no campo da linguística, por exemplo, capazes de tornar um tão ridículo atraso de vida em coisa digna de louvor e gabação. É assim que doutas cabeças (cabeças de Dê Erres, naturalmente...) vêm a terreiro sustentar, como avestruz acaciana, que as formas de tratamento portuguesas são – pelo menos! – as mais ricas da Europa e arredores. A esses pobres países onde em geral apenas existem três ou quatro (tu, você, o senhor, a senhora) contrapõe-se a bateria das fórmulas lusitanas, que vão do Vossa Excelência (muito em uso no parlamento democrático, na papelada burocrática e noutras excelsas arenas) ao inevitável Doutor Por Extenso, que é todo um programa na enferrujada nomenclatura pátria.

Ora este é um daqueles casos típicos em que pode verificar-se a não transmutação da quantidade em qualidade; a quantificação das formas de tratamento portuguesas exprime apenas o mais prosaico e fadista arcaísmo, a revelação de que neste território se vive ainda, não nas aparências mas profundamente, a milhas da modernidade.

Quem nunca tenha ouvido um programa radiofónico ou assistido a uma emissão televisiva em que participe um ramalhete de Dê Erres, não sabe o que é o grotesco mais ingénuo e ubuesco. Enquanto se mantiverem tão interessantes e saborosas formas de tratamento na sociedade portuguesa, o reino dos Dê Erres continuará sem dúvida a ser uma curiosa atracção turística. É esse seguramente o motivo secreto e quão misterioso da sua prolongada duração...

JÚLIO HENRI. UES

escolar constitui em si um vasto tema, que seria dívida instrutivo abordar. Refira-se apenas que a meralidade dos vírus linguísticos hoje correntes proquase todos do ensino, e em particular das univertais (tais como os famigerados «ao nível de» ou «em empregados a torto e a direito, as «implementações» e quejandas novidades).

Convirá notar que não atribuo ao substantivo demeracia nenhuma substância particularmente virtuosa; prego aqui o termo à letra, segundo aquilo que ofimente pretende significar, mas cuja expressão real só mo burla se pode compreender — ou não fosse a mocracia, justamente, o regime político mais convemente ao capitalismo, modo de produção que traz a mentira mais reles nas enranhas e a impõe como verdaverdadeira.

da

Eo.

re

de

120-

les

M,

m-

12

20

m

ne

2-

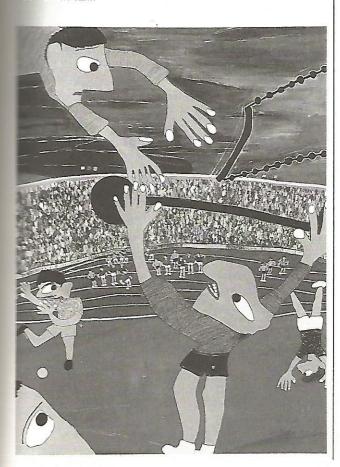
le

is

ls

n

2



FADO & TRADIÇÃO NACIONAL

O ESTRANHO CASO DA MISÉRIA QUE ENGORDA EM DEMOCRACIA

Surgiu anunciando o fim pra ela e mais de vint'anos depois inda cá está

Inda cá está e até ampliou sinistro fado cujo fim proclamou

Nas ruas e nas caras só a não vê quem em vez de olhos tenha a TV

óculos negros de cego palas escuras pós muita modernos lentes mais duras

Tão ocupada sempre a salvar os capitais esta democracia manda à merda os serviçais

Caga-lhes em cima que é um louvar a Deus canta-lhes a cantiga de que são ateus

Muit'engordou assim esta miséria com tanta democracia só pilhéria

> E tanto engordou que qualquer dia rebenta-nos praí como quem chia

Letra: Júlio Henriques • Música: Bárbara Guerra & Sakarina

Dois actos gratuitos do Dê Erre

(I)

Cena mergulhada nas trevas. Quve-se o mugir de muitíssimas vacas, longo, lancinante, a subir de tom. Súbita, uma luz ilumina, no centro, o Dê Erre, de pé, majestoso e vestido de campino; mas na cabeça, em vez do barrete, enverga o típico chapelaço negro dos doutores. Mal a luz o inunda, cessam as vacas, nestas se encadeando logo o Fandango Ribatejano ao som do qual o Dê Erre se põe a bailar furiosamente, mãos no colete e ultra--empertigado. A dança dura, com a luz a encharcar o dançarino. Surgem ao fundo dois Estudantes vestidos de guerreiros negros, tanga, lança empunhada, um, e o outro de lança-chamas. Mantêm--se algum tempo em atitude heróica, prontos a disparar. De repente um deles parte à desfilada sobre o Dê Erre e contra ele arremessa com preclara violência a lança, enquanto o outro corre e lhe salta para a frente, evitando que na plateia desabe com o choque. O Dê Erre fica por terra, com a lança espetada nos rins, enquanto os dois Estudantes Guerreiros Negros, ululantes, se agitam como demónios, aos pulos, em redor dele, produzindo um chinfrim agoirento e fim de século. A escuridão é rápida e cai como sentença, marcada pelo ruído insuportável dum avião de combate a descolar.

(II)

Surge na escuridão, em cima duma bicicleta com faróis e farolins acesos, o Soldado Desconhecido, primo direito do Dê Erre (e também ele Dê Erre, a bem da nação). Percorre a cena em círculos, sempre às cegas, apenas se ouvindo o rodar do velocípede. Depois o ciclista apeia-se, bem à frente. Imediatamente iluminado por debaixo, começa a entoar, acompanhado por caixa e sanfona invisíveis, a CANÇÃO DO ÚLTIMO IMPÉRIO ULTRAMARINO EUROPEU, ou «Canção do Bandido».

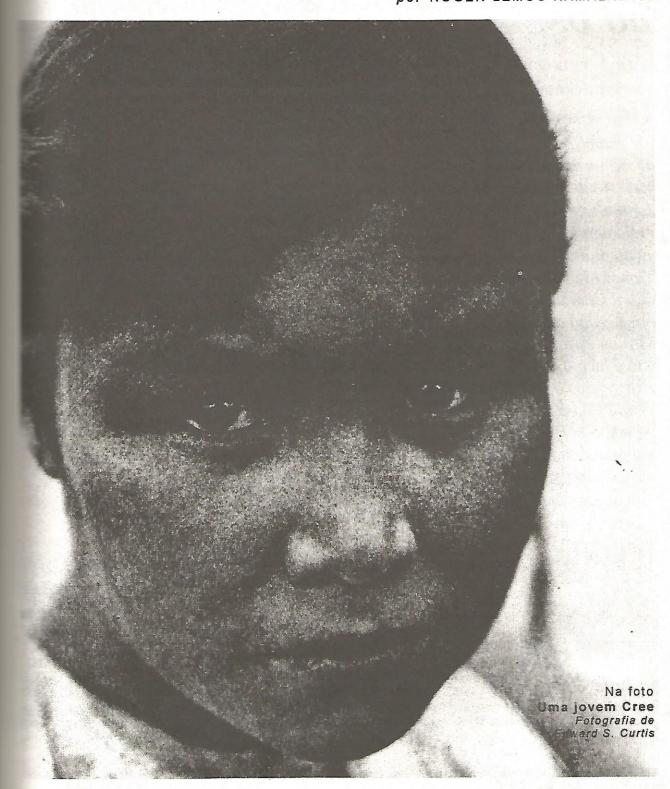
No Império d'Além-Mar se formou nosso Dê Erre Alimentou-o a tripa duma Nação que assoprava Através de mil canudos graças aos espirros peludos E à fezada mais maior que no mundo já tossiu. Podendo duma assentada dominar com 1 só dedo As turbas de pretalhada tão boas prò trabalhinho Em Conquistador mirava do alto da brilhantina O seu belo Diploma.

— Ó Diploma da minh'alma, tu tesão do meu nariz, Bandeira bem desfraldada por cima do que já fiz, A ti devo quanto sou, dos bifinhos ao verniz! A ti ergo esta Igreja que o piolho não corrói, E mais esta Capelinha onde a dor de corno dói. Faço-te of renda duns contos postos a prazo A render, e duma velha criada que me despeja o bacio Nas hortênsias do jardim. Viva eu em tua fama, Dê-te mama minha ama, descanse na minha cama Desses avós a memória que d'increntes fez escravos Aos milhões p'ra bem das letras Qu' ornamentam teus brasões. Diploma meu! O cheiro da tua tinta, teu papel de cem-dez gramas, Tua grafia imortal, são p'ra mim o selo inteiro Da mijança sup'rior que é a lei de Portugal!

*

Senhoras e Senhoras, Esselências, sob esta febril tempestade de aplausos o Soldado Desconhecido, apaixonado por uma mulher cansada, termina aqui a sua actuação. Inclina-se, agradecendo as ovações sem fim, um ror de vezes. A trigésima--nona, um raio, directamente oriundo da tempestade em curso, atinge-lhe a fivela dum sapato, e, desequilibrado, seguro ao pé, de olhos postos implora milagre duma ambulância. Um ex-condutor de ambulâncias, demitido por excesso de velócidade e alcoolismo, membro da redacção da revista Utopia, por sorte presente, pula por cima das filas e a grande velocidade lança-se com sincera veemência para o palco. Ali, enquanto com a boca faz vrrum-vrrum em alto som e co'a mão esquerda domina o volante, com a direita em gesto salvador abre a porta lateral, gritando para o Dê Erre: «Salte!» E logo arranca.

DIREITO À INDEPENDÊNCIA E O PONTO DE VISTA NATIVO por roger lemos ramalhete



 $oldsymbol{U}$ ma vez estava eu farto de ser jovem. Fiz então o voto de me tornar ancião. Mas vi-me às portas da morte! Juntou-se em meu redor a criançada reclamando: «Não morras. Vamos lá pra fora divertir-nos. Olha! Com um outro sol nos perdoa a Lua.» Mas eu estava a nadar e disse: «Já é tempo. Este tronco a si mesmo se escavou e aqui está à minha espera. Já tem o calçado enfiado nos pés a minha alma velha.» Arrastei-me tronco afora mal ainda começava a Lua a perdoar-me.





Doente, vi um homem nascer numa colmeia. Pôs-se a voar para ir trabalhar por entre as flores, tinha asas, às vezes sumia-se no sol, desconhecia o rosto que era o seu. Na minha febre o vi.



De outra vez, de novo doente. vi um homem nascer na toca duns coelhos. Tinham-no deixado e estava sozinho. Estremecia vendo tantos pirilampos pelo bosque, e os pirilampos eram os olhos dos lobos flutuantes. Doente, eles estavam esfaimados. E na minha febre era eu quem eles viam. Doente, mas quase curado agora, tudo se me ergue na memória.

A. NORMAN

Bone Cycle ("Ciclo do Osso Votivo")

The originais de William Threepersons

1976

Ling de Júlio Henriques



constituem uma das grandes tribos dos povos nativos da América do Norte. A sua actual população, estabelecida no multiple as 70 mil pessoas, que em geral se dedicam à caça e ao comércio de peles. A língua cree, numericamente uma reportantes do ramo algonquino, é falada por umas 60 mil pessoas. Howard Norman, poeta e antropólogo, começou a língua e a cultura cree muito jovem, a ela dedicando múltiplas actividades. A literatura cree, como acontece com a lingua e de literatura dos povos nativos norte-americanos, é de transmissão oral, sendo transcrições os textos publicados.

Os europeus chegaram ao Novo Mundo com um enorme sentimento de superioridade. Erradamente interpretaram as suas realizações tecnológicas como a prova de que eram superiores em todos os outros domínios. De resto, a história europeia está toda ela marcada por uma crescente e obsessiva vontade de dominar, em grande medida aguilhoada pelo chauvinismo religioso e racial. E a história da vitória gradual das forças de civilização e tecnologia sobre a natureza e sobre outras culturas. Os povos nativos dos territórios mais tarde conhecidos pelo nome de Canadá vieram assim a encontrar-se na paradoxal situação de verem posto em causa e muito amiúde usurpado o seu direito à terra, a uma terra que ocupavam «desde tempos imemoriais». A mentalidade colonial, com efeito, encarava como legítima a intrusão dos poderes civilizados adentro dos territórios de povos que definiam como primitivos e desprovidos de um sistema legal formalizado (Frideres, p. 340). Ainda em 1887 assim era: os comissários da Coroa britânica, ao analisarem as reclamações de terras expostas pelos Nishgs, na Colúmbia Britânica, reiteravam num dos seus relatos essa opinião: «O índio, em seu estado selvagem, não tem ideia alguma quanto à propriedade da terra ou relativa ao título de propriedade sobre a terra [...]. Os animais do campo têm tanto direito à propriedade da terra como ele.» (Raunet, p. 92.) Deste modo, as reivindicações fundiárias da Coroa britânica haviam ultrapassado todas as outras reivindicações.

De um ponto de vista eurocêntrico, na América do Norte todos os territórios eram terras não cartografadas, que ali estavam simplesmente à espera de serem descobertas, nomeadas, postas no mapa e reclamadas pela Coroa. Todos os casos de reivindicações fundiárias se articularam pois em torno da questão da soberania aborígene; mas sendo as controvérsias legais debatidas e solucionadas pelos tribunais coloniais, esses casos viram-

-se governados por leis de preconceito talhadas por um só dos litigantes.

Durante os séculos XVII e XVIII, uma crescente população colonial começou a substituir-se aos itinerantes negociantes de veles, sendo assim posta em movimento uma diferente relação com os autóctones, pela necessidade que impunha o estabelecimento de colónias permanentes e a aquisição de parcelas extensas adaptadas à agricultura. A Grã-Bretanha era já nessa altura, tal como outros Estados europeus, uma sociedade pesadamente burocrática em que os documentos legais escritos formalizavam situações submetidas a um sistema rigidamente hierárquico, situando os «civilizados europeus» no topo e sendo a Coroa o pináculo de todo o edifício. Neste contexto, os decretos reais e as bulas papais assumiam uma importância enorme, modelando o futuro dos territórios coloniais e dos povos que ali viviam. Basta termos em mente o modo como a importante bula assinada pelo papa Alexandre VI (o infame Rodrigo Bórgia) podia decidir a respeito da divisão da América do Sul entre a Espanha e Portugal, com muito pouco interesse pelas populações aborígenes. De modo similar, a Real Proclamação de 1763 declarava a soberania da Coroa de Inglaterra sobre a América do Norte britânica, regulamentando que nenhumas terras índias deveriam cair em mãos privadas antes da negociação entre a Coroa e os povos nativos, admitindo-se assim indirectamente nesse documento a reivindicação da posse de certos territórios pelas populações aborígenes. No entanto, apesar disso, o desígnio deste documento consistirá muito mais em assegurar uma ordeira ocupação do território do que em reconhecer qualquer soberania aborígene — e, assumindo-se directamente como árbitro final em questões de disputas territoriais, a própria Coroa vai adquirindo uma soberania predominante sobre aquilo a que mais tarde chamará o seu Domínio do Canadá. Estipula aliás uma frase-chave dessa em terras índias deverá «ser conhecido no futuro conforme à nossa vontade para significar que os índios gozavam de usufrutuários de inquilinos, sujeitos poravontade da Coroa (Frideres, p. 336).

Dois séculos após terem chegado ao Canadá, povernos brancos começavam a modelar as restrições legais com vista a habilitá-las recerem uma dominação sobre as comunidades começando a estabelecer tratados com os nativos para a partilha das terras — tratados convém notar, regulados pelas estipulações Real Proclamação de 1763.

Os guias-conselheiros e porta-vozes nativos amiúde no facto de os índios e os entenderem a ocupação da terra e a sua muito diferente — e de no Canadá terras indígenas, em sua maioria, nunca merem sido entregues na sequência de uma renapós conquista ou compra. No seu ensaio intulado Aboriginal Rights and the Canadian "Jundnorm", Leroy Little Bear sublinha essas contrastadas perspectivas ao expor o conflito respeito da propriedade titular da terra: «Em entraste com o modo ocidental de relação com o mundo — ou seja, uma concepção linear e unívoca - a filosofia aborígene concebe o mundo em ermos cíclicos. Um bom exemplo de pensamento mear reside na concepção ocidental de tempo. O empo é conceptualizado como uma linha recta . Os povos nativos pensam em termos cíclicos. Para eles o tempo não é uma linha recta. E um circulo. Cada dia não é um dia novo, é o mesmo repetindo-se. Para eles não há necessidade menhuma de a cada dia se dar um novo nome» Ponting, pp. 244-245). Mais à frente, sustenta este autor que «a filosofia linear e individual das culturas ocidentais e a filosofia cíclica e holística

da maioria dos povos nativos pode ver-se de imediato nos conceitos de propriedade vigentes em cada uma dessas sociedades. A propriedade índia é holística, tal como a relação do índio com o mundo. A terra é de propriedade comum; a posse não se afirma numa qualquer pessoa individualmente considerada, é apanágio da tribo enquanto entidade colectiva [...]. Além disso, a terra não é apenas pertença das pessoas que vivem no presente, é-o também das gerações passadas e futuras, por igual consideradas como parte da entidade tribal na geração presente. Mais: a terra não pertence apenas aos seres humanos, pertence igualmente às outras criaturas vivas (às plantas e aos animais e por vezes até às pedras); todos esses seres também têm na terra o seu interesse» (ibidem, p. 245). Esta atitude ecológica e global admitia a partilha da terra com os recém-chegados brancos. Alicerçados nesta perspectiva, os povos nativos acreditam que o Criador lhes concedeu as terras onde vivem bem como o direito a nelas se governarem. O autogoverno é para eles um inalienável direito aborígene das Primeiras Nações, a elas inerente, sendo esta uma importante premissa a ser levada em conta pelo Canadá, cuja Carta de Direitos e Liberdades, no seu preâmbulo, declara: «Considerando que o Canadá é fundado nos princípios que reconhecem a Supremacia de Deus [...]». E inegável, seja como for, que antes da chegada dos franceses e dos britânicos os primeiros povos do Canadá usufruíam de inteira auto-suficiência e mantinham sistemas sociais organizados, desenvolvidos em conformidade com as suas próprias necessidades de adaptação.

Não obstante, o objectivo da maioria dos projectos e regulamentos do governo canadiano referentes aos povos nativos foi determinado por uma política de assimilação conducente a uma tentativa de etnocídio. A Lei Índia («Indian Act») de 1876 e os subsequentes aditamentos, até 1951, tinham em vista extirpar a cultura aborígene, pondo em prática uma integração no consenso euro-canadiano dominante. Essa Lei, por exemplo, fornecia os instrumentos de uma manumissão automática (cuja consequência imediata consistia na perda do estatuto de índio) a qualquer nativo que desejasse adquirir completa cidadania canadiana, que obtivesse habilitações académicas (preconceito racista), ou ainda a qualquer mulher nativa que contraisse matrimónio com um não-índio (preconceito sexista); esta última medida, aliás, só muito recentemente foi revogada pelo Parlamento, em 1985. Novos aditamentos impuseram outras restrições, com vista a acelerar o processo de aculturação: ilegalizando cerimónias tais como o Potlach e a Dança do Sol (1884); proibindo o uso do vestuário tradicional fora das reservas a todos os índios da parte ocidental do país (1914); banindo a organização política dos índios e interditando que qualquer índio ou nação índia recorressem aos serviços de um advogado para apresentarem as suas reivindicações (1927). Uma das mais desapiedadas medidas visando provocar a demissão das culturas nativas residiu porventura na sistemática transferência das crianças índias em idade escolar da tamília e da aldeia para internatos, dirigidos em sua maioria por instituições religiosas cristãs, onde os alunos internos eram proibidos de falar a sua própria língua, sendo punidos caso infringissem essa imposição (anos de 1890). Este regulamento foi em larga medida responsável pelo declínio das línguas aborigenes e desfez enormemente os laços familiares e comunitários, ao provocar a ruína da comunicação entre as gerações; as mais das vezes os avós apenas conheciam a língua materna, que não podia ser partilhada pelas jovens gerações. Além disso, a Lei Índia impôs no seio das sociedades aborígenes conselhos eleitos segundo os critérios democráticos europeus de governação, deste modo destruindo as formas tradicionais da selecção de guias-conselheiros, alicerçadas, na grande maioria dos casos, em sistemas com uma forte componente matriarcal. Os conselhos índios tornaram-se assim uma extensão da burocracia federal, despojados de qualquer poder efectivo, e de maneira nenhuma se mostraram representativos das aspirações aborígenes.

Estas leis destituíam os povos nativos do seu direito à autodeterminação e às suas manifestações culturais essenciais, colocando-os virtualmente sob a tutela do governo canadiano. O resultado consistiu numa crescente dependência perante o governo federal, contribuindo imenso para a humilhação e a degradação dos povos nativos. As estatísticas são reveladoras: entre os nativos, a taxa de insucesso escolar é de cerca de 80%; a esperança de vida, em média, é inferior de dez anos com relação à restante população canadiana; a violenta taxa de mortalidade é aproximadamente três vezes superior à dos não nativos, encontrando-se os índios em número desproporcionado entre a população prisional; mais de 50% da população nativa depende da Assistência Social; o alcoolismo e o consumo de drogas representam um problema enorme no seio de todos os grupos etários. Nas reservas, a habitação e outros serviços apresentam--se lugubremente inadequados se comparados com a média nacional. Podemos sem dúvida afirmar que, tal como noutros países das Américas, o Canadá também tem uma nação do Terceiro Mundo no interior de uma nação desenvolvida; mas a primeira e mais antiga está hoje em busca de soluções que a levem a sacudir a canga colonial.

As reivindicações de terras e os tratados a isso referentes foram sempre a causa de muita da contenda surgida entre os povos aborígenes e o governo canadiano, e de muita da acrimónia sentida pelos primeiros. Os tratados, com efeito, são acordos legalmente formalizados e graças aos quais os povos nativos cederam grandes extensões dos seus territórios em troca de terras reservadas a seu uso. Ora tais documentos estão repletos de

dades com vista à interpretação das legalidaassentes em conceitos britânicos de proprie-Ao comentar o Acordo de James Bay, de escrevia Donald Purich, director do Centro misprudência Nativa da Universidade de Saswan: «O documento, de 455 páginas, uma de legalismos e pormenores, ainda hoje a apresentar-se bastante incompreensí-Purich, p. 56). Mesmo sendo os tratados antigos documentos não tão extensos, a and de é que os guias-conselheiros aborígenes tinham conhecimentos rudimentares da inglesa, quando os tinham; muitas vezes -se compelidos a assinar de cruz; a sua famiandade com os conceitos expressos era segurareduzida; e as discussões conducentes aos s formais eram amiúde traduzidas por mesnão peritos na gíria terminológica empregue. disso, e por força das diferenças culturais, dos conceitos não podiam sequer ser adeamente traduzidos. Mais: os povos nativos ram-se repetidamente de que as cláusulas por escrito não coincidiam com o que fora Illumento e acordado durante as reuniões. Pior ao considerarem o Tratado nº 1 respeitante província de Manitoba e a parte do Saskatnem sequer os comissários do governo maseguiram pôr-se de acordo acerca do que fora mensamente negociado... E nesta escalada do há até um processo em tribunal, ocorrido 1973, em que os Denes alegaram serem falsas mas das assinaturas dos seus chefes nos Tramades 9 e 11 (Marcil e Thibault, p. 170).

Por outro lado, os povos aborígenes que habim em territórios ainda não cobertos por tratado mentram-se em situações muito precárias, inteimente dependentes do governo central e dos munais canadianos. Esta difícil situação é basmete mais complexa na Colúmbia Britânica; com meto, ao associar-se à Confederação, esta provínminterpretou a secção nº 109 incluída em 1867 na Lei da América do Norte Britânica (Lei essa que estabelece a União do Canadá) com o significado de que «todas as terras índias não cedidas eram terras públicas automaticamente sob o domínio da Colúmbia Britânica em confederação com o Canadá» (Jensen e Brooks, p. 28); deste modo, «o governo provincial [...] não se via perante a obrigação de reconhecer o título de propriedade índio ou de negociar tratados com as nações índias» naquela província (ibidem), tendo assim continuado a recusar fazer tal coisa.

Ron Nadeau, no seu livro Indian Local Government, invoca as três condições preliminares necessárias à existência de um Estado: população, base territorial e governo. Ora as Primeiras Nações satisfazem plenamente estes requisitos, argumentando por isso que têm todo o direito à soberania e, por consequência, à autodeterminação. É de facto indiscutível que as Primeiras Nações sempre tiveram: 1º) Populações coesas do ponto de vista linguístico, de costumes e de crenças religiosas, tendo deste modo maior legitimidade que o Quebeque para reivindicarem o estatuto de «sociedades distintas» no interior do Canadá. 2º) Bases territoriais bem definidas, reconhecidas pelos povos vizinhos e que amplamente permitiram a manutenção das comunidades antes da chegada dos europeus. 3º) Formas de governo que correspondiam às necessidades das pessoas e adaptadas às exigências ambientais locais; os povos da Costa Ocidental, por exemplo, viviam em sistemas hierárquicos muito complexos, e a Confederação Iroquesa das Seis Nações tinha um sistema político também ele bastante elaborado, dispondo dum organismo e duma constituição governativos perfeitamente estabelecidos e de âmbito pan--nacional. Estas comunidades bem organizadas, com um conhecimento perfeito dos seus territórios, foram de resto preciosas para a sobrevivência e o desenvolvimento económico dos negociantes de peles e, mais tarde, dos primeiros colonos.

As consequências da segunda guerra mundial implicaram uma mais acentuada consciência dos direitos colectivos e da necessidade de serem protegidas as minorias étnicas. As Nações Unidas publicaram em 1948, a sua Declaração dos Direitos Humanos, sendo o Canadá um dos países signatários. Não muito depois, a Lei Índia foi revista, sendo então muitas das suas cláusulas discriminatórias revogadas (Jensen e Brooks, p. 68). E em 1960, finalmente, os povos nativos eram autorizados a votar nas eleições federais, sendo-lhes concedido o direito de desempenharem cargos públicos.

Nas décadas de 60 e 70 aumentou o activismo político e registou-se um nítido ressurgimento cultural no seio dos povos nativos, sendo ambos esses fenómenos alimentados pelo fermento dos conflitos raciais na América do Norte e pela progressão dos jovens índios nas universidades, que se viam assim capacitados para discutir as questões em pé de igualdade. A Assembleia das Primeiras Nações (antes designada Irmandade Nacional India) tornou-se deste modo um representante eloquente dos interesses nativos, advogando vigorosamente a inclusão do autogoverno aborígene na Constituição David Ahenakew, então dirigente nacional da Assembleia, sustentou nessa altura que «o mais precioso direito aborígene das Primeiras Nações é o direito ao autogoverno [...], administrando cada nação o seu próprio povo e as suas questões respectivas, administrando a terra e a sua utilização [...]. O Criador concedeu a cada povo o direito à governação das suas questões próprias, tal como a cada um concedeu terra onde viver, para dar sustento à vida de todos. Estes direitos concedidos pelo Criador não podem ser usurpados por outros seres humanos» (Ahenakew, The Quest For Justice, p. 24).

O relatório Penner, de 1983, emitido por uma comissão de todos os partidos políticos após amplas audiências públicas e a consulta dos povos nativos e de outros peritos, concluía que «a maioria das Primeiras Nações índias possui formas complexas de governo cuja origem remonta a época muito distante e foram evoluindo com o tempo. O governo canadiano, no entanto, suprimiu legislativa e administrativamente muitas formas de governação tradicional, conduzindo assim as antigas Primeiras Nações, livres e autosustentáveis, a um estado de dependência e desorganização social sob o domínio quase completo do governo federal e da sua Lei India» (Ponting, p. 327). O relatório inclui algumas recomendações de grande alcance, defendendo o reconhecimento do direito dos povos nativos ao autogoverno, neste se integrando o controle dos seus recursos naturais e das questões socioculturais, tais como a saúde pública, a educação e o bem-estar das crianças, a tributação, a justiça e a aplicação da lei, a cidadania tribal.

Apesar de todas as pressões, o governo canadiano mostrou-se, até muito recentemente, deveras relutante no sentido de abordar a questão do autogoverno em quaisquer documentos legais. Os povos nativos viram-se na impossibilidade de fazer penetrar tais noções, por exemplo, na Constituição de 1982, limitando-se o governo a incluir umas vagas alíneas de generalidades. «Os aborigenes actuais e os direitos, estabelecidos por tratado, dos povos aborígenes do Canadá, são pela presente [Constituição] reconhecidos e afirmados.» Deste jeito, nada se concedia e nada se retirava; mas a solução não foi com certeza do agrado das Primeiras Nações, em particular não sendo exposta qualquer definição precisa da extensão e do conteúdo daquilo que se entende por «direitos aborígenes», que têm de continuar a ser legalmente defendidos caso a caso. De resto, os Primeiros Povos do Canadá, compreensivelmente,

canadá respeitante às reivindicações dos é um exemplo da sua normal arbitrarietrês dos juízes pronunciaram-se a favor dos três votaram contra e um absteve-se, em mero pormenor formal. Deste modo, conhecimento dos direitos ancestrais de uma ficam dependentes... de um voto, ou de grupo diferente de juízes.

Nos anos 80, os povos nativos tinham já em grandes passos a dar na sua busca da soberae o governo canadiano tornou-se então mais munto, de forma a acomodar parcialmente essas rações, esperando desse modo antecipar-se a movimento capaz de vir a criar uma situação siva, com exigências muito radicais formupor alguns grupos; foi assim que apresentou, resposta, inofensivos modelos duma autonode tipo municipal. Neste contexto, a Lei de atogoverno Índio dos Sechelt, de 1986, irá enstituir a primeira peça legislativa tendente a realizar uma forma de autogoverno que o Estado anadiano obviamente considera satisfatória, visto e conformar ao modelo que os seus dirigentes ham em mente. Neste caso, o grupo dos Sechelt teve de adoptar uma forma não tradicional e governação, isto é, um conselho eleito com apacidade para gerir negócios segundo as regras parlamentares. Mais recentemente, o modelo para a formação da Província de Nunavut (que deverá concretizar-se em 1999), na região canadiana do Artico Oriental, com uma grande maioria Inuit ou Esquimó), apresenta-se por certo como solução sedutora para um povo demograficamente tão predisposto, devido ao seu isolamento e à sua coesão territorial, a exercer uma maior autonomia adentro do Canadá.

Entretanto, podendo embora algumas comunidades considerar este modelo atraente e adequado às suas necessidades específicas, outras há,

sem dúvida nenhuma, para quem semelhante modelo se apresenta restritivo ou inadequado. Muitos líderes nativos esforçam-se no sentido de ser obtido aquilo a que pode chamar-se um governo de «terceiro nível» (o qual, a propósito, a última proposta constitucional encarara como «uma das três ordens de governo no Canadá», sendo as outras duas a provincial e a federal). Há todavia outros modelos combinatórios, que podem ser contemplados por algumas das Primeiras Nações com ideias mais independentes no que tange aos seus direitos. É o caso da Confederação das Seis Nações, ou, conforme elas próprias se designam, os Ho-dé-no-sau-ne. No Verão de 1990, os Mohawks (uma das nações membro) mostravam já que estão dispostos a ir bastante longe com vista a afirmarem os seus direitos, tendo afrontado a polícia e o exército com barricadas e armas durante uma reivindicação de terras em Oka, no Quebeque. Oren Lyons, um dirigente do cla da Tartaruga (Turtle) já assim o expusera: «Para que o governo índio tenha significado, a primeira coisa a fazer consiste em determinarmos quem nós somos. E só nós devemos assumi-lo. Não podemos pôr-nos para aí a perguntar: "Quem sou eu? Por favor dêem-me uma identidade." Devemos pois definir a nossa própria identidade. O meu povo diz: "Nós somos os Ho-dé-no-sau--ne. Somos uma nação e sempre fomos uma nação." Para as nações índias não há Estados Unidos ou Canadá nenhuns. Nunca reconhecemos essa fronteira. A fronteira é uma ideia relativamente recente, introduzida pelos colonizadores. Há pessoas das Seis Nações em ambos os países, e quanto a nós afirmamos que a fronteira nos passa por cima da cabeça. Atravessamo-la a pé num sentido e no outro, por debaixo da linha que ela estabelece. Essa linha não nos diz a nós respeito. A nossa nação Ho-dé-no-sau-ne tem o seu próprio passaporte e não perguntámos a ninguém se podíamos fazer este passaporte. O meu passaporte

Ho-dé-no-sau-ne tem em cima uma estampilha canadiana e uma estampilha estadunidense. Que quer isto dizer? Quer dizer que podemos viajar por onde muito bem entendermos. Outras nações deverão respeitar-nos. Viajámos pela Europa toda e em muitas outras nações com este nosso passaporte. Isto é uma declaração política, uma definição da pessoa e do povo a que pertence.» (Little Bear, pp. 12-13.)

Um modelo contemplado por algumas das Seis Nações é o da Comunidade Europeia, porque afinal reconheceria a sua soberania sem ao mesmo tempo excluir as actuais obrigações do governo federal sob a forma de transferências em dinheiro. Aliás, cada vez mais vêem as suas sociedades em pé de igualdade com os E.U.A. e o Canadá. E assim sendo, qualquer nação índia deveria ter acesso a um estatuto como o do Luxemburgo na C.E., ou seja, de igualdade para com os outros membros apesar do seu tamanho (Krotź, p. 200). È interessante observarmos que o governo do Quebeque fez referência ao mesmo modelo como uma das possibilidades para a sua própria associação com o resto do Canadá. Em muitas partes do mundo, pequenos estados-nação têm-se orientado de modo assinalável, muitas vezes melhor do que as supernações, pelo facto de serem mais fáceis de administrar.

O governo canadiano, obviamente, não se comprometeu em quaisquer discussões com base em tais princípios — ou, pelo menos, não o fez ainda. Mas nas suas últimas propostas para a reforma constitucional, co-assinadas pelas províncias, estas mostram-se prontas a reconhecer o direito ao autogoverno dos povos aborígenes, coisa que há dez anos não estavam sequer dispostas a discutir. Especificaram, mesmo assim, que esse direito deveria ser exercido «no interior do Canadá». A pergunta inquietante mantém-se: e se uma das nações aborígenes se decidisse por uma independência aberta e sem rodeios? A questão, por

agora, será ainda pura especulação; mas tendo em conta o modo como a situação se foi transformando em tão curto espaço de tempo, bem como a determinação de algumas das nações índias e o carácter imprevisível dos acontecimentos políticos no mundo contemporâneo, é possível que esta autodeterminação tenha deixado de ser meta muito longínqua — e que desde já se apresente como assunto momentoso.

Tal como declarou há alguns anos George Erasmus, da tribo dene e antigo dirigente nacional da Assembleia das Primeiras Nações (*Maclean's*, 14-7-86), «Somos nós a força dominante na parte setentrional da maioria das províncias. Vamos ali criar instituições políticas que hão-de reflectir as nossas crenças e a nossa maneira de pensar [...]. Os povos nativos têm muito com que contribuir no próximo século. Chegou agora a nossa vez.» (McMillan, p. 307.)

[Traduzido do inglês por Júlio Henriques]

BIBLIOGRAFIA

BOLDT Menno e J. Anthony LONG (organiz.), The Quest For Justice, Toronto, University of Toronto Press, 1988.

FRIDERES James S., Native Peoples in Canada, Scarborough, Prentice-Hall, 1988.

JENSEN Doreen e Cheryl BROOKS (organiz.), In Celebration of Our Survival, Vancôver, UBC Press, 1991.

KROTZ Larry, Indian Country, Toronto, McClelland & Stewart, 1992.

LITTLE BEAR Leroy et al (organiz.), Pathways to Self-Determination, Toronto, University of Toronto Press, 1984
MARCIL Claude e Danielle THIBAULT, Le printemps indien,

Montreal, Éditions Québec/Amérique, 1985.

MCMILLAN Alan D., Native Peoples and Cultures of Canada, Vancôver, Douglas & McIntyre, 1988.

PONTING J. Ric (organiz.), Arduous Journey, Toronto, McClelland & Stewart, 1986.

PURICH Donald, Our Land: Native Rights in Canada, Toronto, James Lorimer, 1986.

RAUNET Daniel, Without Surrender, Without Consent, Vancôver, Douglas & McIntyre, 1984.

De parte nenhuma

por JOSÉ TAVARES

3

Criatura de eleição, de sensibilidade constantemente disponível, pronta para oferecer as mais variadas programações e os mais variegados aspectos do mundo estatal e mercantil, Saza de novo me impressionou com os quatro canais ligados às onze da manhã. Tanta arma!

Desnecessário me parece fazer o relato da noite passada. Seria imperfeito e incompleto, embora admirável pela impossibilidade de viver a dois uma noite melhor.

Radiante era o dia. Fui ao Hospital ver uma amiga, a L. M. P. A., que me mostrou nas instalações do 10° andar o bloco de tratamento dos degenerados. Por via da presente intoxicação de imagens, a visão pode de facto ser perturbada nas suas funções acessórias, e em consequência de anomalias provocadas pelos longos monólogos o aparelho auditivo apresenta insuficiência parcial ou completa em muitos hierárquicos, responsáveis do Complexo e cidadãos de base, agora doentes degenerados.

Havia-os por ali em grande número. Muitos idiotas completos, idiotas imbecilizados, idiotas de organização hierarquizada. Continuam a receber e a dar ordens, a ladrar normas, estes futuros de ontem. Autómatos, sujeitam-se ás mais baixas humilhações, subordinados à ideia de aos demais poderem impor as mesmas ou novas humilhações,

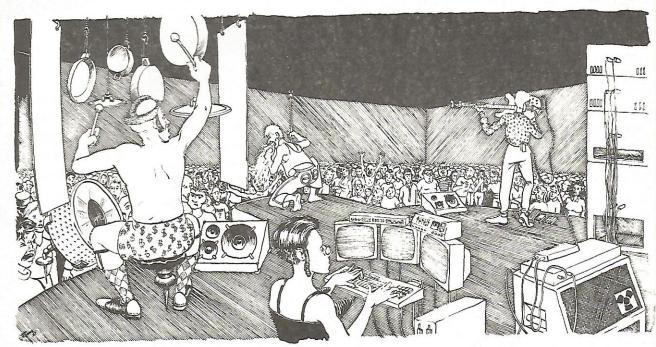
sempre traduzidas em leis e ordens. Locais e regionais, nacionais e internacionais, terrestres ou já divinas.

As enfermeiras, de branco, com os seus perfumes baratos, fazem alinhar os degenerados aos pés das camas, obrigando-os a engolir regularmente e a recitar democraticamente, à vez, abstracções com origem no *Livro Maior*. O objectivo consiste na cura destes doentes, fazendo-os retornar ao trabalho. Os rostos são disformes, na enorme e recente sala de clara luz adormecedora, dirigida economicamente pela sala de comando do edifício hospitalar.

Combino jantar com a L.M.P.A. na quinta--feira às 20 horas. Ao abandonar o bloco de tratamento dos degenerados ainda passei pela cama do general Lopro Melro, sempre o mesmo, reduzido a caspa. E ficando-me a cismar na confusão que pelos hierárquicos grassa, entre a norma e a degenerescência, recordou--me a tarefa que me fora atribuída naquele dia: comprar a baixo preço acções na Fábrica de Chocolates. Já considerações desvairadas (quem sabe se influenciadas pela noite passada com a Saza) me vinham em cascata à mente. Não é de estranhar que eu caísse na música, escolhendo o vómito como tema mais adequado. Telefonei ao Jakim, ao Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador e à Flor Quitéria. À tardinha vamos tocar na antiga Coordoaria, à Lapa.

Combinámos encontro para jantar juntos. Fomos ao Alto do Monte, ao restaurante Paisagem. Panorama deslumbrante, com o rio recortado pelos edifícios do Bem Vestir, da Inteligência e dos Números.

Eram já 19 h 27 quando transpusemos o vestíbulo do Paisagem. Fiquei impressionado. É de um mau gosto notável, grosseiro mas





muito cénico. Um reparo: os inúmeros calentários pendurados são prejudicados pelos ortamentos que escondem o sexo das meninas tetratadas. A Flor Quitéria disse que não comtreendia nada. Muda, constipou-se. Eu tamtêm me devo ter constipado.

Foi o patrão do Paisagem que nos recebeu, suiando-nos até uma mesa situada junto do grande aquário, onde se passeavam ostras, ampreias, lagostas e lagostins, peixes-espada, santolas e uma falsa sereia.

- Senhores e senhora, queiram tomar os vossos lugares, disse o patrão, de excelente forma teatral.
- Senhor Moreia, quererá dar-se ao incómodo de providenciar no sentido de nos ser servido o peixe? interrogou o Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador, velho cliente.
- Com excessivo prazer, senhor Pinto Goncalves de Montalvão Sapador. Desejarão os senhores um prato de boa sopa?
- Não, muito obrigado, respondeu logo um coro afinado a quatro vozes.

Durante o jantar, rimos. Posso até dizer que rimos muito. A Flor Quitéria perorou sobre o tema de estar farta dos novos processos de projecção robótica de filmes. Não dão satisfação plena, sustentou.

- Impõe-se uma renovação do clima, retorquiu o Jakim. Uma lufada de ar fresco ali, mais uma lufadazinha de ar morno aqui, e a concluir uma lufada de ar quente acolá.
- Óptima ideia, interrompeu o Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador.
- Estão é a braços com o mesmo dilema: a falta de enredos bons, disse a rematar o Jakim.
- Desculpa, disse a Flor Quitéria, renovar o clima? Essa renovação já aconteceu com o

efeito de estufa, a subida do nível dos oceanos, a mudança dos ventos, das estações do ano... Isto não foi uma renovação, é uma revolução, uma revolução do clima.

- Eu defendi a ideia que Alberto Mães sustentou no terceiro acto, embora sem grande convicção, respondeu o Jakim, que parecia mais vermelho que de costume e mais sumido.
- Não houve revolução nenhuma do clima,
 o que aconteceu foi uma contra-revolução. Um
 acto reaccionário liberticida, acrescentou o
 Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador.

Por mim, comia.

Depois do jantar fomos para a Coordoaria. O ambiente estava animado e mal entrámos no palco subiu aos ares o imenso rumor de uma gritaria colectiva. Íamos tocar as seguintes músicas do nosso último DC, com o sugestivo título (em inglês matarruano, por questões de marketing) I am cooking to see the day before this morning and you too: Ele disse que vivia com uma almofada debaixo da cabeça | É inútil vir cá outra vez | Preciso de encher este copo de leite | Ela está debaixo do irmão em inteligência com uma bicicleta | Dito e feito | Detesto patinar | Todo inchado, aí está o busílis | Continua a falar | Caí escadas abaixo | Em grande escala | Que tal vai você quando os computadores desligam as luzes e o céu fica todo escuro? | Há talvez uma nuvem escondendo o Sol | É meio-dia e é esta a melhor altura para cair fora | Quem julga você que matou o seu pai? | Alguém deve ser a personagem de que já se falou.

E a finalizar o espectáculo íamos apresentar uma nova versão, acompanhada com novo vídeo-clipe, de um dos nossos maiores êxitos: Ela é uma artista de primeira ordem.

Ouando a empresa abriu vaga para vocalista da Banda Musical Correctores da XK-TML estava eu na companhia daquelas vacas em pequenos prados, talhados em esquadria, com árvores espaçadas, isoladas, com ar de quem teme o dia seguinte. Tinha ido para lá de férias. Foi quando morreu o Cómico, morreu queimado, andei espiritualmente ausente dos lugares para onde me enviavam. Acariciava a Mimosa, vaca já premiada em três certames da especialidade, quando soube da vaga para a Banda por vídeo-fax (que anda sempre comigo). Logo ali resolvi enviar um vídeo-fax contendo as minhas melhores interpretações vocais e instrumentais (além de vocalista sou violinista, fui programado em 77 pela Alta Escola de Música). Concorri e ganhei. Fi-lo para acabar com a tristeza que a morte do Cómico me causou. Sou um razoável vocalista e um óptimo violinista.

A moda do vómito é o que está a dar. Eu vomito, e vomito até como se vomita, pela boca. Em vómito, a expressão do canto torna a vida mais real. Os assuntos que julgamos vulgares ou grosseiros, traduzidos por certos vómitos, tornam-se assim admiráveis ou sublimes. Para estudar o canto vomitivo bastou aprofundar o ritmo harmónico do trabalho. Acto fisico involuntário. A grande asa que embala, acaricia, cega, molda e martiriza.

Entrei para a Banda Musical dos Correctores da XK-TML e não estou arrependido. Dos outros elementos da Banda só não conhecia a Flor Quitéria, porque ela não trabalha na mesma secção. Fomos todos destacados, depois de escolhidos, para os palcos onde o povo a que pertenço se revê como super-star em potência.

O show na antiga Cordoaria correu bem. Quando tocámos Todo inchado, aí é que está o busílis!, a assistência foi ao rubro. Para lá dos holofotes e demais néons que me focavam, pude ver alguns colegas do trabalho, do ócio e do dormitório. Reconhecia-os um a um, enquanto vomitava mais e mais. Da melancolia à brutalidade brotando espontânea em trânsito rápido e inquieto, ninguém poderá medir o valor sensual das notas em vómito. Também, claro, toquei violino, que considero, se não o melhor, um dos melhores instrumentos dos Tempos Antigos.

Naquela noite o Jakim tocou percussão como ninguém, batendo em utensílios de cobre que enfeitavam nobremente as paredes das antigas cozinhas, onde a chama se ateava na lareira. Bate com eles em velhas chapas de zinco e de off-set, em bidões e num contentor do lixo gentilmente cedido pela Câmara. Sopra no ralo dum cano de água, produzindo um alto som, e num antigo telemóvel que por sua vez emite para um computador uivante.

A Flor Quitéria também esteve muito bem, ela é toda imagem e sonorização. Mexe num grande computador donde saem sons reconhecíveis: máquinas de lavar, enceradoras, panelas de pressão, ferros de engomar, dores de parto, casal de pombos, anúncios publicitários, vozes graves e agudas femininas, satélites a partirem para o espaço, ruídos de coitos. O Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador, como de costume, passou a noite a ensaiar, tentando desesperadamente tocar como o Hendrix, famoso músico rock do século XX.

No final, quando tocámos Ela é uma artista de primeira ordem, passámos um vídeo-clipe inédito, com a artista a ser levada pelo pai da O vídeo-clipe teve um sucesso relativo mas conseguiu passar nos receptores dos refeitórios da XK-TML. Os críticos, sempre a almoçar ou ajantar, não compreenderam. Contudo, no que diz respeito à música, declararam em uníssono que tínhamos interpretado maravilhosamente o que estava estabelecido no Livro Maior.

O essencial era isso. Isso, mais as horas extraordinárias e as ajudas de custo que a XK-TML me pagaria no fim do mês.

O prazer puro há muito se esvaiu, não sei se em sangue ou ranho. É hoje um ente mediático das nossas vidas. Um dos tantos vírus que se encarregam de encher o vazio do tempo. Verbo de encher. Tempo antecipado, seleccionado, dividido e separado. Tempo-espaço-vida programados.



AS JORNADAS LIBERTÁRIAS DO PORTO

BREVE APRECIAÇÃO

Não pretendendo constituir o balanço das Jornadas Libertárias - realizadas no Porto, de 26 de Março a 30 de Abril de 95 -, que deveria ser objecto de análise do conjunto dos colectivos seus organizadores, este comentário integra, contudo, a discussão travada no interior do Colectivo Inquietação e reflecte, embora com divergências, algumas das conversas mais ou menos organizadas sobre o assunto com outros companheiros. A realização das Jornadas Libertárias partiu de uma necessidade, sentida entre os companheiros da região do Porto, de juntar os libertários da zona numa acção revitalizadora e voltada para o exterior, ao mesmo tempo que, paralelamente, constituía pretexto para a aproximação dos libertários portugueses, dando continuação ao encontro de Coimbra realizado a 1 de Dezembro de 1993 (uma data que começava a ser demasiado longínqua). A organização das Jornadas - excepção feita ao Encontro de Libertários paralelo, que decorreu segundo outra perspectiva, bem patente no documento de convocatória - assentou numa orientação que visava permitir a apresentação de várias propostas ou perspectivas de análise, voltadas, portanto, quer para a acção quer para o debate, por parte dos activistas envolvidos, segundo um critério de disponibilidade e de iniciativa voluntária.

Foram assim incluídos no programa das Jornadas discussões sobre os seguintes temas: «A Mulher», «Exclusão Social ou Autonomia», «Libertação Animal», «Ecologia Social/Ambientalismo», «Squats/Ocupações», «Racismo», «FMI - Banco Mundial: Que Desenvolvimento?», «Militarismo» e «Eleições: Porque Sim?». A configuração mais ou menos aproximada deste programa precedeu mesmo a discussão dos métodos de trabalho e a definição global e consensual de objectivos. A organização destes debates seria acompanhada de exposições (Fanzines, Zapatismo, Ra-

cismo) e precedida de uma festa de abertura. A este programa de realizações, que se estendia por mais de um mês, em sucessivos fins de semana e outras datas intermédias, interpôs o Colectivo Inquietação a objecção de ser demasiado ambicioso, se prestar a um enorme desgaste, reforçar o perigo de evidenciar as nossas fragilidades e não permitir, pela concentração e esforço simultâneo, dar uma imagem menos intimidatória àqueles e àquelas que, estando próximos, se não arriscariam a ser protagonistas de um debate ou acção reservados a meia dúzia de «especialistas».

Esta posição não foi atendida, tendo em conta que alguns dos activistas envolvidos preparavam já as suas intervenções, reservando o Colectivo Inquietação as suas objecções, que vieram a revelar-se pertinentes. Vieram, inclusive, a revelar-se fraquezas ainda maiores que aquelas que se adivinhavam. Realmente, se algumas das sessões tiveram uma fraquíssima audiência, limitando-se os presentes, todos mais ou menos envolvidos na organização, a conversar entre si, outras houve, em que, num caso, bem pior, os voluntários organizadores do debate nem sequer se apresentaram (embora a sessão se tenha realizado, deficientemente) ou, noutros dois casos, acabaram por ser anuladas com pouca antecedência. Veio a revelar-se, nestes casos, ora algum descomprometimento para com a disponibilidade voluntária antes apresentada, ora um excessivo medo de enfrentamento público e do juízo crítico. A excepção, quanto ao interesse público, foi o debate proposto e organizado pelo Colectivo Inquietação sobre o tema «Eleições: Porque Sim?». É útil reflectir um pouco a respeito desse relativo êxito. Em primeiro lugar, ressaltará o facto de se tratar de um tema a que as pessoas, em geral, dedicarão alguma atenção, mas, sobretudo porque, não repousando nas convocatórias públicas e gerais das Jornadas, o Inquietação procedeu a um esforço suplementar de convocação, realizado, primeiro de boca a boca, depois com a distribuição de tarjetas próprias, e finalmente através do envio de textos e convites às pessoas que se considerassem potencialmente interessadas no tema e que se achassem potencialmente próximas de nós. Não se evitou o melindre ou a divergência quase certa, apelando para o raciocínio e o livre pensamento em vez do dogma. Foi, assim, possível lançar um debate que ainda não está esgotado, e estender para fora da corrente libertária métodos livres de debate, semear incertezas e abrir porde diálogo. No conjunto das Jornadas, sobressai anda o relacionamento caloroso que foi possível establecer entre companheiros dos vários colectivos do arto, nomeadamente com aqueles que se empenharam avamente na realização. Considerou-se a hipótese de alizar debates subordinados a temas menos conotados uma determinada prática (exemplo: «A Escola», vez de «Squats / Ocupações»), pretendendo assim arir mais diálogo e ganhar tribunas menos aparentes e mais reais.

Quanto ao Encontro de Libertários, foi importante rese definido, por absoluto consenso entre os organimos, um critério de participação rigoroso (exipencia da crítica radical anti-hierárquica) e tolerante abertura a todas as correntes reivindicando essa posma), recusando a obrigatoriedade de filiação numa radição histórica ou numa qualquer organização internacional.

Os resultados do Encontro são ainda escassos, mas há um reforço da aproximação e foi definida uma orientação visando mais encontros e o reforço dos laços organizativos entre os libertários portugueses. No geral, ficou reforçada a confiança mútua e aberto o caminho para acções comuns, respeitadas naturais diferenças e vocações, manifestadas entre os activistas presentes. Parece hoje mais claro por onde passa a demarcação entre os libertários portugueses (assumidos como anarquistas ou rejeitando essa conotação) e os funcionários da política, de A circulado ao peito e frases bem sonantes, mas absolutamente avessos a uma atitude séria, real, de subversão.

Outubro de 1995

Luís Chambel



Dado o interesse documental que apresentam, transcrevemos a seguir excertos de dois textos preparatórios das Jornadas Libertárias do Porto

ENCONTRO DE LIBERTÁRIOS

1. Dispersos por diversas convições, práticas e circunstâncias, todavia unidos pela fraternidade e no respeito pelas virtualidades específicas de cada colectivo e de cada pessoa, um grupo de activistas libertários da zona do Porto decidiu levar a cabo um conjunto de iniciativas agrupadas na designação Jornadas Libertárias

Pretendemos com isso, atentos e conscientes quer às nossas limitações, quer ao peso das ideologias dominantes no nosso meio, encontrar formas de debate, enriquecendo a nossa visão crítica, algumas questões que fomos considerando pertinentes e que, voluntariamente, uns ou outros de nós se propuseram abordar mais profundamente. Ao mesmo tempo, e esse será, talvez, o maior objectivo, pretendemos divulgar para fora do meio libertário análises e propostas de acção, tentando tornar mais compreensíveis as nossas posturas e interessar os que se acharem mais próximos.

Conscientes da nossa escassa prática de actividades conjuntas, estamos contudo unidos num espírito que congregue simultaneamente a tolerância e a crítica radical.

Valorizamos, apesar das evidentes deficiências, a enorme importância do encontro de Coimbra, realizado em 1-12-93. Assim, sendo este encontro gizado, sobretudo, a partir das necessidades sentidas e apontadas pelos activistas libertários da zona do Porto, teríamos todo o gosto, e procederemos com empenho para o viabilizar, na presença de companheiros e companheiras de outras zonas, na apresentação ou simples participação no debate, em torno dos temas já por nós agendados, e de que damos conta em separado. Embora mais difícil, tentaremos ainda viabilizar outras propostas de temas a debate ou exposições que nos enviem (...).

2. (...) Pretendemos com este encontro, que encerrará as Jornadas Libertárias do Porto, juntar na fraternidade e no debate profícuo os activistas libertários da região portuguesa que nele quiserem participar (evidentemente aberto a todos os libertários do mundo), procurando encontrar formas de cooperação na nossa actividade, reforçando os nossos laços apesar da diversidade, tentando potencializar as nossas forças e os nossos passos.

Para que tudo seja perfeitamente límpido, juntamos uma lista das pessoas e dos colectivos por nós contactados, lamentando o desconhecimento ou esquecimento da nossa parte relativamente a outros potenciais participantes, mas apelando a todos e a todas que façam então chegar a eles o nosso convite expresso de participação.

(...) Apontamos desde já como temas de discussão do Encontro de Libertários (a realizar na Reitoria da Universidade do Porto (...) única realização que não será pública):

- Reforço da rede libertária de informações e contactos.
- 2. Apresentação de formas de cooperação na área editorial.
- 3. Iniciativas de combate ou campanhas a desenvolver ou apoiar.
 - 4. Reflexões sobre a questão eleitoral.

Porto, 25 de Fevereiro de 1995

JORNADAS LIBERTÁRIAS

«HÁ CRISE ENQUANTO HOUVER EMPRESÁRIOS»

A «crise» está aí. Ou será que já é a «retoma»? Esta é a discussão do momento, a que define verdadeiramente a postura das várias organizações políticas profissionais. No entanto, até hoje, ainda ninguém definiu o conceito de cada uma.

O de «retoma» parece-nos simples e, pelo menos de momento, ficará como a inversão do ritmo da «crise». O que dá a este último conceito uma importância suplementar, uma vez que se torna indispensável para entender o seu antónimo e para, finalmente, entendermos a discus-são de fundo dos nossos políticos.

Há várias hipóteses. Alguns colocam barreiras percentuais: uma desindustrialização de 7% é «crise» e uma de 6% é «retoma». Outros colocam isto de forma mais «democrática» e acreditam que enquanto a maioria tiver emprego, enquanto mais de metade das indústrias ainda

existir, não há «crise», pelo que se deve falar de «retoma». O que há são problemas sectoriais que apenas necessitam de ajustamentos. Há ainda outros que defendem uma visão mais liberal: só há «crise» quando os empresários falirem. O que nos deixa elucidados quanto à boa saúde da Manuel Pereira Roldão, por exemplo.

Nós acreditamos numa outra aproximação: por um lado, pensamos que quando há um hemisfério, um povo, um homem a viver abaixo do nível mínimo de subsistência, estamos perante um cenário de crise mundial. A conclusão é assustadora. Nunca nenhum de nós chegou a experimentar uma existência em ambiente de «retoma» e, como tal, só se pode falar dela em termos especulativos. Por outro lado, é nosso entendimento que há um erro de análise na concepção que apelidamos de liberal, pelo que acreditamos que há «crise» enquanto houver empresários. É assim que encaramos o presente e o futuro, baseando-nos nos conhecimentos comuns do passado.

Ou seja. a droga, o desemprego, a fome, a exploração, o racismo e tantos outros não são fenómenos de «crises» conjunturais, mas sim da forma vigente de organizar o mundo, baseada na lógica mercantilista e hierárquica a que usualmente se chama capitalismo. Um mundo em que não cabem conceitos que não cumpram os ditames da lei de mercado. O sonho e a solidariedade não são rigorosos, não produzem nem competem. É este o mundo ideal para cérebros moralistas e caridosos.

As concepções de progresso esqueceram o homem e submetem-se, sempre, a lógicas de lucro e poder. Os poucos que recusam estas normas já quase não se conseguem fazer ouvir. As vozes moralistas, que se erguem de todos os quadrantes, não se baseiam em princípios que defendam a dignidade do indivíduo. Defensoras do antigamente, acreditam que o respeito e o trabalhinho são muito bonitos. Que contestar é feio, reivindicar é herético e exigir é um verbo que só devemos conjugar na terceira pessoa do plural. São mensagens fáceis, como as racistas e as xenófobas. Argumentos básicos para quem já está convencido de que as premissas são verdadeiras. Servem, em última análise, para impedir a vontade de sonhar e assassinar a utopia.

A caridade. Palavra mágica deste fim de século. Com ela expiamos as nossas culpas. E é tudo muito bonito. Os pretinhos a morrer de fome são bonitos, a Áfricamiga é bonita, os capacetes azuis e os missionários são bonitos. Enquanto houver miséria, acalmem-se os cristãos, haverá Igreja. Una-se toda a cristandade e demais crentes, a Santa Casa da Misericórdia e demais instituições de caridade para que a miséria nunca cesse. É claro que haverá sempre uns «fanáticos» a achar que

está podre. Que as leis de mercado vitoriosas que se tire o máximo e se devolva o mínimo vel. Ou são uma minoria, ou convencem-se ao som «o mundo é mesmo assim». A solidariedade veu? Não há espaço para a entrega mútua?

As vezes a vontade de berrar é tão forte que manague ultrapassar a dispersão de alguns dos que manague há qualquer coisa que não está bem. Que o mando não pode ser competição mas sim cooperação; o mando, a obediência e o valor são os conceitosmanague de todas as injustiças mundiais. Aí, acontecem as manadas Libertárias

Em Almada, presença activa do Centro de Cultura Libertária

Aberto logo após o 25 de Abril de 1974, o Centro de Cultura Libertária de Almada mantém-se em actividade desde essa altura. O facto, já de si notável, é de realçar, tanto mais que nos últimos anos um grupo de jovens entusiastas se tem empenhado em realizações de grande alcance cultural e político. Dentre as iniciativas mais recentes do CCL (e assinalamo-las até para incentivar, pelo exemplo, outros companheiros de outras zonas), destacamos nomeadamente as seguintes, divulgadas em folhas volantes que o Centro publica e pode enviar a quem as solicite:

Outubro | Undercurrents # 3". Noticiário alternativo em vídeo. Reportagens do Reino Unido e outros países. | Porquê Anarquismo, com exibição do filme Animal Farm (O Triunfo dos Porcos, em português), de George Orwell. | Comemoração do Dia Mundial do Veganismo (tipo de alimentação e estilo de vida que exclui todos os produtos animais e seus derivados), com uma banca informativa na Rua Augusta, em Lisboa.

Novembro | Sessão de vídeo e debate no CCL organizado por Naturanimal. | Amor Livre. | HHH # 3". Noticiário alternativo em vídeo. | Passagem de vídeos seguidas de debate. | Apresentação do Colectivo Orgone. | O Animal Libera-

tion Front, vídeos seguidos de debate, org. da Naturanimal. I Análise Histórica do Caos, org. de G.B.H. | SHARP - Skinheads Against Racial Prejudice, apresentação e org. da SHARP.

As sessões têm lugar às 16 h, no CCL Rua Cândido dos Reis, 121-1° D - Cacilhas (a dois minutos dos barcos). Toda a correspondência deve ser endereçada ao CCL - Apartado 40 - 2801 Almada



Na Livraria Utopia a música é outra

Discos & cassétes de música alternativa internacionalista ▼ Fanzines de muitos quadrantes ^ Livros, revistas & outras publicações libertárias ▼ Objectos misteriosos a descobrir

Envio de publicações por correio

Livraria Utopia Rua da Regeneração, 22 4000 Porto Telefone (02) 208.35.26

LIVROS E LEITURAS

O POVO DO ABISMO Jack London

Jack London dá-nos um trabalho jornalístico honesto e sincero, pungente e cheio de revolta, sério mas deprimente. É o relato de uma experiência vivida pelo autor no bairro operário londrino de East End, no verão de 1902.

Apesar do seu distanciamento, necessário enquanto jornalista e pragmático enquanto homem habituado ao conforto, viveu com eles e viveu como eles.

Estamos no início do séc. XX, período em que a acumulação capitalista ainda não era cínica nem hipócrita, longe ainda do Estado-Providência e do actual "menos Estado, melhor Estado"; estamos, ainda, num período selvagem, "não-civilizado", das relações políticas e sociais do sistema capitalista, em que este se revelava em toda a sua extensão, transparência e crueldade.

A violência exercida sobre aqueles homens, mulheres e crianças, que não indignava as boas almas cristãs e burguesas da altura, foram, sem sombra de dúvida e com toda a legitimidade, a mola impulsionadora dos grupos anarquistas que, em desespero de causa e à míngua de outra linguagem inteligível pelos carrascos e assassinos do operariado, respondiam na mesma moeda, segundo o princípio de Talião, à bomba e à bala. Tal como desabafa o velhote do Green Park, no dia da coroação de Eduardo VII: "...com o barulho da música e das salvas de canhão, só me apetecia armar-me em anarquista e rebentar os miolos ao Lord Chamberlain" (p. 121). O que ele queria, inquestionavelmente, era "rebentar" com aquele sistema de exploração humana e aquela organização política e social autoritária, assente no terror, na violência e na miséria de muitos para abastança de tão poucos.

E a miséria era total, os operários eram raquíticos, tuberculosos e bêbedos; as crianças definhavam, carentes de boa alimentação e de afecto; as mulheres remetidas a uma condição de inferioridade, roçando a escravatura. "Os homens dependem economicamente dos patrões, como as mulheres dependem economicamente dos seus homens. O resultado é as mulheres receberem, sem direito a queixar-se, as sovas que os homens deviam dar aos patrões." (p. 175).

Este estado compulsivo de degradante miséria física, moral e intelectual, tornava os operários embrutecidos, sem vontade ou capacidade de pensar, sem alento para quererem alterar a sua situação, sem força interior e anímica sequer para esboçar um gesto de revolta. Como, apercebendo-se de algum desencanto, o autor refere: "Não se pode obrigar um homem a trabalhar como um cavalo, forçá-lo a viver como um porco e, ao mesmo tempo, pedir-lhe que tenha aspirações e ideais puros e íntegros" (p. 229).

Só que para Jack London o problema resumia-se, afinal, a uma questão de eficácia de gestão: "...há que reestruturar a sociedade por completo e governá-la mediante uma gestão capaz. A que hoje existe é indiscutivelmente ineficaz" (p. 239).

Não. O problema não está na gestão da coisa mas na coisa a gerir. Ou seja, desde o aparecimento do capitalismo, nomeadamente desde 1902, já muitas tentativas de "melhorar" a gestão do sistema foram tentadas: desde a fascista à comunista e à democrática social-democracia, de esquerda ou de direita, liberal ou musculada.

Não. O problema está num sistema económico, político e social que se estribou, inevitavelmente – esse o drama – na mais sórdida miséria dos povos, e que hoje, passados quase cem anos sobre a data em que o livro foi escrito, constatamos, se deitarmos um olhar atento aos bairros suburbanos e aos guetos urbanos das nossas cidades, que o East End ainda cá está. Miserável. Teimosamente. À espera que nos juntemos ao velhote em Green Park para rebentarmos com esta quotidiana miséria que nos aflige, oprime, deprime e revolta.

Tradução de Ana Barradas, Edições Antígona, 1994

ARTUR PIRES

NÓS Ievgueni Zamiatine

Há já cinco anos a Antígona editou Nós, de Ievgueni Zamiatine (1884-1937), um dos escritores russos pós-revolucionários mais lúcidos e imaginativos, e ao mesmo tempo um dos mais incómodos para o regime soviético. Mestre da sátira e da ironia, Zamiatine cumpriu à letra a célebre máxima de Anatole France: ensinemos os homens a rir da estupidez e do mal que neles existe a fim de não cairmos na tentação de odiálos.

Zamiatine incorporou o satírico na sua obra com um propósito claramente irreverente para com todo o poder autoritário, numa ardente defesa da liberdade sem restrições. Ele mesmo reconhecia que "a verda-deira literatura somente pode ser criada por loucos, heréticos, sonhadores, rebeldes e cépticos, e não por funcionários eficientes e leais. De outro modo, a litera-tura russa só terá um futuro: o seu passado."

Pese ter apoiado energicamente a Revolução, Zamiatine ria-se dos escritores proletários que afirmavam ser a "superestrutura cultural do bolchevismo" e do seu propósito em produzir uma literatura de realismo socialista. Zamiatine classificava esta nova literatura como "retirada dos anos 70 do século passado". Os obstinados escritores proletários defendiam a absoluta primazia do Partido em todos os aspectos da vida e reclamavam uma severa vigilância sobre os companheiros de viagem – termo designado por Trotski para qualificar os intelectuais não-bolcheviques – e sobre os escritores burgueses, qualificativo aplicado sistematicamente aos dissidentes.

Zamiatine converteu-se rapidamente num obstáculo que o Partido não podia assimilar nem neutralizar. Ao mesmo tempo que os panegiristas do regime reclamavam uma "arte do Partido", infalível, aliciadora e criadora de arquétipos épicos, ameaçavam os inconformistas com a proibição da publicação das suas obras e com drásticas medidas repressivas (as execuções literárias eram normalmente antecipadas por execuções físicas ou pelo desaparecimento dos escritores que não satisfaziam as exigências do Partido, como foi o caso de Isaac Babel, Pilniak ou Mandelstam), Zamiatine

demonstrava possuir coragem como intelectual contestatário, e definiu a *Outubro*, a revista mensal que dirigia os piores ataques contra os escritores burgueses, como uma revista que "apenas tem a ver com uma das artes: a arte militar; está escrita simplesmente como uma nova arma do Partido, para além das bem conhecidas minas e bombas de gás".

Neste ambiente, pouco propício à liberdade criadora, o Partido prosseguiu impondo a sua ideocracia em todos os âmbitos do conhecimento e da actividade intelectual. A criatividade artística dos cidadãos soviéticos ficava deste modo submetida ao mesmo sistema de planificação controlada que se aplicava à produção de alimentos ou de máquinas. Após o fértil período artístico dos anos 20, a literatura sucumbiu perante a engrenagem burocrática e tornou-se uma actividade disciplinada e regulamentada debaixo da vigilância da União dos Escritores Soviéticos, organismo ocupado em assegurar que as personagens e as situações literárias coincidissem com a imagem oficial da vida real. A glorificação do trabalho e a exaltação do maquinismo e do racionalismo científico converteram a tecnologia numa nova religião do Estado, impondo-se como eixo temático de toda a manipulação artística. A arte, reduzida a uma expressão de adesão ideológica, lançou os poetas na composição de medíocres versos laudatórios às centrais hidroeléctricas dos Urais ou às minas da Sibéria. Um grotesco e doentio novo humanismo idolatrava as manifestações mecânico-industriais do ser humano, desde a transformação do meio ambiente à capacidade produtiva das brigadas de trabalhadores de choque. Nos anos 30 impuseram-se, portanto, as teses estético-políticas do movimento Proletcult, cujas bases estabeleciam que "a arte é um dos instrumentos mais poderosos para organizar o esforço da classe. A Nova Arte deve reflectir o mundo do ponto de vista da colectividade trabalhadora" (Malinovski, A Arte e a Classe Operária).

Na realidade, os olhos da colectividade trabalhadora eram os olhos do Partido, e o ponto de vista era deste e não daquela. O Partido proclamava a utilidade social de adestrar regimentos de poetas-propagandistas, do mesmo modo que eram adestrados os Guardas Vermelhos. A escola literária oficial começava a impor-se com a crença de que "os indivíduos devem ser representados na arte como ilustrações das leis dialécticas do desenvolvimento económico".

Em pleno processo de desumanização, "a Revolução criou um estilo neo-conservador. O Partido promoveu uma escola artística que pode considerar-se como a mais provinciana e reacionária da literatura do séc. XX. A afirmação da estética comunista (realismo na forma e socialismo no conteúdo) cerceou a experiência espontânea da vanguarda literária dos anos 20. Os dirigentes do Partido codificaram esta nova estética comunista e elevaram o realismo socialista à altura de conceito doutrinário, como parte do credo oficial" (Slomin, Escritores e Problemas da Literatura Soviéticaa, 1917-1967).

A literatura ficou cativa do Estado nos anos 30, convertida em apêndice do Plano Quinquenal e em veículo ao serviço do denominado doutrinamento das massas.

Decididamente, Zamiatine não encaixou neste campo de concentração literário. Como intelectual de temperamento e devastadora ironia, sofreu os insultos e as afrontas do Partido. A factografia ("literatura do facto do realismo socialista) proclamou oficialmente a morte da ficção literária. Propagandistas como Tretiakov propunham criar fábricas literárias, oficinas presididas por desenhadores e montadores que confecionassem a literatura de massas (massolit) em série. Isto não impediu que o próprio Tretiakov mais tarde fosse preso e executado durante as purgas de Estaline. Nestas circunstâncias, o Estado soviético não estava disposto a tolerar que se questionasse a sua prepotência. A ironia, como atitude intelectual transgressora e de desafio perante o totalitarismo, e como sofisticada ferramenta estilística, era inaceitável para os defensores do caricaturesco Novo Proletário. O irónico Zamiatine foi atacado pelo P.C.U.S., digno sucessor da autocracia czarista, rotulando-o de "subversivo perigoso", especialmente após a publicação no estrangeiro da sua obra Nós, narrativa que denuncia a brutalidade liberticida e policial do regime soviético.

Nós situa-se numa cidade coberta de vidro para evitar as variações intempestivas do tempo e a insubordinação do clima. Os habitantes são designados por números e letras, vogais para as mulheres e consoantes para os homens; usam uniformes de um azul acinzen-

tado; o trabalho, o pensamento e o ócio estão regulamentados por "autoridades sábias" dirigidas pelo Benfeitor, e só podem ter relaÁões sexuais nos dias e nas horas rigorosamente prescritos e assinalados em bilhetes cor de rosa, especialmente emitidos por organismos governamentais. As casas são de vidro, transparentes, para facilitar o controle policial. Apesar disso, regista--se a presenÁa de rebeldes audazes, perseguidos por cometerem o delito do livre pensamento.

Escrito em 1924, Nós precedeu em alguns anos as obras assombrosamente semelhantes de Aldous Huxley, George Orwell e outros autores. Dentre estes podemos destacar o checoslovaco Karel Capek, autor de duas cativantes jóias da literatura fantástica: A Guerra das Salamandras e RUR, peça de teatro que nos apresenta uma ditadura cibernética que mantém a humanidade na escravidão. Capek concebeu para esta obra o termo robot, neologismo que se tornou internacional, derivado de uma palavra eslava que significa trabalho sem remuneração.

O texto de Nós circulou clandestinamente pela U.R.S.S. e as autoridades declararam o escritor "contra-revolucionário". Ao ficar proscrito, viu assim suspensa a edição de todas as suas obras. Numa carta célebre, dirigida a Estaline, Zamiatine queixou-se amargamente da hostilidade de que era objecto: "Sei que tenho o incómodo costume de não dizer aquilo que parece mais vantajoso neste ou naquele momento, mas apenas aquilo em que creio de verdade. Entre outras coisas, nunca ocultei o que penso sobre a servidão literária, a obsequiosidade e a mudança de casaca. Fui condenado, sem processo, àquilo que para um escritor equivale à pena capital: o silêncio."

Zamiatine acabou por obter de Estaline autorização para abandonar o país, só desejando regressar à U.R.S.S. quando fosse possível "exprimir dedicação às grandes ideias sem se arrastar diante de homens pequenos, e quando a atitude para com o artista da palavra mudasse."

Não regressou. Morreu em Paris, em Março de 1937. A imprensa soviética não mencionou a sua morte e o silêncio oficial prolongou-se durante largos anos. O ostracismo e o esquecimento foram o destino deste revolucionário independente e íntegro. Zamiatine é a encarnação das palavras de Oscar Wilde: a sociedade

morte foi compartilhada por muitos outros mortes soviéticos. Mikaíl Zoschenko era um deles. In ante satírico, viu-se atacado pelos críticos comunicioso" e "socialmente nocivo", por se ter atresicioso" e "socialmente nocivo", por se ter atresicioso" e "socialmente nocivo", por se ter atresicioso a escrever sobre as suas experiências pessoais in piectivismo burguês) enquanto os seus companieiros enalteciam a defesa heróica da pátria e entribuíam para levantar a moral do povo. Zoschenko mbém foi atacado por ter retratado o cidadão soviécico com demasiada liberdade. Foi expulso da União de Escritores e a sua obra As Aventuras de um Mono malificada como "calúnia ao povo soviético".

Zamiatine e Zoschenko eram criadores demasiado inceros para mentir. Por isso foram silenciados e a sua bra proscrita. Desgraçadamente, temos que admitir que estes dois relevantes franco-atiradores literários são desconhecidos em Portugal como o foram na ex-União Soviética durante tantos anos.

FIJL - J.T.



TESUDOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS Roberto Freire

Roberto Freire tem sido um escritor pródigo. São vários os livros que já publicou. Entre outros, podemos referenciar: Cleo e Daniel (1966); Utopia e Paixão (1986); Sem Tesão Não Há Solução (1987); Soma, Uma Terapia Anarquista (1988); Coiote (1988); Ame e Dê Vexame (1990); Farsa Ecológica (1992).

Com a recente edição de *Tesudos de Todo o Mundo*, *Uni-vos*, Roberto Freire sintetiza toda uma vida e uma obra em prol da liberdade, do amor e da anarquia. Não será, sem dúvida, uma obra que pre-tenda atingir um acréscimo de originalidade no campo científico e intelectual já desenvolvido pelo autor. Os temas da psicologia, da psicoterapia de grupo, da ecologia social e da anarquia já foram substancial-mente tratados em obras precedentes. A mensagem de *Tesudos* radica fundamentalmente num grito de revolta contra as injustiças deste mundo e a necessidade de viver uma

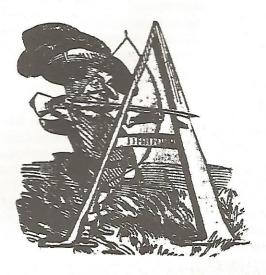
vida quotidiana polarizada no amor e na liberdade.

Roberto Freire faz um ajuste de contas consigo próprio, com os amigos e com os inimigos que o maltrataram. A metáfora do título do seu livro transcende as leituras que podemos fazer das palavras de ordem inventadas por Marx e Engels em 1848. A universalidade do discurso narrativo de Roberto Freire não se inscreve na visão classista do proletário comunista. O homem livre e emancipado de Roberto Freire não tem Pátria, nem Deus, nem Amo. Por essa razão verificamos que o livro dá-nos uma visão de uma união universal, que tanto pode ser por uma luta pela solidariedade humana, como, ainda, uma luta pelo amor, pelo prazer, pelo orgasmo, contra todas as formas de poder e de opressão.

No fundo, estamos perante uma obra que nos ajuda a compreender o percurso humano e intelectual de Roberto Freire no domínio das ideias e das práticas anarquistas, mas também de uma vida quotidiana centrada na busca incessante de amor, liberdade e prazer. Por último, é difícil, quanto aos princípios anarquistas, compreender a paixão de Roberto Freire pelo futebol e a selecção do Brasil. Mas como sempre acontece com todos nós, o amor pela vida e pela liberdade diz-nos que há coisas que acontecem e que, por vezes, a razão desconhece...

Editora Siciano, São Paulo 1995

J.M. CARVALHO FERREIRA



Archipiélago

Não hesitamos dizer que a Archipiélago é na Península Ibérica uma das mais bem elaboradas revistas de crítica da cultura. Editada desde 1988, em média com 160 pp., conta com um número importante de colaboradores permanentes em Espanha, em geral com conhecida actividade intelectual, bem como com a participação de autores de vários outros países. De concepção temática e impecável acabamento gráfico, tem, ainda por cima, um preço muito acessível, talvez derivado duma tiragem relativamente importante (à volta de mil pesetas). A substância dos temas e a profundidade das abordagens fazem dela uma publicação de referência. Editorial Archipiélago. Apartado de Correos 174. 08860 Castelldefels (Barcelona).

Tranvía | Revue der Iberischen Halbinsel

Revista radical em língua alemã sobre questões hispânicas, inclui artigos de e sobre autores portugueses. Tem nomeadamente abordado criticamente as comemorações dos chamados Descobrimentos. ■ Postfach 30,36.26. 1000 Berlin 30, Alemanha.

Academia das Artes Abomináveis

Há anos, um estimado companheiro de Barcelona propôs que se editasse uma bibliografía anotada de obras subversivas. O projecto ainda não se realizou, mas a A.A.A. vem em boa hora *comentá-lo*. Este boletim ilustrado & artesanal é uma verdadeira mina bibliográfica subversiva e altamente sensível. Na impossibilidade de darmos conta, aqui, dos magníficos títulos e autores já publicados, transcrevemos apenas, do poeta norte-americano Kenneth Rexroth, este curto excerto: *Enquanto existir uma classe inferior* | *Dela farei parte.* | *Enquanto na cadeia existir uma alma,* | *Não serei livre.*

Com a mesma origem, é-nos também grato registar a publicação, na Petite Bibliothèque en mal d'aurore, de várias dezenas de folhetos de primeira apanha, pequeno formato em geral de 8 pp., que reúne uma plêiade de autores sem deus nem amo, de Primo Levi a Georges Henein, passando por B. Traven, Abel Paz, Ciliga, Ivan Chtcheglov, Sade, Larbi, Artaud, Alberto Pimenta (Ballade du petit et du grand fils-de-pute). (Os interessados podem escrever para a Utopia, que

fará seguir a correspondência, ou procurar na Livraria Utopia, do Porto.)

Etcétera | Correspondencia de la guerra social

Boletim com bastantes anos de publicação regular, nele se encontra, em língua castelhana, um notável acervo informativo e analítico sobre as lutas sociais no mundo. Inclui correspondência internacional e utilíssimas notas de leitura de obras que em língua portuguesa não circulam. Tem dedicado especial atenção à desagregação do capitalismo de Estado no Leste europeu. Etcétera. Apartado 1363. 08080 Barcelona.

Charles H. Kerr

Editora de literatura anti-sistema desde 1886, nos Estados Unidos, dando ali a lume pela primeira vez O Capital, a Kerr Company é hoje a mais antiga casa de edição alternativa do mundo. Com sede em Chicago, foi fundada por Charles Hope Kerr, socialista libertário, agitador contra a guerra, tradutor, vegetariano e estudioso. Desde início votada à publicação de obras que os editores comerciais evitavam, tem hoje no seu espólio um grande número de títulos consagrados, sobre movimento operário, feminismo, história social, antropologia, economia, liberdades cívicas, direitos dos animais, ecologia radical. Actualmente com 110 anos, a Kerr Company mantém-se como associação cooperativa autogerida e sem intuitos lucrativos. Elo vivo com as mais radicais tradições do passado nos E.U.A. (com os IWW, por exemplo), constitui ao mesmo tempo parte orgânica das lutas contemporâneas em prol de «um planeta onde seja bom viver», segundo a célebre formulação dos Wobblies. Os autores da Kerr vão desde os por cá conhecidos Upton Sinclair, Edward Bellamy, Jack London, Thoreau, Kropotkin, Marx, Mother Jones, Dashiel Hammet, Noam Chomsky, a nomes célebres nos Estados Unidos e no Canadá mas quase desconhecidos na Europa: Joe Hill, o cantor wobbly, cujas canções, editadas em livros, continuam a circular; a poetisa Voltairine de Cleyre, «a mais dotada e brilhante mulher anarquista surgida na América». segundo Emma Goldman; o sarcástico humorista T Bone Slim, mestre do aforismo que nos seus escritos de raro estilo ataca os lobbyrinths do trabalho; os ensaístas C.L.R. James (que desde os anos 50 escalpelizou o capitalismo de Estado) ou John Keracher (pioneiro na da natureza de classe do crime); Sam Dolgoff, membro, hoje ainda, dos IWW, e nomeamente autor, nos anos 70, duma herética análise do malismo de Estado em Cuba... De notar que a Kerr muito humor, em texto e em desenho, por mestres género. Só pela leitura do seu catálogo, fica-se já uma ideia mais apropriada do mundo de penento crítico e revolta que existe nos Estados Uni-Acrescente-se que do Catálogo (e da cooperativa) agora parte o Grupo Surrealista de Chicago, editapor Mário Cesariny nos Textos de Afirmação e de malate. Charles Kerr Publishing Company - 140, West Greenleaf Avenue . Chicago, Illínois 626. E.U.A.

Sabotage in the American Workplace

Inedoctes of Dissatisfaction, Mischief and Revenge Vem a propósito referenciar este extraordinário volume, organizado, redigido e editado por Martin Sprouse, com apresentação e ilustrações muito originais, onde ridente e criticamente se expõem, acompanhadas de deliciosos textos antológicos, estas Narrações Chistosas de Descontentamento, Prejuízo e Desforra nos locais de trabalho estadunidenses. O carácter sarcástico do título nada retira, entretanto, à seriedade com que o conjunto consegue escalpelizar o sacrossanto Trabalho no continente puritano. O livro, resultado de uma paciente e discreta investigação ao longo de uns quatro anos, relata, sempre na primeira pessoa, «reaccões às frustrações e conflitos do dia a dia» de um leque muito amplo de trabalhadores. Os 26 capítulos, cada um delés relativo a um ramo industrial ou comercial, englobam um vasto número de profissões, da informática à indústria do sexo, passando por sectores como «Conhecimento e Informação», «Jornais», «Militares», «Entretenimento», «Comércio a retalho», «Construção», «Escritórios», «Indústria Alimentar», «Arte e Dizaine»... Nesta longa deambulação pelo mundo do trabalho assalariado, Martin Sprouse recolheu uma impressionante documentação viva acerca da sabotagem operada por todo o género de assalariados nos seus locais de trabalho. Sprouse, por razões de critério, definiu sabotagem como «tudo aquilo que uma pessoa faz no trabalho e que não deveria fazer». O grosso volume, que em exergo ironicamente exibe uma célebre citação de George Bush («O trabalhador estadunidense

é o mais produtivo do mundo»), sova assim com eficácia as bases mesmas do capitalismo, contribuindo para a desmontagem da mitologia do trabalho no país onde, segundo a lenda, ele seria sagrado. Na Europa não há livro que se lhe assemelhe — a não ser (mas sem o lado documental deste) o célebre *La fin du travail*, dos queridos amigos Alexis Chassagne e Gaston Montracher (Stock, Paris, 1977). ■ Pedidos a: Pressure Drop Press - P.O. Box 460754 . San Francisco, CA 94146 . E.U.A. ou à AK Press - 3 Balmoral Place . Stirling . Scotland FK8 2RD . Reino Unido. | Preço: 12 dólares (baratíssimo).

Industrial Work

Mensário dos IWW (Industrial Workers of the World), organização sindical que nada tem a ver com as burocracias que conhecemos. Do preâmbulo da Constituição dos IWW, nunca alterado, consta o seguinte: «A classe trabalhadora e a classe patronal nada têm em comum (...). Entre estas duas classes terá de prosseguir uma luta até que os trabalhadores do mundo se organizem como classe, tomem posse dos meios de produção, procedam à abolição do salariato e vivam em harmonia com a Terra.» Além de úteis informações e preciosas análises da situação social nos Estados Unidos, o Industrial Worker inclui sempre artigos sobre a situação internacional, um imaginativo suplemento satúrico e notas sobre música e livros.

Fundado em 1905, em Chicago, o IWW adoptou desde início uma organização dos trabalhadores não corporativa, por oficios (como fazia o sindicalismo reformista), mas sim congregando num mesmo sindicato todos os assalariados duma mesma indústria. O IWW opôs ao reformismo da AFL (Federação Americana do Trabalho) um programa claramente revolucionário, com a necessária abolição do capitalismo. A acção propriamente sindical é por vezes apoiada pelo recurso a acções violentas. Antimilitarista durante as guerras, muitos dos seus militantes viram-se condenados a pesadas penas de prisão. A originalidade programática e de actuação desta organização sindical libertária marcou profundamente, nos E.U.A. e no Canadá. os meios laborais, com as suas greves imaginativas, o tom feroz e o irreverente humor das suas intervenções de rua, a sua pioneira abertura a estratos de trabalhadores marginalizados (as mulheres, os negros, os

imigrantes), o seu nunca desmentido internacionalismo. ■ *Industrial Worker* - 1095 Market St. # 204 . San Francisco, CA 94103 . E.U.A. Assinaturas: 15 dólares.

Terra à Vista. Descobrimento ou invasão?

Com este título, publicou Benedito Prezia um novo livro de leitura para as crianças da escola primária brasileira. Dedicado às «crianças de Vila Paranoá, periferia de Brasília, que sofrem ainda hoje as consequências daquele primeiro contato», expõe «pela primeira vez» às crianças brasileiras «uma história sobre o descobrimento do Brasil contada de um jeito diferente» — ou seja, não do ponto de vista colonial português, mas do da «riqueza da cultura indígena e sua harmoniosa convivência social». Benedito Prezia é membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e editor do «Suplemento Cultural» do jornal indigenista *Porantim.* ■ Editora Moderna - Rua Afonso Brás, 431 . CEP 04511 . São Paulo, SP.

Viajantes à Beira duma América em Crise

Sylvie Deneuve e Charles Reeve

«Sonho americano» é uma das mais monstruosas expressões do vocabulário moderno. Além de este sonho ser desde sempre um pesadelo, com o agravamento das condições sociais das últimas décadas o pesadelo já se tornou inferno. Apesar disso, a ideologia dominante e as excrescências populares que nela vão beber, em especial as juvenis, via TV, continuam a fazer dos Estados Unidos, se não um paraíso (a indecência seria vomitiva), pelo menos um modelo. Este relato de S. Deneuve e C. Reeve, que é simultaneamente uma análise, mostra com algum pormenor a inconsistência de tais ideias feitas, apresentando aspectos da sociedade norte-americana reveladores da prolongada crise em que a nação mergulhou, e nomeadamente o que tem, nesse capítulo, exportado para a Europa, onde também os «excluídos» já começaram entretanto a fazer parte estrutural da paisagem social.

Fora do Texto, Coimbra Prefácio de Claude Roy à edição portuguesa, trad. de Fernando Gonçalves

Júlio Henriques



NOTAS & COMENTÁRIOS

Ameaça com o Terror

A política, na época da sua dissolução, é mudança e imultaneamente impossibilidade de toda e qualquer mudança. Quanto mais um político anuncia determinada coisa, tanto mais se encontra distante a sua realização. A transparência, na política estatal e económica, é o opaco. Quanto mais a transparência é proclamada (cada vez mais por profissionais da transparência), mais se revela o opaco. Esta complementaridade em movimento transporta o vácuo. E neste vácuo o político profissional protege o escondido, permanecendo de mãos limpas a contaminar os governos com o mal do tempo: servilismo, submissão à hierarquização dos indivíduos.

Nos últimos tempos, promove-se a ameaça com o terror, provando isso, com evidência, que para se manter o poder é necessário difundir o medo. É esquema antigo, cujos estragos se têm vindo a reflectir nas mentalidades e na presente dimensão caótica do mundo. Os poderes institucionalizados tratam como menores os indivíduos em todas as situações. Um simples cabo de esquadra, colocando-nos de imediato num plano de inferioridade, fá-lo com o propósito consabido de nos ver submetidos à violência instituída na autoridade estatal.

No plano global, uma vez terminado o chamado equilíbrio do terror entre dois grupos de Estados rivais, que constituía o mais visível e aparente elemento da política mundial, tornou-se imperioso responder à inquietação social ameaçando as populações com um novo terror, uma possível guerra.

Conforme as imagens dos acontecimentos nos vão sendo expostas, após prévio processamento pela Máquina (os chamados «meios de comunicação»), fil-

trando temas como guerras étnicas e nacionalistas, discriminações e exclusões sociais, atentados misteriosos, explosões nucleares, disseminação da sida e da droga, tudo isto intercalado em imagens descontextualizadas do passado (Auschwitz, Hiroshima, as celas de Stammheim), assim vamos ficando submersos numa opacidade informativa, eficaz do ponto de vista estatal.

O Estado constituiu-se no terror, progrediu com meiòs terroristas, tendo nesse capítulo vastíssima experiência social e de laboratório. Enjeitando quaisquer responsabilidades no descalabro da situação social contemporânea, apresenta-se agora, pelo contrário, como vítima democrática dum barbarismo cego. Para aumentar a sua eficácia como protector oficial dos cidadãos, brande esta difusa ameaça de um terror omnipresente e de identificação impossível ou incerta. Graças a uma acrescida capacidade de controle, de que se foi dotando nas novas condições cibernéticas, o Estado e a economia estão hoje em condições de exercer, através dos mass media e em especial da televisão, um hipnotismo que conduz ao encadeamento dos indivíduos.

Para travar a inquietação social e a possível organização de resistências, um punhado de terroristas, devidamente controlados por organismos policiais do Estado, torna-se em certas circunstâncias suficiente para criar a atmosfera de caos necessária à presente governação, cada vez mais obscura. E no processamento dos acontecimentos os «meios de comunicação» revelam-se como uma espécie de directório mental, perfeitamente indispensável às acções no terreno.

J.T.

Memória histórica

No mundo daqueles para quem as ideias e práticas anarquistas são de um valor inestimável, há que fazer referência a dois militantes que faleceram recentemente: Ideal Peres e Jorge José da Silva.

Ideal Peres morreu, com 72 anos, no dia 16 de Agosto de 1995, no Rio de Janeiro. Filho de anarquistas, cedo abraçou as ideias pelas quais pugnou até ao fim da sua vida. Como médico, foi um homem que esteve na frente da solidariedade humana. Como anar-

quista, não só esteve na origem da revista *Utopia*, como foi um dos principais animadores do Círculo de Estudos Libertários sediado no Rio de Janeiro. Durante as ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares, esteve sempre na frente de combate para ajudar a reconstruir o movimento libertário no Brasil.

Jorge José da Silva morreu com 92 anos, no dia 25 de Julho de 1995, em Lisboa. Foi operário da indústria conserveira durante toda a sua vida, sendo sempre um homem solidário para com os seus companheiros de trabalho. A sua acção militante centrou-se na luta sindical no Sindicato da Indústria Conserveira do Distrito de Setúbal, pugnando por objectivos e práticas anarco-sindicalistas. Fez parte do movimento grevista que esteve na origem do 18 de Janeiro de 1934, liderado pela CGT. Esteve preso em Angra do Heroísmo e após o 25 de Abril de 1974 foi um militante activo na reconstrução do Centro de Estudos Libertários, com sede em Lisboa, e do seu porta-voz *A Batalha*.

J.M.C.F.



A juventude não lê?

A juventude deste fim de século está a ser programada, nomeadamente através da escola, para um iletrismo desde há muito comandado pela cibernética. Trata-se, com isso, de criar fiéis peões.

No interior da oposição que certas fracções juvenis expõem ao presente sistema social, o acto de ler, correlacionado com o de reflectir, é uma expressão da revolta na sua intimidade.

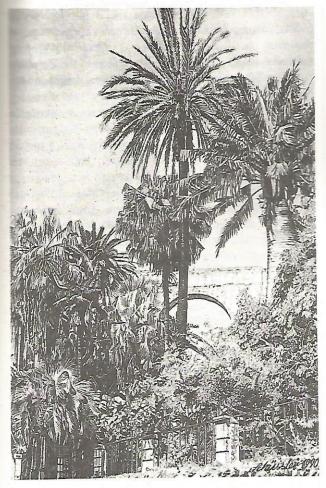
O papel das pequenas editoras, cuja orientação procura escapar às malhas empresariais, é neste contexto de importância estratégica. Porque não só

há jovens que sabem ler, como os há até que sabem dizer porquê. Um bom exemplo têmo-lo nesta bela carta à editora Antígona que passamos a reproduzir, cuja autora é uma jovem estudante de Filosofia.

Obrigada. Deixar passar mais um dia sem dizê-lo de manifesta voz, seria fazer deste desejo de contínua cumplicidade um descuido que participaria da descomunicação reinante neste mundo. As vossas edições têm sido a certeza de que há uma voz que leva a revolta até muito depois do que a transgressão ousa anunciar, uma força de resistência que não capitula nem às convenções do gesto revolucionário, nem às fórmulas da militância. Têm sido também fibra e lugar criador da minha humanidade, companheiros de trilho na vida os vossos livros, cuja maioria ainda não namorei.

Há mais mundo agora e a história dele escreve-se com outras palavras; há mais sombras e cadáveres da vergonha oficial agora; a mentira é maior, mas também mais visível agora. E porque é também contributo vosso o gosto da sabotagem e o refinamento crítico da consciência subversiva em mim, quero agradecer-vos as páginas da minha delícia, o toque de almas que encontrei em todos vós que, estando, estão onde o presente é a diferença do futuro, de um maior desejo de humanidade, contra a força de um mundo que teima em ver recrutas onde estão pessoas que amam, cuja dor se diz de carne e lágrimas, que sangram e batalham cada dia.

Faz-se de palavras este encontro, de entendimento, mas mais de ressonâncias estridentes na vida do agir, da entrega à luta contra a hipocrisia e a mentira institucional, da deserção dos modelos respeitados da miséria. E se isto é um crime, sou em tudo vossa cúmplice e reincidente decidida de que nunca serão demais os crimes cometidos contra os infernos das virtudes democráticas que,



celebrando as suas vitórias balofas e evidências obscuras, elevam até aos píncaros do absurdo a submissão passiva, a rendição total, transformando todo o processo social numa mera exibição de poder. Nunca serão demais os crimes que rebentam com os estímulos doentios da massificação e a organização da indiferença.

E porque nenhum momento da vida é irrelevante ou inconsequente, porque não há no mundo espaço para pequenas atitudes neutras ou tempo para distracções levianas, aí e aqui, onde a
vontade de transformação não se limita ao papel,
não há liberdade consentida nem direitos autorizados e A PROMESSA DE ANTÍGONA continuará a desnudar e a desconstruir a mentira oficial
que justifica o empobrecimento e o embrutecimento mental e físico. Aí e aqui, levaremos, vocês
e todos nós que exibimos este orgulho de ser
desertores e deserdados dessas fileiras que denunciamos, esta promessa até onde falta fazer tudo o
que resta para que a promessa se cumpra.

Mais uma vez obrigada, pelo companheirismo e pela força na vossa voz.

Cruz de Pau, 15-2-94

ISABEL GÓIS



Brinquedos originais

Banida das mãos das crianças por força das «regras de segurança» relativas a brinquedos, esta moto feita em folha de Flandres litografada faz parte duma colecção que inclui mais quatro outros modelos dos anos 50. Contactos e pedidos para João F. Reis - Rua 25 de Abril - Casal de Ermio - 3200 Lousã.

Modelo fotografado: 850\$00 p.v.p.

Correspondência

Caros amigos,

Desde há certo tempo pensava escrever à revista. Não sei precisamente porque não o fiz antes... É possível que a causa seja o trabalho; esse pelo qual sou pago e me permite sobreviver: estou a falar do trabalho assalariado pouco cómodo que me é dado exercer. Também pode ser que a causa seja a preguiça. Defeito que é sem dúvida um efeito da primeira causa.

Duma coisa podem estar certos, não é de maneira nenhuma uma súbita renovação de energia, provocada pela vitória dos socialistas em Portugal o que me leva a escrever-lhes. A minha primeira intenção é enviar saudações a todos aqueles que estão na origem do aparecimento da *Utopia*. Conhecendo de sobra as dificuldades desse tipo de projecto, pergunto-me, e pergunto-lhes, se após o primeiro número haverá outros... - Espero que sim. Que consigam enfrentar todas as dificuldades, e que a revista possa ultrapassar os primeiros vagidos.

Como são ainda os primeiros passos da existência da *Utopia*, prefiro evitar entrar bruscamente em críticas sobre um ou outro ponto de discórdia a propósito do conteúdo do nº 1. Haverá tempo para isso, se o bebé se aguentar e não morrer com os primeiros frios do Inverno...

Assim, e para que a minha carta seja mais longa que um postal de férias, prefiro falar de outras coisas. A verdade é que, tal como o título Utopia fazia supor, não descobri na revista nenhum projecto quimérico, nenhuma ideia irrealizável, nem qualquer afinidade com a narração já velhinha do nosso antepassado Rafael Hitlodeo, português por obra e graça do espírito de Thomas Moro. Fiando-me pois no título, pensei, com um sorriso, que o velho viajante, companheiro de Américo Vespúcio, havia ressuscitado!

Mas não, era simples ilusão! Mesmo acreditando Moro na ressurreição, semelhante coisa não se produziu. Quase quinhentos anos passaram desde a primeira publicação da obra de Moro. A América acabava de ser

"descoberta" e os índios ainda não tinham a noção exacta do amor e da estima de que eram alvos por parte dos terríveis adoradores do ouro. Gente de aspecto diferente, com fé e sem lei, ou sem fé nem lei, ou ainda com fé e lei e com todas as justificações demonstradas pela "razão". Homens que os índios ingenuamente tomaram por deuses. Nesse tempo, a ciência existente permitiu à inteligência de Thomas Moro imaginar um lugar onde os homens e mulheres adoptariam formas de organização social a mil léguas do que eram as realidades do seu tempo.

A ciência de hoje não permite que um grupo trotskista francês, que tem por nome Lutte Ouvrière, seja capaz de uma outra visão de certos acontecimentos que não passem de apreciações raquítico-mentais-pseudo-comunistas. Para justificar a não adesão aos protestos contra os ensaios nucleares franceses no Pacífico, o semanário da referida organização, em 1-7-95, diz o seguinte: "Como comunistas, nós somos pelo armamento do proletariado. O que significa, para os oprimidos, o direito de possuirem todas as armas que possui o adversário. Não existem armas mais ou menos humanitárias, é unicamente a maneira de as utilizar que o pode ser."

Outro exemplo de arromba, tirado, como o primeiro, de um artigo do *Monde Libertaire* (5/11 de Outubro 1995): "Lutte Ouvrière afirma na revista teórica da organização, Lutte de Classe, de Setembro/Outubro 1995: 'A nossa oposição aos ensaios nucleares franceses baseia-se, em primeiro lugar, não nos riscos que isso faz correr ao meio ambiente, nem numa condenação de princípio da arma atómica propriamente dita, mas no facto de a França ser uma potência imperialista que pratica essas experiências."

Assim vai a lógica dos trotskistas, e não penso que sejam unicamente os franceses a pensar assim...

Voltemos a Moro e à sua famosa ilha, contada por Hitlodeo, afastemo-nos dos delírios trotskistas e ouçamos o que nos dizem da Utopia a propósito do tempo de trabalho. Ali, há quinhentos anos, o tempo de trabalho era apenas de seis horas por dia, mas Hitlodeo viu como isso era possível:

"podíamos pensar, com efeito, que, como os utópicos só trabalham seis horas, chegariam entre eles a faltar algumas coisas indispensáveis. Mas longe de assim ocorrer, não só lhes bastam, com esse tempo,

momo ainda lhes sobram para conseguirem com abunancia quanto requerem as suas necessidades e o seu em-estar. Isto é fácil de entender se se considerar que ma grande parte do povo vive inactiva em outras mações (...), como a quantidade enorme de sacerdotes e e chamados religiosos. Juntem-se a estes os ricos proprietários de terras, denominados vulgarmente nobres e cavaleiros. Não esqueçamos também os seus servidores, corja ridícula de bandidos armados. (...) Se tivermos em consideração o exíguo contingente de homens ocupados em trabalhos úteis, porque onde tudo se move pelo dinheiro, é inevitável a existência de profissões absolutamente vãs e supérfluas, apenas destinadas a fomentar o luxo e o prazer. (...) Pelo contrário, se toda essa chusma, que agora se compraz no ócio e na exploração, se dedicasse a trabalhos úteis e de interesse comum, ver-se-ia até que ponto um tempo de trabalho reduzido bastaria para a execução de tudo quanto exigem as necessidades, o bem-estar e até os prazeres lícitos e naturais."

Se há tantos anos o tempo de trabalho se podia imaginar reduzido a seis horas por dia, de quanto tempo seria hoje o trabalho quotidiano do homem para a execução de todas as tarefas pouco aliciantes e aborrecidas? Eu penso, modestamente, e para isso não tive necessidade de passar por quaisquer universidades, que muito menor. Mas para que isso não aconteça existe uma pequena contrariedade, que se chama capitalismo. Vocês já deverão ter ouvido falar dele. Alguns, é possível, devem ter sentido no corpo os seus efeitos. Poucos escapam.

A concorrência existe, os benefícios também. O homem não passa duma mera ferramenta, com preço estipulado segundo os continentes onde é comprada e vendida. Nós fazemos parte dum sector geográfico onde os compradores afirmam que o seu preço é muito caro. Por isso não é muito utilizada, mas aquela que ainda serve ultrapassa largamente as seis horas de trabalho quotidiano da ilha Utopia.

Um dos contemporâneos de Tomas Moro chamava-se Maquiavel; conselheiro de príncipes e homem que em certos aspectos se assemelha aos intelectuais de hoje. Numa das passagens da sua obra *O Príncipe*, diz o seguinte: "muitas Repúblicas e Principados foram imaginados, nunca se viu nem conheceu que existam na realidade. A maneira como vivemos e aquela como

devíamos viver são coisas tão diversas que os que abandonam uma para entregar-se à outra estão mais perto da destruição do que da solução,: porque aquele que procede em todas as coisas como homem de bem, tem que acabar por perder-se entre tantos que são bons. Por conseguinte, é necessário que um príncipe que queira manter a sua posição, aprenda a ser outra coisa que não bom, e a usar ou não da sua bondade segundo a necessidade requerida."

Como vêem, Maquiavel sente-se pouco atraído por utopias, a ilha visitada pelo nosso amigo Hitlodeo não o tenta. É um defensor interessado da razão de Estado.

Neste fim de século, o número de intelectuais que trabalham para os Médicis de hoje é difícil de avaliar, tão numerosos são os servidores da ordem vigente. Há--os saídos da forma (como forma de pão-de-ló); sem mais referências do que aquelas que são administradas pelos professores e pela vontade dos progenitores de verem os seus rebentos a subir na estima da gente de posses. Outros tiveram uma trajectória diferente. São mais calejados, têm uma experiência vivida, e quando dão conselhos ao príncipe estão convencidos da exactidão e rigor dos seus pareceres. Tiveram algumas fantasias na existência, chegaram em tempos passados, infelizmente para eles não tão remotos como o desejariam, a dar vivas ao proletariado. Leram Marx e num momento fugaz pretenderam fazer a revolução. Queriam sair da obscuridade, ter um papel importante, ver o proletariado prostrado a seus pés e serem os guias supremos. Conscientes de que a maneira mais fácil de singrar na existência não estava numa adesão aleatória do proletariado, passaram-se com armas e bagagens para aquilo que chegaram um momento a considerar como o campo oposto.

Até breve!

Paris, Outubro, 1995

ELISIÁRIO LAPA

Saudações libertárias

Tivemos a oportunidade de conhecer a revista Utopia, que é um trabalho de ótima qualidade em todos os sentidos, e resolvemos escrever-lhes para passar algumas informações sobre os trabalhos que desenvolvemos por aqui.

Particularmente, conheço um pouco de literatura de cordel, mas nunca imaginei encontrar a história de Sacco e Vanzetti contada em um estilo tão original. Fiquei maravilhado com esse *achado* de vocês.

Gostaríamos muito de receber os próximos números da revista (...) e também gostaríamos de poder colaborar com o projeto no que nos for possível.

Estamos enviando-lhes alguns materiais produzidos pelo nosso coletivo União Libertária da Baixa Santista, inclusive o nosso informativo Resistência e Luta. (...)

Um fraternal abraço.

Santos, 19-10-95 ZECA

Publicações recebidas

Al Margen

Portavoz del Ateneo Libertário, ano IV, nº 15, Outono 95
Do sumário: El soledad del individuo frente al Estado;
Crónicas de otros tiempos - La función lógica de la vida (III);
Elogio de la holganza; En el nombre de Alá; Estultitia
quousque tandem - "Telegili"; Contra el discurso de lo
libertario (II) - Anarquía y educación:; Los demócratas; Sida
... Cuidado con el Estado; Poesia; El condenado
Contacto: C/Baja, 8 - 1º - 46003 - Valencia - ESPAÑA

Libera

Informativo do Círculo de Estudos Libertários, ano V, nº 52, Setembro 1995

Do sumário: Perdemos o "nosso velho"... Morreu Ideal Peres; Servidões; Os mitos de nossa vida cotidiana; Notícias libertárias.Contacto: Caixa Postal 14576 - CEP 22412-970 Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Boletim de Informação Anarquista

Edição do Centro de Cultura Libertária, nº 4, Julho-Agosto 1995

Do sumário: Múmia Abul-Jamal: A vida por um fio; Nem serviço militar nem serviço civil ... Insubmissão !!!; Viva o circo sem armas !!!; Nem mais uma agressão, sem resposta !!! - Manifestação anti-racista; Notícias internacionais.

Contacto: Centro de Cultura Libertária - Apartado 40- 2801 Almada Codex

Inquietação

Boletim libertário, nº 4, Abril 1995

Do sumário: Fanzines ou o exercício do anti-poder; Dez anos; O "zapatismo": certezas e dúvidas; Casa reciclada; A mercadoria como espectáculo, Juventudeshhhhhhhh!!!; Percursos e concepções; Intocáveis.

Contacto: Colectivo Inquietação - Apartado 4013 - 4001 Porto

Letralivre

Boletim de cultura libertária, arte e literatura, ano I, nº 6, Junho 1995

Do sumário: Da pedagogia autoritária a uma pedagogia libertária; O fim do dinheiro velho é o começo do dinheiro novo; o quilombo dos zumbichas; A qualidade do contra poder; Sobre os meus desejos; Esclarecimentos sobre o movimento punk/anarquista; Livres poetas; Correio livre; Livraria postal.

Contacto: Letralivre - Caixa Postal 50083 - CEP 20060-070 Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A Voz do Trabalhador

Jornal anarco-sindicalista, ano VIII, nº 10, Abril 1995

Do sumário: Os ricos farão tudo pelos pobres, menos descer de suas costas; Chantagem ideológica aos trabalhadores (2ª parte); Desemprego como fenómeno mundial; Patentes - A bio-pirataria das companhias transnacionais ameaça segurança alimentar do mundo; O problema da língua - A necessidade de um idioma; Solidariedade internacional; O fascismo e as mulheres; Informação e formação; Madereiro não diz a verdade sobre a exploração de madeira na amazónia.

Contacto: A Voz do Trabalhador - Caixa postal 1206 - CEP 66017-970 - Belém - Pará - Brasil.

Jornal do Bacacheri

Promoções humanas e culturais s/c, ano VI, nº 55, Agosto 1995

Do sumário: Cidadania plena: Prefeitura provoca enchentes; Pendurando poesia em árvores; Pena de morte - Questione! Você seria capaz de matar?; Carta aos trabalhadores da midade; O Brasil dos absurdos; Entrevista - Samuel Murgel Branco; A legalidade é o limite do administrador púbico; Carta de Brasília aos trabalhadores do campo.

Contacto: Rua Estados Unidos, 1075 - Cj.4 - CEP 82.510-050 Curitiba - PR - Brasil

Política Operária

Revista comunista, ano XI, nº 51, Set.-Out. 1995

Do sumário: Eleições em relance; Extrema-esquerda em busca de votos; Derrota do PSD ... e da esquerda; Campanha plastificada; De regresso às "nossas Áfricas"; Era uma vez a independência; Entre dois golpes - A "revolução" foi há vinte anos; Grande poder de encaixe; "Governo é responsável pela fraude da Renault; Suecos despedem em Setúbal; Trabalhar de graça na Beira; O caso do professor sindicalista; Uma cruzada do nosso tempo; Cónego "mártir" ganha homenagem; Nova partilha dos Balcãs; A mentira.

Contacto: Política Operária - Apartado 1682 - 1016 Lisboa Codex.

Via Direta

Boletim informativo do Gravida, nº 13, Jul.-Ag. 1995

Do sumário: Liberdade para Mumia Abu-Jamal; Reforma agrária no ar; Informe-se; Abaixo o-fascismo.

Contacto: Gravida - Caixa Postal 3395 - CEP 80001-970 - Curitiba - PR - Brasil

Experimental Distro

Distribuidora de informação alternativa

Do sumário: Informação alternativa sobre anarquia, vegetarianismo, música punk/hard-core de intervenção, skateboardink e direitos dos humanos/animais.

Contacto: Idalina Ribeiro e Rui Garcia - Apartado 13 - 2901 - Setúbal Codex

Resistência e Luta

Publicação periódica (bimestral), Set.-Out. 1995

Do sumário: Editorial; McCensura e McDifamação; Liberdade para Abu-Jamal !!!; Notas.

Contacto: Resistência e Luta - Caixa Postal 2137 - CEP 11051-970 - Santos - SP - Brasil

Movemo-nos na noite sem saída e somos devorados pelo fogo, de Guy Debord

Fenda, Lisboa, 1995, 2ª edição (refundida)

Contacto: Fenda Edições, Éda. - Apartado 21334 - 1131 Lisboa Codex



um video de José Tavares e Stefanie Zoche



Apartado 21477

informações e pedidos

1134 LISBOA Codex

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele.

Nesta intervenção, UTOPIA será expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial.

Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA. A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.

